

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

OURO NEGRO: SINDICALISMO PETROLEIRO NO RIO DE JANEIRO
(1954/1964)

Iracema Christina Ramos Cruz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRJ como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Sociologia.

Orientadoras: Professora Doutora Elina Gonçalves da Fonte Pessanha & Professora Doutora Regina Lúcia de Moraes Morel

Rio de Janeiro

1997

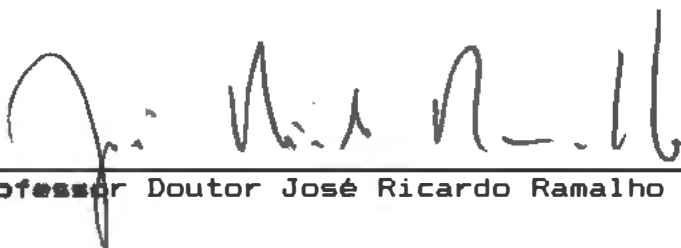
OURO NEGRO: SINDICALISMO PETROLEIRO NO RIO DE JANEIRO

(1954/1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRJ como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.



Professora Doutora Elina G. da Fonte Pessanha
(Presidente da Banca)



Professor Doutor José Ricardo Ramalho



Professora Doutora Maria Rosilene Barbosa Alvim

Rio de Janeiro

1997

CRUZ, Iracema Christina Ramos

Duro Negro: Sindicalismo Petrolero
no Rio de Janeiro (1954/1964).

Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997.

Dissertação de Mestrado em Sociologia.

1. Petróleo 2. Sindicalismo

3. Partido Comunista Brasileiro

4. Sindicato

I. Universidade Federal do Rio de Janeiro-IFCS

II. Título

Para o meu filho Lucas,
meu pequeno grande amor.

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), no período 1954/1964. Além disso, resgata o processo de criação do Sindipetro-RJ.

No período aqui estudado, o PCB não encontrou resistências à implantação de sua linha política no sindicato dos petroleiros do Rio de Janeiro. Ao contrário, os comunistas e os petroleiros desenvolveram um trabalho em conjunto que, muitas vezes, culminou em ganhos trabalhistas e políticos para os trabalhadores do petróleo.

ABSTRACT

This thesis makes an analysis of the political action of the Party Communist Brazilian (PCB), in the Petroleum Workers Union of Rio de Janeiro, during the period 1954/1964. Besides ransom the process of creation of this trade union.

In the period here had analyzed, the PCB didn't find resistance to the implementation of the its political line in the mentioned trade union. On the contrary the comunists and the petroleum workers developed an work as a whole that, many times, culminated in economics and politics gains to petroleum workers.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, quero deixar aqui registrado o meu agradecimento às instituições e às pessoas que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao CNPq e à CAPES pelas bolsas de estudos que tive durante todo o curso de mestrado.

A Professora Alice Rangel, enquanto coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela sua atenção e objetividade em resolver os meus problemas acadêmicos.

As minhas orientadoras, porque felizmente tive esse privilégio no plural. Primeiro a Professora Regina Morel, com quem tive a oportunidade de trabalhar antes de entrar para o mestrado, quando comecei a conhecer os caminhos e descaminhos do mundo da pesquisa sociológica. Além disso, sempre contei com o seu apoio e atenção para ingressar no curso de mestrado. Esse estímulo continuou durante o curso até o início da pesquisa de campo da minha dissertação de mestrado, quando a Professora Regina Morel foi para França fazer o seu pós-doutorado.

Felizmente tive a sorte de contar com a compreensão e atenção da Professora Elina Pessanha, que me orientou até o final. A ambas agradeço muito pelo privilégio de ser orientada por duas professoras apaixonadas pelos seus ofícios: o de ensinar e o de pesquisar.

\
Às minhas amigas do curso de graduação Elane, Luciana, Mônica e Rosi que, apesar da distância física, sempre estão presentes nas lembranças e no coração.

\
Às amigas do AMORJ/UFRJ, Monica Cristina, Monica Roumillac e Regina Malta, por sempre terem me ajudado nas pesquisas que fiz no Arquivo.

Aos funcionários: 1) do Sindipetro-RJ, onde desde o primeiro contato fui muito bem recebida, em especial ao ex-funcionário Moby; 2) da AEPET/Petrobrás; e 3) do CPDOC/FGV.

Aos entrevistados que se dispuseram a relembrar, inclusive, dos momentos difíceis de suas vidas.

Aos meus pais, que sempre me proporcionaram a oportunidade de estudar, especialmente à minha mãe que nesses últimos dez meses tem me ajudado a cuidar do meu filho Lucas.

Aos meus irmãos, Ana e Luiz, com os quais iniciei a militar no então "Partidão". E por saber que sempre posso contar com eles.

Ao Carlos, por tudo o que esses últimos meses tem nos ensinado.

E ao meu filho Lucas, a pessoa mais importante da minha vida, pela sua alegria, o seu sorriso e sua luz.

SUMARIO

Introdução	3
Capítulo I - O Petróleo é Nosso: A Legislação do Petróleo no Brasil e a Criação da Petrobrás (1938/1953)	
I.1- O Conselho Nacional do Petróleo (1938/1948)	17
I.2- O Estatuto do Petróleo (1948/1950)	30
I.3- A Criação da Petrobrás (1951/1953)	38
Capítulo II - O Movimento Sindical no Brasil e o Contexto de Atuação do PCB (1945/1964)	
II.1- A Atuação do PCB no Movimento Sindical	53
II.2- A Política Sindical do PCB	75
Capítulo III - O Início da Luta Sindical dos Petroleiros: A Importância de Manguinhos (1954/1961)	
III.1- A Criação da Refinaria de Petróleos de Manguinhos	87
III.2- A Fundação do Sindipetro-RJ (1958/1961)	96

Capítulo IV - A Luta Continua: Manguinhos e Petrobrás (1961/1964)

IV.1- A Associação dos Engenheiros da Petrobrás	107
IV.2- Os Petroleiros e a Política Nacional (1962/1963)	117
IV.3- Reivindicações dos Petroleiros: Lutas e Ganhos	122

Capítulo V - A Força dos Petroleiros (1963/1964)

V.1- A Luta pelo Monopólio da Importação de Petróleo e de seus Derivados	130
V.2- Crise na Luta Pelo Monopólio: Engenheiros na direção da Petrobrás	134
V.3- A Encampação da Refinaria de Capuava	140
V.4- Os Petroleiros e o Golpe Militar de 1964	147
Conclusão	158
Bibliografia	165

INTRODUÇÃO

"Causa surpresa o interesse despertado pela história do PCB. A partir do final dos anos setenta aos dias de hoje um número expressivamente grande de pesquisas tem sido produzido. Uma profusão - com certeza chega à casa das centenas - de teses universitárias, artigos, livros, memórias, coletâneas de documentos etc. têm sido elaborados e publicados. Alguns desses trabalhos enfocam a história desse partido de uma forma global, outros abordam aspectos específicos ou períodos delimitados. Há ainda inúmeros outros que, analisando a história sócio-política nacional, tratam direta ou indiretamente a história do PCB.

O mais surpreendente é que esse interesse foi despertado e aumentou no momento em que o PCB entrava na sua crise terminal. Seria o caso de se indagar ao que se deve tal interesse e fascínio. Por ter sido o partido de maior longevidade (70 anos) na história brasileira? Pela presença e influência sócio-política que exerceu ao longo dessas sete décadas? Ou será porque suas concepções, cultura política, sua herança deixaram fortes marcas e insistem em continuar patentes na realidade sócio-política do presente? Creio que esta última hipótese é a mais pertinente.

Mas, apesar desse grande interesse despertado, a história do PCB continua com inúmeras interrogações. Muitas são as incógnitas a serem desvendadas. Uma delas, de fundamental importância para a compreensão da história recente, é o projeto e a ação sócio-política do PCB nos anos 1954-64, principalmente no início dos anos 60. As análises e conclusões sobre o PCB nesse período são, em sua grande maioria, insuficientes, pouco esclarecedoras, quando não empanam a realidade histórica. Por ser um momento singular de definição de alternativas históricas, o papel protagonizado nele pelo PCB merece, ao menos, uma reavaliação".(Segatto, 1995, pp. 15 e 16).

Os estudos sociológicos sobre a classe trabalhadora no Brasil surgem no final da década de 50 e início dos anos 60. Esses primeiros estudos se caracterizam por associar as questões relativas ao processo de formação da classe trabalhadora com o tipo de desenvolvimento capitalista ocorrido no país. E neste sentido mais geral que os trabalhos de Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues e, numa perspectiva um pouco diferente, Azis Simão, procuram compreender os determinantes estruturais do comportamento do operariado brasileiro. Tais determinantes, grosso modo, foram identificados na origem rural da mão-de-obra industrial, na importância da imigração para a formação do contingente inicial de trabalhadores, na magnitude do exército industrial de reserva, no tipo de inserção que os operários tinham em seu ambiente de trabalho.

Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues e Azis Simão recuperaram a experiência dos trabalhadores ao longo da Primeira República, e o processo em que o sindicalismo combativo e independente se transformou em um sindicalismo com poder crescente, mas solidamente atrelado ao Estado.

Um outro conjunto de estudos sobre a formação da classe trabalhadora surgiu nos finais dos anos 60, trazendo novas explicações para o comportamento do operariado brasileiro. O enfoque desta nova produção, contudo, iria enfatizar a dimensão política nas interpretações sobre o sindicalismo do período 1945/1964.

A preocupação em compreender as razões que condicionaram o "pacto populista" dos anos 40 e sua derrocada em 64, bem como a dinâmica que deu origem ao nosso modelo de corporativismo fez com

que estes estudos passassem a privilegiar as relações da classe trabalhadora com os partidos políticos. Desta forma, estes estudos deslocaram a investigação dos anos da Primeira República para os períodos compreendidos entre 1930/1945 (quando tem origem a legislação trabalhista e sindical brasileira) e entre 1945/1964 (quando o sindicalismo corporativista convive com os partidos da liberal-democracia).

Os trabalhos de Francisco Weffort (1968, 1972, 1973, 1978 e 1979), sua polêmica com Carlos E. Martins e Maria Herminia T. de Almeida (s/d) são exemplos significativos da importante contribuição que o "enfoque político" trouxe para os estudos da classe trabalhadora. Nesta discussão, Martins e Almeida tentam resgatar de forma positiva a participação do PCB nos anos 1945/1946. Argumentam que o PCB teria garantido sua autonomia e trabalhado "por dentro" da estrutura para modificá-la. Ou seja, o PCB buscava participar tanto quanto possível da vida sindical, tal como se encontrava organizada, mas com o objetivo de introduzir alterações que, gradualmente, o convertessem em um instrumento vivo capaz de expressar, cada vez com mais fidelidade, os interesses dos trabalhadores. No entanto, para Weffort, a postura adotada pelos comunistas, em particular, e pela esquerda, em geral, só contribuiu para a estruturação do
1
sindicalismo populista que atrelou o seu destino ao do regime

1. Essa interpretação sobre o sindicalismo daquele período, foi muito utilizada pelos grupos existentes no interior do PCB que avaliaram a derrota de 64, como sendo fruto de "erros de direita" do PCB. Isto é, o PCB teria ficado a reboque: da burguesia; da política de conciliação de classes; da passividade; do imobilismo; do reformismo; da não pregação da resistência ao golpe militar.

populista e com ele desapareceu frente ao golpe militar de 1964.

O último ponto destacado por Weffort, sobre a subordinação do sindicalismo ao regime populista, é interpretado por Werneck Vianna de uma outra forma. O autor chama atenção para o fato de que o desenvolvimento capitalista que se fez nos anos 30 e que persistiu durante o regime liberal, mostrou-se inseparável do autoritarismo político. Foi esse capitalismo o responsável pelo ocultamento das várias formas de repressão sobre a classe operária. Neste sentido, defende o autor, é que se pode questionar a generalização da tese de que o movimento da época era de cúpula, preocupado com a grande política e com pouca inserção nas empresas. Pois, no interior das empresas existiam inúmeras formas de repressão, o que dificultava muito a eleição e a atuação dos delegados ou das comissões de empresa/fábrica, mantidas muitas vezes no anonimato ou mesmo clandestinos.

Apesar dessas dificuldades, na prática muitos sindicatos chegaram a ter delegados sindicais e/ou comissões de fábrica/empresa. No então Estado da Guanabara podemos citar os sindicatos dos metalúrgicos, gráficos, ferroviários, portuários, têxteis, petroleiros. Além disso, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara (CPOS) convocava com frequência a assembléia das comissões de empresas. Em São Paulo também existiram muitas experiências organizativas nos locais de trabalho como, por exemplo, nos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André, Santos e de São Paulo. Logo após o golpe de 1964, a polícia levou 2.800 fichas de delegados

1
sindicais .

Esses exemplos demonstram que existia uma preocupação com a organização e atuação dos trabalhadores nos locais de trabalho, que era, pois, uma constante na política sindical do período .²

Nessa discussão é importante resgatar a posição do próprio PCB frente ao movimento sindical. Se em 1950 o PCB adota uma postura de distanciamento das bases sindicais (Manifesto de Agosto de 1950), em 1952 o partido retorna ao movimento sindical e faz aliança com os setores progressistas do PTB. Em 1954, no IV Congresso do PCB, esta postura foi ratificada e redefiniu-se o papel que os militantes deveriam desempenhar nos sindicatos e junto às bases nas fábricas. Um dos fatores que influenciou a volta do PCB para o movimento sindical foram os chamados "sindicaleiros", nome dado aos comunistas que continuaram no movimento sindical, mesmo depois do Manifesto de Agosto de 1950. E no V Congresso do PCB, realizado em 1960, as deliberações referentes à linha sindical enfatizaram o trabalho de base junto ao movimento operário-sindical.

1. Ver Antônio Flores, in Escrita-Ensaio, no.6, 1980, p.19.

2. "Cumpra aos comunistas lutar para que o movimento sindical não seja uma actividade apenas de cúpula, porém conte com a participação activa das massas trabalhadoras. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas sindicais". Nogueira (1980, p.64) - Resolução Política do V Congresso do PCB (1960).

- A Escolha do Objeto de Estudo

E no conjunto de trabalhos com enfoque político sobre o movimento sindical que esta dissertação de mestrado se insere. Resgata, nesse sentido, a discussão sobre a relação entre militância partidária e militância sindical, através da atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no SINDIPETRO-RJ, no período 1958/1964.

A escolha do SINDIPETRO - RJ deveu-se, sobretudo, a quatro fatores:

- O movimento para a criação do SINDIPETRO-RJ surgiu no interior de uma refinaria particular: a Refinaria de Petróleos de Mangueiras, localizada na Avenida Brasil. Além disso, trata-se de um sindicato de trabalhadores que engloba uma indústria considerada moderna: a indústria petrolífera, o que desperta um interesse peculiar, uma vez que muitas análises sobre o movimento sindical deste período (1958/1964) praticamente não abordam e/ou desconhecem a atuação dos comunistas em setores privados modernos. Aliás até o presente trabalho os petroleiros do Rio de Janeiro e seu sindicato ainda não tinham sido estudados¹

- Ao realizar uma pesquisa para o AMORJ/UFRJ - Arquivo de Memória do Rio de Janeiro - sobre a história dos sindicatos do Estado Rio de Janeiro, tive a oportunidade de conhecer um pouco da história do Sindipetro-RJ. A partir desta pesquisa pude verificar a participação e presença atuante dos comunistas desde 1958, na Diretoria Provisória da Comissão Organizadora da

1. Sobre o Sindipetro-BA, ver Oliveira Jr. (1996).

Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Rio de Janeiro, até 1964, na direção do Sindipetro-RJ. Revelando, assim, a existência da relação sindicato/partido;

- Outro fator que chamou a atenção, foi o fato do Sindipetro-RJ de março 1959 estar até 31 de março de 1964 sob a presidência de um comunista o senhor Fernando Hermenegildo Autran¹, funcionário da Refinaria de Petróleos de Manguinhos, o qual também foi o primeiro presidente da Diretoria Provisória dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinaria do Petróleo do Rio de Janeiro (julho de 1958 à março de 1959) e vice-presidente da Diretoria Provisória da Comissão Organizadora da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Rio de Janeiro (junho/julho de 1958). Este fato só veio reforçar a atuação dos comunistas no Sindipetro-RJ desde a sua fundação até o golpe de 1964, quando o sindicato foi duramente reprimido pelas Forças Armadas, que invadiram, quebraram e queimaram o sindicato.

Além disso, prenderem e cassarem os direitos políticos de vários líderes dos petroleiros. Colaborando, assim, com a destruição de uma parte da história e vida do movimento sindical do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, do Brasil. Aliás, o que

1.No Sindipetro-RJ não existiu, curiosamente, nessa época, a aliança entre o PCB e o PTB, pois, segundo seu Fernando Autran "Então, o Jango volta e meia tentava nos dividir e a gente aceitava aquilo e levava uma co-existência razoável que veio melhorar a partir do retorno dele, quando ele assumiu a presidência. Aí houve realmente uma simbiose entre o movimento sindical e o presidente da República, mas não o PTB. Porque o PTB nos odiava". Entrevista concedida à autora.

dificultou e muito na reconstrução da trajetória desse sindicato. Fois, os documentos escritos, em grande parte, do Sindipetro-RJ desse período praticamente "desapareceu". Felizmente com o trabalho desenvolvido pelo ex-funcionário do sindicato, o jornalista e historiador Moby, tive acesso a alguns documentos que ele conseguiu recuperar.

- A idéia de fundar o Sindipetro-Duque de Caxias partiu do superintendente da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), o general Athur Levy. Seu objetivo era afastar os membros do Sindipetro-RJ da REDUC. Contudo, a primeira diretoria eleita para o Sindipetro-Duque de Caxias era composta por membros que já participavam do Sindipetro-RJ, entre esses o vice-Presidente, seu Syllas Conforto, membro do PCB. A chapa 2.004 venceu a chapa liderado pela Juventude Operária Católica (JOC), que tinha o apoio do general Arthur Levy. Enfim, o PCB passou a atuar também no sindicato dos petroleiros da REDUC até o golpe militar de 1964, quando a refinaria foi invadida pelo exército.

O período escolhido para análise corresponde justamente ao compreendido entre o ano da fundação do Sindipetro-RJ (1959) e o ano do seu fechamento (1964), anos que contaram com a participação, sobretudo, dos comunistas na direção do sindicato - um período privilegiado pelas análises sociológicas sobre o sindicalismo brasileiro. Além disso, foi um período histórico de grande importância tanto para a categoria dos petroleiros do Rio de Janeiro, pois trata do período de construção e afirmação desta categoria; quanto para o conjunto dos trabalhadores, uma vez que se refere a um momento político que culminou numa das maiores

repressões ao movimento sindical brasileiro.

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo central contribuir com estudos empíricos sobre o movimento sindical, pois, como destacam os autores Guimarães e Castro "(...) a análise de atuação de sindicatos, em conjunturas históricas específicas, que incorpore reflexões tanto sobre as formas concretas da dominação do capital sobre o trabalho, a nível das unidades produtivas, quanto sobre as características sociais e culturais de um grupo operário abre um novo campo de análise: mais do que apontar os caminhos e descaminhos do sindicalismo populista de maneira geral, a partir de visões muitas vezes essencialistas da classe operária, busca-se destacar a atuação concreta de sindicatos em contextos históricos determinados"¹.

Nesse sentido, o sindicato é visto sob uma dupla dimensão: enquanto resultado de determinações diversas e, ao mesmo tempo, agente dotado de um papel ativo no "processo de formação de interesses e auto-identificação e de capacitação da classe trabalhadora.

Neste sentido, a trajetória do Sindipetro-RJ ilustra bem, a meu ver, como o movimento sindical dos trabalhadores não é algo homogêneo, capaz de se enquadrar perfeitamente em certos modelos teóricos propostos sobre o sindicalismo de 1945/1964. Constatei algumas características peculiares desse sindicato que me permitiram (re)pensar sobre o "velho" sindicalismo, isto é, o que parte da produção acadêmica definiu como sindicalismo populista e que caracterizou como um sindicato "político"

Fonte: <http://www.sindipetro.org.br>

1. Guimarães e Castro (1987, p.24).

1

distanciado das bases e de suas demandas específicas .

O caso estudado demonstra como os petroleiros não deixaram para segundo plano suas reivindicações econômicas em detrimento das lutas políticas nacionalistas². Até porque a política nacional, neste caso, interfiria diretamente na vida econômica dos petroleiros, pelo menos os da Petrobrás por ser esta uma empresa controlada pelo Estado. Além disso, nas reformas de base estavam incluídos dois pontos importantes para essa categoria: a defesa do monopólio integral do petróleo e a encampação das refinarias particulares de petróleo.

3

Segatto (1995) ao estudar a atuação do PCB no período de 1958/1964, constatou que a relação sindicato/Estado caminhou progressivamente no sentido da autonomia, porque quanto mais autônomo o movimento sindical se tornava, mais era a pressão sobre o governo. Nesse sentido, procurava forçar o presidente João Goulart a adotar a política nacionalista e a realizar as

1.Ver Weffort, Ianni, Boito Jr.

2.Um outro exemplo, nesse sentido, foi o Sindicato dos Estivadores de Santos, que lutava por suas reivindicações específicas (melhores salários e melhores condições de trabalho), ao mesmo tempo em que lutava por modificações profundas na sociedade brasileira. Ver Sarti (1982).

3.O autor faz uma análise diferente da proposta por Weffort, uma vez que a sua interpretação sobre a relação Estado/sindicato, não é marcada pela subordinação do sindicato ao Estado. Pelo contrário, afirma que o sindicalismo da época, em muitos momentos, se opõe ao governo Goulart, chegando mesmo a pôr em segundo plano as instituições e a desprezar a legalidade democrática vigente. Vide os órgãos da imprensa comunista, sobretudo, o semanário "Novos Rumos".

1
reformas de base , combatendo, assim, a "conciliação" e as "vacilações" de Goulart.

Esse tipo de cobrança também era feita pelos petroleiros do Rio de Janeiro, quando, por exemplo, criticaram, em maio de 1963, o novo ministério de Goulart, porque este não estava comprometido com as reformas de base. Esse posicionamento do Sindipetro-RJ mostra, por um lado, como o sindicato e o partido estavam em sintonia; e por outro lado, ilustra como a **relação** sindicato/Estado nem sempre foi harmoniosa, contestando assim a tese de que o sindicato funcionaria como correia de transmissão da política do Estado.

Segatto demonstra que a postura e a prática do PCB no pré-64, sobretudo no governo Goulart, foi bastante sinuosa: ora se aproximava do Governo; ora se afastava. Isso também acontecia com o Sindipetro-RJ, como tentarei mostrar. Em alguns momentos os petroleiros chegam a negociar diretamente com Goulart os seus aumentos salariais; em outros se posicionam contrário ao seu ministério.

Somente no fim do ano de 1963, o PCB se reaproxima do governo Goulart, que se define pelas reformas de base. Com o comício de 13 de março de 1964, os comunistas acreditavam que a sua política estava se tornando vitoriosa, bastava apenas "consolidar as alianças, intensificar a mobilização e pressão de massas e avançar no caminho de aproximação para a meta

1.Essa política nacionalista e por reforma fa ia parte do projeto político de revolução nacional e democrática do PCB, que objetivava construir um capitalismo de estado - precedente imediato do socialismo.

¹
revolucionária" .

Enfim, essa prática política sinuosa do PCB revela que em muitos momentos o "pacto populista" foi quebrado, inclusive por alguns sindicatos dirigidos por comunistas como o caso do Sindipetro-RJ. Todo esse comportamento revela uma ação sindical própria desse sindicato, daí a importância de estudá-lo, até porque ainda não havia sido objeto de estudo até o presente trabalho ² . Como ressalta Oliveira Jr.:

"Os estudiosos, porém, têm dado pouca atenção a sua presença na história. Se identificam a importância dos petroleiros, tomam o segmento como referência para análises de projetos políticos para o país, mas não atores concretos, deixando consequentemente de identificar seus pontos de vista e como se articularam, além de não observar a dinâmica de seu movimento.(...)"

Há muito o que fazer em matéria de reconstrução da memória dos petroleiros" ³ . Nesse sentido, espero que o meu trabalho venha contribuir para reavivar essa memória, uma vez que o meu objetivo principal foi o de reconstruir a história do Sindipetro-RJ.

E importante ressaltar que tal reconstituição me permitiu traçar um quadro entre a política sindical do PCB e a questão nacionalista defendida tanto pelos comunistas como pelos petroleiros.

1.Novos Rumos, 21 a 27/02/1964. "Mobilização das Massas e Unidade democrática: por uma nova política".

2.Recentemente o Sindipetro-BA foi estudado por Oliveira Jr. (1996).

3.Oliveira Jr. (1996, p.23).

O material a que tive acesso para a reconstrução dessa experiência sindical compreende basicamente:

- Entrevistas realizadas pelo convênio CPDOC/FGV-Petrobrás, para o Projeto Memória da Petrobrás;

- Alguns documentos escritos do Sindipetro-RJ e o jornal "O Sindipetro" (1963-1964), este gentilmente emprestado pelo ex-bibliotecário do sindicato, Sr. Buxbaum (exemplares que nem o próprio sindicato tem);

- Jornais da grande imprensa, fundamentais para recontar fatos/episódios, distantes/esquecidos/apagados/adormecidos nas memórias dos petroleiros;

- Entrevistas com algumas lideranças dos petroleiros;

- Entrevistas com engenheiros da Petrobrás; e

- Livros, teses e artigos sobre o movimento sindical e biografias de comunistas.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O capítulo I é sobre a legislação do petróleo no Brasil (1938/1953) e a participação dos comunistas na construção dessas leis e na criação da Petrobrás. No capítulo II encontramos uma discussão sobre a relação Estado-Sindicato-Partido (1945/1964), onde enfoco estudos que analisam, sobretudo, a atuação dos comunistas nessa relação. Além disso, destaco a política sindical do PCB desse período. O capítulo III, configurando o contexto em que o sindicato estudado é criado e atua, engloba a fundação, em 1954, da Refinaria de Petróleos de Manguinhos (RPM); e a fundação, sob a orientação do PCB, do Sindipetro-RJ nos anos 1958/1961 - período em que a atuação dos petroleiros de Manguinhos foi

1
imprescindível .

No capítulo IV resgato: 1) a criação e atuação da Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro (AEPERG), entidade que atuou em conjunto com o Sindipetro-RJ. A ação da AEPERG é expressiva de um processo de colaboração sindical entre setores médios e segmentos dos trabalhadores; 2) o posicionamento dos petroleiros nos principais episódios políticos de 1962 e 1963; e 3) as reivindicações econômicas da categoria (1963/1964).

O capítulo V é sobre a luta dos petroleiros pelo monopólio integral do petróleo pela Petrobrás. Destaco, por um lado, uma das manifestações de tensão na condução, internamente à Petrobrás, dessa luta: a gerada pela participação de engenheiros na direção da empresa. Por outro lado, o movimento pela encampação das refinarias de petróleo particulares, especialmente a Refinaria de Capuava, por ser um dos momentos de maior mobilização da categoria, chegando a provocar uma greve nacional.

Finalmente registro os efeitos da reação conservadora que gerou o golpe militar, sobre o país e sobre o Sindipetro-RJ.

1.No início só os petroleiros de Manguinhos eram filiados ao Sindipetro-RJ, cerca de 38%. Os petroleiros da Petrobrás começaram a se filiar ao sindicato a partir de 1962, quando foi inaugurado, na Guanabara, o Terminal Marítimo Almirante Tamandaré (Tegua), construído para suprir a recém criada Refinaria de Duque de Caxias (REDUC).

CAPITULO I

O PETROLEO E NOSSO: A LEGISLAÇÃO DO PETROLEO NO BRASIL
E A CRIAÇÃO DA PETROBRAS (1938/1953)

I.1 - O CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO (1938/1948)

Neste capítulo acompanharemos o desenvolvimento da legislação do petróleo no país, e de que forma o PCB participou desse processo que culminou com a criação da Petrobrás em 1953.

No seu primeiro governo, o Presidente Getúlio Vargas adotou três medidas que marcariam o desenvolvimento da indústria nacional do petróleo. A primeira delas consistiu em exigir a nacionalidade **brasileira** para os acionistas de empresas de mineração. Com este dispositivo, inserido na Constituinte de 1937, eliminou¹ o capital estrangeiro das atividades minerais, como também a participação de estrangeiros nacionalizados e radicados no país. A segunda medida foi o Decreto-Lei n.395, de 29 de abril de 1938, que nacionalizava a indústria da refinação do petróleo e criava o Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

"Fica criado o Conselho Nacional do Petróleo, constituído de brasileiros natos, designados pelo Presidente da República, representando os Ministérios da Guerra, **Marinha, Aeronáutica,** Agricultura, Viação e Obras Públicas, assim como as organizações¹ de classe da indústria e do comércio .

"Foi criado e concebido com finalidade de atuar como órgão normativo do Estado, um órgão fiscalizador do cumprimento das normas por ele traçadas. Esta função foi preenchida plenamente. O CNP tinha além disso a atribuição de substituir o antigo Departamento da Produção Mineral na parte referente à pesquisa de **petróleo**. No setor industrial cabia-lhe atuar no refino, na

1.Victor (1993, p.99).

1
direção dos transportes e eventualmente na distribuição" .

O CNP era um órgão autônomo, diretamente subordinado à Presidência da República. Dentre as atividades reguladoras do Conselho destacavam-se a de controlar a importação e transporte de petróleo e derivados em território nacional e a de autorizar a instalação de refinaria no país. Cabia também ao CNP autorizar ou não que empresas privadas nacionais pudessem pesquisar jazidas de petróleo, gases raros e rochas betuminosas. Além disso, era responsável pelo abastecimento nacional do petróleo e de uniformizar os preços do petróleo em todo o país.

Todas essas atribuições refletia uma mudança na forma de atuar estatal com relação à questão do petróleo. Pois, a legislação que deu origem ao CNP, segundo os padrões da administração pública do Estado Novo, concentrou em uma única agência as funções tradicionais (regulação, fiscalização, e exploração), com as funções executivas na área de produção, transporte e distribuição do petróleo e de derivados. A partir daí, as atividades do CNP se estenderiam gradativamente à área de refino e até à de formação de mão-de-obra.

"O Conselho Nacional do Petróleo tinha sido criado com base numa idéia do general Horta Barbosa, que era, se não me engano, subchefe do Estado-Maior do Exército. Ele, juntamente, com um primo, que era meu tio, Barbosa Carneiro (embaixador Júlio Barbosa Carneiro), secretário executivo do Comércio Exterior, prepararam um projeto de lei e convenceram o presidente Getúlio a

1.Pereira (1975, p.69).

adotar essa idéia. Getúlio deu todo o apoio na ocasião e o assunto teve que ser tratado até em segredo, secretamente, porque se extravasasse seria **barrado**, uma vez que a maioria dos ministros do governo era contra a idéia, inclusive o ministro da Fazenda. Criou-se assim, por um decreto o Conselho Nacional do Petróleo, e o primeiro presidente foi o general Horta Barbosa¹.

A terceira medida foi o Decreto-Lei n. 366, de 11 de abril de 1938, que declarava que todos os campos produtores a serem descobertos no território nacional passariam a **pertencer ao** governo federal.

De 1938 até 1943, o general Horta Barbosa permaneceu na presidência do CNP, sempre defendendo o monopólio estatal. Contudo, sofrendo pressões no interior da própria administração pública, além de desagradar os mais diversos **interesses** econômicos e políticos, o general Horta Barbosa solicitou ao Presidente Vargas sua demissão.

"Ele queria construir essa refinaria, estava com tudo armado e não conseguia as verbas, o governo estava desconversando, tirando o corpo fora.

Então nós fomos ao Getúlio no Palácio do Catete, o Getúlio me fez uma série de perguntas, fez outra série de perguntas ao

1. Carneiro, Fernando Luís Lobo (depoimento), in Projeto memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás (1988, pp.1 e 2).

O engenheiro Lobo Carneiro foi um dos técnicos enviado pelo CNP ao Uruguai e à Argentina para se capacitar em instalar refinarias de petróleo, projeto do primeiro presidente do CNP, general Horta Barbosa. Também participou da criação do Centro do Petróleo e presidiu a Comissão de Estudos do CEDP, além de ter sido deputado federal, atuando na Câmara contra o projeto da Petrobrás proposto pelo Presidente Vargas. Foi um dos defensores do monopólio estatal do petróleo.

Fábio Leal, e as perguntas eram sempre dirigidas no sentido de pôr em dúvida a viabilidade do general Horta Barbosa. A gente notava isso. No final ele virou-se, botou a mão no general e disse: "E (inaudível), seu general?" - eu me lembro até hoje como se ele tivesse falando! " Meu general, o Brasil é um país muito diferente do Uruguai. O Uruguai é um país pequenino, unitário; o Brasil é um país que é um continente! Não é tão fácil aplicar essa solução do Uruguai ao Brasil. " O general disse: "E a YPF (empresa estatal de petróleo) da Argentina?" "Eu estou seguramente informado, meu general, que o governo argentino tem tido tais prejuízos com esta YPF que está estudando a possibilidade de contratar a Standard Oil para dirigi-la." Isso foi o que o Getúlio nos disse, compreendeu? Quer dizer que ele estava realmente sob a influência de outros ministros que eram contra o plano do general.

A coisa foi se agravando a tal ponto que, em 1943, o general pediu demissão, porque viu que era impossível"¹ .

Em seu lugar entrou o coronel João Carlos Barreto, que assumiu o cargo no dia 2 de setembro de 1943.

"A partir de 1943, o coronel João Carlos Barreto, que o substituíra no posto, imprime mudança considerável na orientação dos trabalhos. Era ele homem de outra área, não identificado com o presidente Vargas. Toda a sua tendência contrariava a política econômica expressa pela Carta Constitucional de 1937 e pelos primeiros atos constitutivos do novo órgão. Contrário à condução

1.Carneiro, Lobo (depoimento), in Projeto Memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás (1988, pp.8 e 9).

da política petrolífera pelo Estado, achava que se deveria confiar na iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira. Particularmente nesta última, pois na sua opinião só ela dispunha de recursos, de experiência e de meios para bem conduzir a exploração, o refino e a distribuição do petróleo"¹.

O coronel João Carlos Barreto defendia a presença de capital estrangeiro na indústria petrolífera brasileira. O novo presidente do CNP sugeriu ao presidente Vargas alterações na legislação do petróleo. O primeiro passo concretizou-se em maio de 1945 com a Exposição de Motivos n. 2558, na qual o coronel Barreto afirmava que a pesquisa e industrialização do petróleo requeriam grandes somas de capital e de mão-de-obra especializada, insuficientes no país. Neste sentido, fazia necessário autorizar a entrada de recursos de capitais estrangeiros no país, para a pesquisa, produção e refinação do petróleo. Esta Exposição de Motivos, antítese da proposta do general Horta Barbosa, foi o ponto de partida para a elaboração do Estatuto do Petróleo, uma iniciativa do governo Gaspar Dutra.

Com a entrada do coronel João Carlos Barreto na presidência do CNP, uma contradição se fez presente no governo Vargas. Pois, o Presidente da República tomava decisões contrárias a presença do capital estrangeiro na indústria petrolífera como, por exemplo, a criação da Lei Antitruste². Curiosamente, neste

Depoimento de João Carlos Barreto, 1945, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

1. Pereira (1975, p.78).

2. Em junho de 1945, o Presidente Vargas assinava o Decreto n. 766 (Lei Antitruste), que atingia frontalmente os interesses de grupos estrangeiros no país, sobretudo as empresas que se dedicavam ao comércio e distribuição de derivados de petróleo.

momento o CNP defendia a participação de capitais estrangeiros no setor petrolífero.

Após a saída de Vargas da Presidência da República, o que se verifica, é que a Carta de 1946 ficou longe de fixar um princípio verdadeiramente nacionalista no que diz respeito as riquezas minerais do país. Pois vejamos, o Artigo 153 dizia que: "O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal na forma de lei. Parágrafo Primeiro - As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas." Segundo o deputado Arthur Bernardes (PR-MG), tal artigo deveu-se a interferência do agente da Standard Oil, senhor Paul Schoppel.

"Então empresa organizada no Brasil pode ser uma empresa estrangeira, a Standard Oil Company of Brazil. Isso possibilitou, então, dentro da nova Constituição de 46, uma lei do tipo do Estatuto do Petróleo"¹.

Em fevereiro de 1947, o Presidente Dutra nomeou uma comissão encarregada de elaborar para o CNP um projeto de lei sobre o petróleo, que ficou conhecido como o Estatuto do Petróleo que contemplaria a participação de capitais privados estrangeiros em todas as atividades relacionadas com a indústria do petróleo.

1. Carneiro, Fernando Luís Lobo (depoimento), in Projeto Memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás (1988, p.14).

Contudo, alguns de seus dispositivos reservava para o capital nacional um certo grau de controle sobre determinadas atividades. Por exemplo, a refinação e o transporte de petróleo destinados ao mercado interno seriam atribuídos à empresas particulares somente quando o mínimo de 60% de seu capital fosse controlado por brasileiros.

O Estatuto do Petróleo, cujo relator foi o deputado Odilon Braga, foi objeto de grandes debates, que teve como ponto de partida a conferência do general Juarez Távora no Clube Militar (RJ), em maio de 1947. Segundo o general Távora, a melhor solução para o problema de abastecimento seguro de petróleo residia, a longo prazo, no monopólio estatal. Contudo, a curto prazo esta alternativa representaria um adiamento da solução do problema, em razão da escassez de recursos orçamentários destinados à exploração.

Para o general Juarez Távora, o regime de concessões aumentaria a produção de petróleo, bem como formaria um fundo destinado a financiar a exploração a cargo do governo. Os recursos petrolíferos do país estariam, também, controlados pelo Estado uma vez que as atividades de refinação e de transporte de petróleo e seus produtos se encontrariam sob a direção de acionistas brasileiros. O CNP deveria adquirir uma frota para transporte do petróleo destinado ao consumo doméstico e organizar, sob forma de sociedades de economia mista, as refinarias destinadas a processar o petróleo para o mercado interno. A função do CNP, gradualmente, seria a de um órgão regulador, sendo transferida a outras instituições suas

atividades de exploração e produção.

Em julho de 1947, foi a vez do general Horta Barbosa fazer a sua conferência no Clube Militar. Seu discurso defendia a necessidade de se criarem refinarias nacionais, as quais, uma vez instaladas, seria possível barganhar pelo preço mais vantajoso para a importação de petróleo. Enfim, a atividade de refinação não poderia ser feita por estrangeiros, bem como as demais **fases** da indústria do petróleo.

"(...) estuda-se, no Brasil, uma maneira legal que permita aos trustes exportarem petróleo para drenar divisas para o país. O maior produtor de petróleo do mundo, a nação americana, não o exporta, **até importa**. Também não exporta a Rússia, que é o terceiro país em produção. Quem exporta petróleo? As nações economicamente fracas. A Venezuela, a Colômbia, **o Peru, os** Estados do Oriente Médio.

(...) Pesquisa, lavra e refinação constituem as partes de um todo cuja posse assegura poder econômico e poder político. Petróleo é bem de uso coletivo, criador de **riqueza**. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de atividade que se confunde com a própria soberania nacional. **Só o Estado** tem qualidade para explorá-lo, em nome e no interesse dos mais altos ¹ideais de um povo" .

É importante ressaltar que este ciclo de conferências de 1947, no Clube Militar, confirma o papel fundamental que a corporação já assumira nas decisões referentes a questão do petróleo. Além disso, o debate indicava a existência de uma clara

1.Victor (1993, p.204).

divisão dentro do Exército sobre a questão do petróleo.

- O PROJETO DOS COMUNISTAS PARA O PETROLEO

Entre as palestras dos generais Juarez Távora e Horta Barbosa, realizadas no Clube Militar, no dia 7 de junho de 1947, os deputados comunistas subscreviam, na Câmara Federal, o Projeto n.422, de autoria do deputado Carlos Marighela, que instituiu o regime legal das jazidas de petróleo, gases naturais de rochas betuminosas e pirobetuminosas.

Os principais pontos do projeto do PCB eram:

Art. 1- As jazidas de petróleo e gases naturais existentes no território nacional pertencem à união, a título de domínio privado imprescritível.

Art. 4- O direito de pesquisar e lavrar petróleo e gases naturais só poderá ser outorgado a brasileiros, pessoa natural ou jurídica, constituídas estas de sócios ou acionistas brasileiros.

Art. 45- O Instituto Nacional de Petróleo poderá organizar companhias de economia mista, com capital do governo e de particulares, para pesquisa, lavra, industrialização, transporte, comércio de petróleo e derivados.

Neste momento em que a discussão sobre o petróleo se dividia entre monopólio do Estado e a iniciativa privada, o Projeto n. 422, dos comunistas, não representava uma contribuição em defesa dos interesses nacionais. Pois, o Art. 4 vedava a participação de capitais estrangeiros, mas admitia os capitais particulares nacionais. Tal princípio colidia com o pensamento da corrente nacionalista, que somente admitia o monopólio estatal. A

participação de capitais nacionais privados, para os nacionalistas, significava deixar as portas abertas para os trustes internacionais do petróleo entrarem no Brasil.

"Nessa época, o Partido Comunista não apoiou a tese do monopólio estatal. Só apoiou depois (1948) que ela adquiriu um grande apoio popular depois que a massa se apropriou da idéia, como eles diziam. Então apoiou mais por esse motivo, porque teoricamente a posição do Prestes na ocasião era da burguesia nacional, quer dizer, o petróleo não devia ser entregue aos trustes, mas devia ser entregue à burguesia nacional, aos capitais privados brasileiros. Não sei, talvez ele temesse que o monopólio estatal fosse fortalecer demais o estado burguês, dificultando a revolução. O fato é que não era simpático à tese do monopólio estatal"¹.

Na verdade é o próprio Prestes que esclarece a posição do PCB, nessa época, com relação a questão do monopólio estatal do petróleo:

"Há quem nos acuse, de na época da Constituinte, não ter colocado em discussão a questão do monopólio estatal do petróleo. É verdade. Naquela época ainda não se falava de monopólio e, também, nossas dificuldades eram tão grandes que eu propus o seguinte: que se podiam fazer contratos para exploração de petróleo, mas regidos por uma emenda semelhante à da Constituição do México, que frisava que nenhum capital imperialista investido

1. Carneiro, Fernando Luís Lobo (depoimento), in Projeto Memória da Petrobrás, convênio CPDOC/Fundação Getúlio Vargas e SERCOM/Petrobrás (1988, p.16).

no país poderia apelar para o poder da nação de origem, contra os interesses nacionais. Quer dizer: era uma forma de defender os interesses nacionais, mesmo sem tocar na questão do monopólio. Quando o problema foi colocado, com a participação ativa de militares nacionalistas, nós nos engajamos na campanha" ¹.

No dia 25 de julho de 1947, a bancada do PCB apresentava o Projeto n. 382, que complementava o Projeto n. 422, também, de autoria do deputado Carlos Marighela, que tinha como proposta a criação do Instituto Nacional do Petróleo com personalidade jurídica de natureza autárquica, sede e fóro no então Distrito Federal.

Competia ao Instituto Nacional do Petróleo:

- a) Pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais no território nacional;
- b) Lavrar essas jazidas;
- c) Industrializar petróleo e seus derivados diretos e indiretos;
- d) Comercializar petróleo e derivados;
- e) Autorizar, regular e controlar a produção, a importação, a exportação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados e a construção de oleodutos;
- f) Promover a constituição de sociedades de economia mista com pessoas naturais ou jurídicas relacionadas com abastecimento nacional de petróleo, reservando-se o mínimo de 51% das ações nominativas em que será dividido o capital social.

1. Moraes e Viana (1982, p.120).

Neste ponto, o projeto comunista possibilitava a participação da "Standard Oil", "Royal Dutch-Schell" e outras empresas estrangeiras da indústria do petróleo, pois essas companhias possuíam subsidiárias em nosso país como entidades jurídicas brasileiras.

Art. 19 - Passam ao patrimônio do Instituto Nacional do Petróleo todos os bens, inclusive os imóveis e as obrigações de terceiros que, nesta data, integram o ativo do Conselho Nacional do Petróleo, assim como a responsabilidade direta daquele passam aos encargos do passivo deste.

Como se fizesse uma advertência aos comunistas, o general Horta Barbosa pronunciava em 30 de julho de 1947 no Clube Militar:

"Estão em moda as sociedades mistas. Citam-se, a propósito Volta Redonda e Vale do Rio Doce. Não colhem, todavia, os exemplos lembrado. Num caso, a tendência do governo é, garantido o êxito da indústria, afastar-se, deixando-a entregue a particulares. Noutro caso, a propensão é assumir o monopólio. Petróleo não é ferro nem estrada de ferro. Petróleo é energia, que tem de ser vendida pelo preço mais barato possível, a fim de facilitar a produção de todas as demais riquezas. Petróleo é base da economia e da defesa militar de um país. Não há como, na indústria do petróleo, se associarem o Estado e os particulares. Se a indústria do petróleo visar lucros comerciais, perde o seu caráter de utilidade pública. Com este caráter, deixa de ser interessante para os capitais privados. É uma injustiça social entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo

sob a forma de ações de uma sociedade mista. O petróleo pertence à Nação, que há de dividi-lo igualmente por todos os seus¹
filhos" .

O Projeto n. 382, do PCB, chegou a ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça , porém, como o governo estava elaborando uma nova legislação petrolífera, o projeto comunista não chegou a ser votado, a Câmara teria que discutir primeiro o Anteprojeto do Poder Executivo (Estatuto do Petróleo).

Seis meses depois, as vésperas do Presidente Dutra enviar ao Congresso o Anteprojeto do Estatuto do Petróleo, no dia 7 de janeiro de 1948, a Câmara aprovava a cassação do PCB por 177² votos contra 77 . Entre os que votaram a favor destaca-se o então deputado Jucelino Kubitschek. Com esta aprovação foram extintos os mandatos dos seguintes deputados: Carlos Marighela, Francisco Gomes, João Amazonas de Souza Pedroso, Maurício Grabois, Agostinho Dias de Oliveira, Alcedo de Moraes Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Abílio Fernandes, Claudino José da Silva, Henrique Cordeiro Oest, Gervásio Gomes de Azevedo, Jorge Amado, José Maria Crispim e Oswaldo Pacheco Silva.

1.Victor (1993, pp.201 e 202). Grifos nossos.

2.Os deputados Barreto Pinto e Himalaia Virgulino entraram com denúncia no Tribunal Eleitoral acusando o PCB de ter dois estatutos, de se denominar Partido Comunista do Brasil e não Brasileiro; e de utilizar símbolos internacionais. A cassação se estendeu apenas aos eleitos sob a legenda do partido, permitindo a permanência de Arruda Câmara e Pedro Pomar na Câmara dos Deputados, que se elegeram pelo PSP de São Paulo.

1.2 - O ESTATUTO DO PETRÓLEO 1948/1950

Após os pareceres favoráveis do Conselho Nacional do Petróleo, do Conselho de Segurança Nacional, da Comissão Ministerial e dos Estados Maiores da Guerra, **Marinha** e Aeronáutica, o Presidente Dutra enviava ao Congresso Nacional, no dia 4 de fevereiro de 1948, o Anteprojeto do Estatuto do Petróleo, e junto com ele uma Mensagem em que reconhecia a delicadeza do problema do petróleo, matéria de larga controvérsia. Por isso, o Executivo não assumiria a responsabilidade do Estatuto, cabendo somente ao Congresso dar a última palavra sobre o assunto.

Em síntese, o Estatuto do Petróleo, tinha como pontos principais:

1) Os trustes poderiam obter concessões para a **lavra**, refinação e transporte, por um prazo de 30 anos, sendo que esta prazo poderia ser prorrogado por mais 10 anos;

2) Limite de 40% para a participação de capitais estrangeiros;

3) Os concessionários poderiam exportar, desde que garantisse primeiro para o consumo interno.

O Estatuto tinha o claro objetivo de assegurar o controle nacional sobre os patamares mínimos do consumo interno e, em etapa posterior, atrair o investimento estrangeiro que visasse mercados externos.

Enfim, o Estatuto do Petróleo não era um manifesto liberal. Tentava articular um compromisso e terminou por desagradar os nacionalistas; e os "entreguistas", aqueles que defendiam a

participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

Para as multinacionais, o Estatuto significava que o mercado interno de refino e transporte estaria fora de seu controle absoluto e que não poderiam exportar petróleo irrestritamente, além do fato de ser estabelecida uma série de restrições às suas atividades de exploração. Os critérios relativos ao abastecimento interno, que definiria os limites de sua participação, estariam a cargo do CNP, um órgão extremamente dependente da atuação do Executivo.

Já para os nacionalistas o Estatuto abria o refino ao capital estrangeiro, reduzia o Estado a funções regulatórias e tocava no grande medo: a exploração e a lavra do petróleo brasileiro por companhias estrangeiras.

Com o envio da mensagem presindencial ao Congresso, teve início a organização da campanha de opinião pública. Em março de 1948, a União Nacional dos Estudantes (UNE) criava a Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo, e em abril foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP), órgão dirigente da campanha "O Petróleo é Nosso", que desde o início se posicionou contrário ao Estatuto do Petróleo. O CEDP congregava associações femininas, jornalistas, políticos, estudantes e militares favoráveis a tese do monopólio estatal do petróleo. Através dos deputados, o Centro pôde influir nos debates que começaram a ocorrer na Câmara. Além disso, o Centro conseguiu organizar várias manifestações públicas de repúdio ao Estatuto do Petróleo e realizou reuniões difundindo a idéia do monopólio estatal nos estados brasileiros.

"Fundamos, por isso, nesta cidade, com âmbito nacional, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, que iniciará, imediatamente, uma larga campanha de esclarecimento da opinião pública, através de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios constitucionais e democráticos, visando à definição das idéias e à congregação dos brasileiros que pugnavam pela tese nacionalista, isto é, pela exploração das jazidas petrolíferas nacionais mediante o monopólio estatal"¹

E importante destacar que os comunistas, sobretudo, os que atuavam nos movimentos de massa, estiveram presentes e atuantes desde a criação do CEDP, participando inclusive da sua direção com Abel Chermont, até a vitória da campanha "O Petróleo é Nosso", que garantiu o monopólio estatal do petróleo. De fato, a campanha "O Petróleo é Nosso" começou na Liga Antifascista da Tijuca, onde os comunistas já atuavam, e que estava envolvida com a questão do monopólio estatal do petróleo, tanto que já tinha criada a "Comissão de Defesa do Petróleo".

A Liga preocupada com esta questão promoveu um ato no dia 4 de abril de 1948, na ABI, para se discutir a política panamericana dos Estados Unidos que, segundo o Presidente da Comissão de Defesa do Petróleo, Dr. Nicanor Nascimento, significaria a entrega do petróleo para os ianques e à Standard Oil. Como forma de combater esta "invasão" americana, o professor Henrique Miranda, Secretário-Geral da Liga Anti-Fascista propôs a criação do Centro de Estudos e de Defesa do Petróleo, de âmbito nacional, que foi aprovada. A data da sua fundação é de 14 de

1.Miranda (1983, p.40).

abril de 1948 e a de sua inauguração é de 21 de abril, uma homenagem ao herói nacional Tiradentes.

Contudo, a campanha "O Petróleo é Nosso" não era comunista, sua própria composição anulava esta afirmativa. Dela faziam parte representantes das mais variadas correntes políticas, inclusive, **abertamente**, os comunistas: Roberto Morena, Graciliano Ramos, Astrojildo Pereira, Valério Konder, Oscar Niemeyer, **Pedro Mota** Lima, Cândido Portinari, Di Cavalcanti e José Panceti, entre outros.

Mas a presença dos comunistas na campanha era algo polêmico, tanto que o jornalista Mattos Pimenta, editor do "**Jornal de Debates**", órgão que divulgava a campanha, não aceitava a participação dos comunistas no Centro do Petróleo. Com tal **postura**, Mattos Pimenta foi expulso da campanha e, conseqüentemente, o "Jornal de Debates" deixou de ser o principal porta-voz da campanha "O Petróleo é Nosso", com isso o Centro do Petróleo iniciou a edição de um periódico, "Emancipação".

A campanha também contou com a participação das mulheres. No então Distrito Federal, foi através da Associação Feminina do Distrito Federal. Em sua autobiografia, Antonieta Hampshire Campos da Paz relembra essa atuação:

"Além das reivindicações das mulheres nos seus respectivos bairros, lutávamos pelo monopólio estatal do petróleo e pela FAZ.

A luta pelo Petróleo e até pela Siderurgia eram considerados **subversivos**, apesar do apoio de corajosos generais, coronéis e muitos deputados progressistas. O slogan "O Petróleo é Nosso" valia por perseguição, cadeia e até sangue derramado. Mas a

tenacidade dessa luta levou à Lei 2004"¹.

Outra mulher que se destacou na campanha "O Petróleo é Nosso", foi a doutora Alice Tibiriçá², vice-Presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) e nessa função: "(...) falou em quase todos os bairros do Rio de Janeiro, e em 1949, em muitos Estados do Norte e do Sul do país, embora já doente. Fêz conferências e tomou parte em comícios, analisando o Estatuto do Petróleo, em debate na Câmara Federal, e cuja aprovação seria a entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil. Dessa vitoriosa luta resultou a Petrobrás"³.

Paralelo a discussão sobre o Estatuto do Petróleo, em maio de 1948, o presidente Dutra envia ao Congresso o "Plano SALTE" (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia) que tinha como objetivo disciplinar e orientar os investimentos do setor público. O Plano SALTE abrangeria o período de 1949/1953.

"O Plano, no que tocava ao setor energético, contemplava a intensificação das atividades de pesquisa do petróleo, com vistas a atender à demanda doméstica de derivados, estimada em 50.000 barris diários. Previa também a instalação de uma refinaria que processasse 45.000 barris de óleo cru por dia e a ampliação da refinaria projetada de Mataripe, na Bahia, além de autorizar a aquisição de 15 navios petroleiros de 15.000 toneladas cada um. Aderindo à tese de Horta Barbosa, o governo Dutra esperava

1. Campos da Paz (Mimeo, s/d, pp. 5 e 6).

2. A doutora Alice Tibiriçá participou da criação da Federação de Mulheres do Brasil e foi a primeira presidente dessa federação, que também integrou a campanha "O Petróleo é Nosso".

3. Tibiriçá (1960, p.6).

economizar divisas, além de obter um lucro de 40 milhões de cruzeiros anuais, graças a operação da refinaria de Mataripe, cujo funcionamento fora previsto para o ano de 1949"¹.

A aceitação do programa de petróleo, contido no "Plano SALTE", deveu-se a aprovação da comissão interpartidária formada entre o PSD, UDN e o Partido Republicano. Sendo que o PCB votou **contra o Plano.**

"Agora recordo-me de um fato que na ocasião me surpreendeu a votação desse crédito contou na Câmara com o apoio da unanimidade das bancadas, o que não deixava de ser um acontecimento notável. Como que cessavam todas as divergências no seio do Congresso em face de um problema dessa importância. O único voto contrário foi o de Pedro Pomar, representante comunista eleito **por outra legenda** partidária. Sua posição foi por ele justificada pela falta de confiança no governo"².

Em 1949, o governo Dutra comprou o equipamento necessário para a construção da refinaria de 45.000 barris **diários** (Refinaria de Cubatão). Em 1950, foram adquiridos petroleiros suecos, ingleses e japoneses que constituíram a Frota Nacional de Petróleo (FRONAP), subordinada ao Conselho Nacional de Petróleo. Com tais medidas, a campanha nacionalista " O Petróleo é Nosso " já vislumbrava os primeiros passos para a implantação definitiva da indústria petrolífera, com capitais genuinamente brasileiros. O que refletia, também, o retorno do Presidente Dutra à sua

1.Carvalho (1977, p.36).

2.Pereira (1975, p.83).

posição nacionalista dos **anos** de **1938-42**.

Além disso, a discussão sobre o Estatuto do Petróleo foi paralisada pela campanha "O Petróleo é Nosso", desenvolvida pelo Centro do Petróleo.

"(...) Parece que o Estatuto foi apenas à Comissão de Constituição e Justiça, não foi?

H.M. - E terminou arquivado. Não houve votação final. Tanto que o Estatuto do Petróleo poderia ser revivido a qualquer momento nas sessões legislativas seguintes. Ele não foi absolutamente derrotado; ele não foi a plenário para votação. O que aconteceu, (...) foi a batalha parlamentar de defesa do monopólio estatal. Cada discussão numa comissão - Justiça, **Segurança Nacional**, Economia etc. - era acompanhada da maior mobilização que você possa imaginar.

(...)Os militares iam em conjunto à Câmara acompanhar as **votações**. Como eu me lembro de tudo isso no Palácio Tiradentes! Quantas tardes e quantas noites nós lotamos a Câmara Federal! Ali estavam os membros do Clube Militar e muitos militares. Porque diziam àquela época: "Saiu da ativa para a reserva do petróleo." - era a frase corrente. E realmente o coronel ia para a reserva e passava a ser "general do petróleo" como se dizia. E todos iam de ¹ corpo presente procurar influir na votação na Câmara Federal".

A medida que a campanha "O Petróleo é Nosso" aumentava e ganhava as **ruas**, aumentava a pressão e se sucediam as perseguições aos membros do Centro do Petróleo e aos

1.Miranda, Henrique (depoimento), in Projeto Memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás, 1987, p.37.

simpatizantes da campanha a ponto de fazer um mártir: o seu Deoclécio Augusto Santana, que em setembro de 1949 compareceu ao comício em defesa do monopólio, realizado na cidade de Santos. Este comício foi dissolvido, pela polícia, a balas, uma das quais acabou matando o doqueiro ensacador Deoclécio Santana.

Apesar de toda pressão, a campanha "O Petróleo é Nosso" continuou a sua missão e conseguiu atingir um dos seus objetivos: paralisar a discussão sobre o Estatuto do Petróleo no Congresso Nacional.

"Em quatro meses, a campanha contra o Estatuto do Petróleo havia atingido tamanha magnitude que, dificilmente, o Congresso Nacional se arriscaria em aprovar o Anteprojeto enviado pelo ¹ governo".

"Então a derrota do Estatuto foi a primeira vitória da Campanha do Petróleo, porque nem se falou mais nele, e a compra da Refinaria de Cubatão e dos petroleiros o Centro do Petróleo ² saudou como uma vitória parcial".

Mas a luta continuaria durante o segundo governo Vargas, que diferentemente da marca nacionalista do seu primeiro governo, encaminhou no dia 12 de dezembro de 1951, o Projeto-Lei 1516/1951, sua solução para o problema do petróleo no Brasil.

1.Victor (1993, p.260).

2.Carneiro, Fernando Luís Lobo (depoimento), in Projeto Memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás, 1988, p.22.

1.3 - A CRIAÇÃO DA PETROBRAS (1951/1953)

O Projeto-de-Lei da Petrobrás, a pedido do Presidente Vargas, foi elaborado em sigilo pela Assessoria Econômica do Catete, composta pelo Dr. Rômulo de Almeida, Dr. João Neiva de Figueiredo e o Dr. Jesus Soares Pereira.

O Projeto "1) Não estabelecia o Monopólio Estatal; 2) Admitia a existência de empresas privadas com a mesma finalidade; 3) Não exigia a condição de brasileiro nato para ser acionista da empresa.¹ Tornou-se, na câmara, o Projeto 1516/51".

Na Mensagem N. 469, enviada ao Congresso Nacional no dia 6 de dezembro de 1951 que acompanhava os Projetos N. 1516 e N. 1517, que tratavam respectivamente da Constituição da Petrobrás e do provimento de recursos para o programa nacional do petróleo e para o Fundo Rodoviário Nacional, Vargas falou sobre a necessidade de reservar à iniciativa nacional a indústria petrolífera: "Fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacionais".²

Contudo, o texto do Projeto da Petrobrás advogava a participação de capitais privados nacionais na indústria petrolífera, pois admitia acionistas representados por "pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras."

Fazendo uma análise da Mensagem de Vargas e do texto do Projeto da Petrobrás, percebemos uma contradição grande entre

1. Miranda (1983, p.385). Grifos nossos.

2. Victor (1993, p.299).

ambos. Porém, o que estava em discussão era o Projeto da Petrobrás e contra ele várias vozes se levantaram, como as do general Horta Barbosa e do deputado Fernando Luís Lobo Carneiro. Ambos questionaram a participação de trustes internacionais no interior da Sociedade Petróleo Brasileiro S.A. Assim, para os nacionalistas "A defesa do petróleo e dos demais recursos naturais do Brasil está cada vez mais entregue ao povo. E a opinião pública há que repelir a solução Vargas, derrotando-a,¹ como já o fez em relação ao impatriótico Estatuto do Petróleo".

"Coerente com a sua patriótica posição de luta em defesa dos mais legítimos interesses do Povo Brasileiro, o Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)² torna pública a sua decidida condenação ao Anteprojeto de Lei sobre o petróleo encaminhada ao Congresso Nacional pela Mensagem N. 469, do Poder Executivo. Apresentado pela propaganda oficial como **solução** "nacionalista", o referido Anteprojeto constitui, na verdade, a oportunidade esperada pelos trustes estrangeiros - especialmente a Standard Oil - para penetrar no domínio da exploração e da determinação do petróleo nacional"³.

A proposta do governo era a da criação de uma sociedade de economia mista, que ficaria responsável por todos os bens e direitos do CNP. Entre esses bens estão todas as jazidas de petróleo e gás natural, material de pesquisas e de sondagem.

1.Victor (1993, p.302).

2.O Centro de Estudos e de Defesa do Petróleo (CEDP) se transformou em CEDPEN.

3.Miranda (1983, p.269).

Também intensificaria as atividades de exploração e produção de óleo cru, além de ficar encarregada da administração das refinarias governamentais e da FRONAF.

Nos seus primeiros cinco anos a Petrobrás contaria com recursos equivalentes a 500 milhões de dólares, montante três vezes maior que o investimento total do governo na Companhia Siderúrgica de Volta Redonda (CSN).

O capital da Petrobrás seria subscrito integralmente pelo governo federal. Com o controle mínimo de 51% das ações da Petrobrás, o governo federal poderia vender o restante das ações de acordo com a política que achasse mais adequada aos interesses nacionais, e as empresas estrangeiras não poderiam adquirir individualmente mais que um décimo de 1% das ações com direito a voto, enquanto a participação do capital privado, como um todo, não poderia exceder 15% do total das ações.

O controle do governo sobre a Petrobrás também seria feito através da nomeação de quatro de seus diretores, inclusive o presidente, pelo Presidente da República. Dos nove diretores que a empresa poderia ter, dois seriam representantes de empresas privadas.

Caberia ao CNP formular a política oficial do petróleo e controlar as operações da Petrobrás e das refinarias e distribuidoras particulares.

O Projeto-de-Lei da Petrobrás previa apenas que a estrutura organizacional da empresa seria definida quando fossem elaborados os seus estatutos. O projeto deixou em aberto a possibilidade de a Petrobrás realizar suas atividades de exploração, produção,

refinação e transporte através de subsidiárias, ela funcionaria como uma "holding", que no entender do CEDPEN reduziria a Petrobrás ao papel de acionista de uma série de subsidiárias, que poderiam ser contempladas com os setores mais lucrativos do negócio. Contrários à criação dessas subsidiárias os deputados Roberto Morena (PCB) e Fernando Ferrari apresentaram uma série de emendas que suprimiam as subsidiárias, contudo, perderam na hora da votação.

No Congresso, o Projeto-de-Lei da Petrobrás demorou cerca de vinte e dois meses para ser aprovado. Este processo de discussão teve duas fases. A primeira começou em dezembro de 1951 e durou até setembro de 1952, onde foi discutido na Câmara dos Deputados.

O Projeto-de-Lei da Petrobrás, ao chegar na Câmara dos Deputados já esbarrou na oposição dos congressistas **que defendiam** a tese do monopólio estatal. Curiosamente, esta oposição era liderada por membros do PTB, o partido de Vargas. Já em janeiro de 1952, o deputado trabalhista Eusébio Rocha propôs um substituto, o Projeto n. 1595-52, que eliminaria por completo a participação de capitais privados, nacionais ou estrangeiros, ~~em~~ todas as fases da indústria petrolífera, exceto a distribuição.

A discussão continuou nas Comissões da Câmara, sendo que somente a Comissão de Segurança Nacional, presidida por Arthur **Bernardes**, indicou o Projeto N. 1595-52, do deputado Eusébio Rocha, como substitutivo ao projeto governamental, **considerado** contrário aos interesses nacionais. As demais comissões apoiaram o Projeto n. 1516, do governo Vargas.

Com isso, o Projeto-de-Lei da Petrobrás foi enviado ao plenário da Câmara para discussão e votação, onde se travou uma das batalhas mais histórica do Parlamento brasileiro. E que até presenciou o empenho da União Democrática Nacional (UDN) em defender, junto com os nacionalistas, o monopólio estatal do petróleo. Neste sentido, o discurso do deputado udenista Bilac Pinto ilustra bem a nova posição da UDN:

"Sr. Presidente, quem se der ao trabalho de analisar a história do petróleo, verá que a luta pela posse desse mineral tem sido responsável por guerra, revoluções e crimes por toda parte e que, na disputa do seu controle, não se empenham apenas os trustes internacionais, mas os trustes firmemente apoiados pelos respectivos governos. Se assim é, devemos encarar a solução do problema do petróleo brasileiro, não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista político. Quer do ponto de vista político, o petróleo deve ser explorado em regime de monopólio da pesquisa, da lavra, do transporte especializado e da refinação. É possível que em matéria de distribuição e comércio, não seja conveniente, no momento, o monopólio"¹.

Além disso, o deputado Bilac Pinto apresentou uma emenda substituta ao projeto n. 1516, que criaria a autarquia ENAPE (Empresa Nacional do Petróleo), que seria responsável pelo monopólio estatal do petróleo. Desenvolveria suas atividades sem a mediação de subsidiárias. Além disso, seria uma empresa totalmente financiada por recursos públicos provenientes do

1.Victor (1993, p.347).

imposto único sobre combustíveis e absorveria todas as refinarias particulares. Tal emenda recebeu, inclusive, o apoio do deputado comunista Roberto Morena, além do apoio do CDPEN, que apresentou uma subemenda, assegurando o monopólio estatal, também, **para o** comércio distribuidor atacadista.

"(...) o projeto da bancada udenista estabelecia o monopólio **estatal**, outorgando a ENAPE poderes que estavam muito acima dos concedidos à Petrobrás pelo Projeto do Executivo. Estes poderes abrangiam desde as atividades básicas da indústria do petróleo até a encampação das refinarias particulares, restrição que não se encontrava nem mesmo no projeto da deputado Euzébio Rocha"¹.

"De repente a UDN entrou com seu projeto, que nós consideramos muito bom, tanto que o Centro do Petróleo o aprovou. O projeto da UDN, elaborado pelo deputado Bilac Pinto, criava uma empresa que tinha o monopólio estatal do petróleo, mas que não era uma sociedade por ações, não tinha acionistas"².

De fato, o substituto da UDN passou a servir de fundamento para a transformação do projeto do governo. No dia 2 de setembro de 1952 o Projeto da Petrobrás, com mais de 150 emendas, foi submetido a primeira votação e aprovado na Câmara dos Deputados. Com isso, era tornado sem efeito o substituto n. 1595 de autoria do deputado Euzébio Rocha.

"Com a aprovação do projeto da Petrobrás, **em primeira** discussão, os partidários do monopólio estatal ainda se sentiam

1.Victor (1993, p.342).

2.Carneiro, Fernando Luís Lobo (depoimento), in Projeto Memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás (1988, p.27).

inseguros de atingir o objetivo final. Esta insegurança tinha um dos seus pontos altos no problema das refinarias que ainda não tinham sido instaladas, como a Refinaria de Manguinhos, pois, eles consideravam fundamental que o monopólio se estendesse à refinação, deixando apenas livre as refinarias já instaladas"¹.

No dia 18 de setembro de 1952, o Projeto da Petrobrás, em sessão extraordinária, era aprovado em segunda discussão, com 27 emendas do plenário.

Foi nesta primeira fase de discussão, que o deputado comunista Roberto Morena apresentou uma série de emendas: extensão do monopólio ao comércio distribuidor atacadista; cancelamento das concessões de refinarias à particulares; e supressão de acionistas particulares. Todas essas emendas foram rejeitadas na Câmara dos Deputados.

É importante ressaltar a importância dos comunistas na campanha "O Petróleo é Nosso", apesar de ter sido uma campanha suprapartidária. Contudo, o PCB foi um dos elementos responsáveis pela vitória da campanha, como nos relata a doutora Maria Augusta Tibitiçá Miranda, uma das fundadoras do Centro do Petróleo (CEDPEN):

"O Partido Comunista, os comunistas, como os outros... Eu disse que foi suprapartidário, então os comunistas, assim como elementos de todos os outros partidos, participavam da campanha. Mas o Partido Comunista tinha saído da legalidade, exatamente na ocasião tinha sido cassada a sua legalidade. E, efetivamente, os comunistas sempre foram muito atuantes e participavam das

1.Victor (1993, p.367).

entidades de massa em geral, trabalhando em cada uma delas pelo objetivo que cada uma delas determinava. Ali era o objetivo do organismo. Então, eu posso afirmar que este foi um dos elementos, inclusive no próprio Centro de Petróleo, que permitiu uma organização tão ampla pelo Brasil. E é um dever histórico mencionar isto aqui neste momento, porque, em todos os pontos onde eles estivessem, eles se engajaram na campanha com o objetivo de auxiliar a Campanha do Petróleo. E até se deu um fato interessante, **que** cabe aqui mencionar. Como sempre quiseram derrubar a Campanha do Petróleo, diziam: "A campanha é comunista! A campanha é subversiva!" Esses slogans que o próprio truste se encarregava de jogar. E numa ocasião procuraram o presidente Artur Bernardes e disseram a ele "Vossa Excelência sabe que na campanha, no Centro, há comunistas?" E ele com aquela sua voz **pausada**, disse: Imitando Bernardes "Eu sei. Eles estão lá e trabalham muito. Mas em defesa do petróleo." Isso é um depoimento histórico da maior importância. Um dos elementos do porquê dessa congregação de todas as frentes e dessa organização em todo o ¹ Brasil, um dos elementos foi esse".

Entre os que acusavam a campanha de comunista, destaca-se o nome do ex-Governador da Guanabara Carlos Lacerda, que afirmava: "O Partido Comunista está liderando a campanha contra o projeto da lei do petróleo para ajudar a Rússia e para galvanizar os seus simpatizantes em todo o país. Seus ajudantes manobram com

1. Miranda, Maria Augusta Tibiriçá (depoimento), in Projeto memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás (1987, pp.17 e 18).

os políticos corruptos, os ambiciosos e os simplesmente rústicos para encobrir a origem dessa campanha por meio de "slogans"¹ nacionalistas".

Prosseguindo a sua tramitação, o projeto com as emendas feitas na Câmara dos Deputados, foi remetido à apreciação para o Senado Federal no dia 30 de setembro, onde teve início a segunda fase de discussão sobre o Projeto da Petrobrás.

O grupo que apoiava o projeto original se viu na tarefa de combater e mudar tais alterações, que instituíam o monopólio estatal do petróleo. Neste sentido, o senador Othon Mäder redigira a Emenda n. 19, onde dizia que o monopólio deveria também ser exercido por meio de concessão a empresas constituídas nos termos da legislação brasileira, com sede no Brasil, ou seja, o Estado não deveria deter o monopólio do petróleo, podendo a iniciativa privada participar da indústria petrolífera.

Após receber as emendas do plenário, o projeto foi encaminhado para as comissões onde foi estudado demoradamente e obteve pareceres contrários e favoráveis ao monopólio estatal. O parecer da Comissão de Finanças, cujo relator foi o senador Alberto Pasqualini, favorável ao monopólio, argumentava:

"Por ser uma das principais fonte de energia, o petróleo constitui uma das riquezas básicas do país, um dos fatores de progresso. Deve, portanto, ficar sob o controle do Estado, não apenas no seu aspecto regulatório, mas também no seu aspecto patrimonial e de exploração.

1.Victor (1993, pp.235 e 236).

Constituindo patrimônio nacional, as jazidas petrolíferas devem ser exploradas com o objetivo exclusivo de assegurar o abastecimento de combustíveis líquidos, de beneficiar com essa exploração toda a coletividade, e não com o fim de proporcionar lucros a grupos econômicos ou ao capital privado, que têm outros amplos setores de **aplicação**. Esse postulado exclui, necessariamente, o regime de concessões a empresas privadas e impõe à União o dever de assumir a **exploração da indústria petrolífera**¹ .

O **Senado**, após várias discussões, alterou o projeto que havia sido enviado pela Câmara dos Deputados. Praticamente a nova **redação** retomava a idéia original proposta pelo governo, pois admitia sócios ou acionistas estrangeiros, retirava, assim, o caráter nacionalista impresso no projeto da Câmara dos Deputados.

No dia 9 de junho de 1953 o projeto era aprovado com 32 **emendas**, entre as quais, a emenda n. 32, do senador Ismar de Góis, que retirava o caráter nacionalista do projeto. Pois, "Poderá o Governo, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo, contratar por intermédio da "Petrobrás" com empresas especializadas de reconhecida idoneidade técnica e financeira, trabalhos de pesquisa, perfuração e extração, mediante pagamento em dinheiro ou espécie, inclusive garantia de participação nos produtos da exploração, de modo a assegurar a compensação dos **riscos**. O produto da participação, a que se refere este artigo, só poderá ser exportado quando a juízo do Conselho Nacional do

1.Victor (1993, p.384).

Petróleo, estiverem satisfeitas as necessidades do consumo"¹.

Essa emenda não foi aprovada pela maioria dos senadores, com isso teve que retornar o Projeto da Petrobrás à **Câmara** dos Deputados, onde foi constituída uma "Comissão Especial" encarregada de dar parecer sobre as emendas aprovadas no Senado. O parecer foi crítico às emendas apresentadas pelo Senado: "A Câmara dos Deputados, numa esplêndida demonstração de civismo, repudiou a proposta governamental para **adotar** a solução nacionalista, limitando a brasileiros a participação na Sociedade. Volta o projeto, agora, a esta Câmara, com 32 emendas **que, conquanto,** em alguns pontos, aprimorem a proposição, em **essência** desfiguraram-na por completo, fazendo-a voltar, praticamente, à forma primitiva, pra permitir a admissão de sócios ou acionistas estrangeiros. As emendas de n. 6, 12 e 13 **alteram** substantivamente a solução dada pela **Câmara** dos Deputados, retirando do projeto o seu caráter nacionalista. Além dessas emendas, a de n. 32, que tem por fim anular todos os contrôles opostos à interferência alienígena, facultando a ação **das** empresas estrangeiras e permitindo-lhes 'participar nos produtos da exploração'². E uma emenda insincera".

Com este parecer a "Comissão Especial" aprovou vinte e uma emendas e rejeitou onze, inclusive a emenda n.32. Com isso, o movimento nacionalista, defensor do monopólio estatal saiu vitorioso. Mas essa vitória, também, foi resultado de um acordo parlamentar feito entre o Presidente Vargas e os parlamentares do

1.Miranda (1983, p.365).

2.Victor (1993, p.396).

PTB, UDN, PSP, PRT e PSD.

"O Capanema, então expôs as propostas que trazia do Getúlio: 'Em primeiro lugar, o Getúlio concorda que se diga de saída que a Petrobrás exercerá o monopólio estatal do petróleo'. Segundo, ele concorda que se diga que o governo, em toda e qualquer situação de aumentos de capital, terá mais de 51% dos votos. E terceiro, ele concorda que se retire, dentre os acionistas particulares, as empresas organizadas no Brasil. Concorda com essas coisas, mas exige outras três: primeiro, que se mantenha o nome Petrobrás, porque ele acha que o nome Petrobrás está ligado à pessoa dele; segundo, que se mantenham as concessões dadas às refinarias particulares Drault Ernâni e Soares Sampaio".

"Cumpre aqui destacar parlamentares que, no Senado e na Câmara, sobressaíam, em íntima colaboração com o Centro do Petróleo, na defesa dos interesses nacionais: Senadores Matias

1.Art. 10. da Lei N.2004, de 3-10-53 - Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros existentes no território nacional;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - o transporte marítimo do petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem.

Art. 2o. - A União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior:

I - por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

II - por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e das suas subsidiárias, constituídas na forma da presente lei, como órgãos de execução. In Estatutos/Registro (1959, p.3).

2.Art. 44 da Lei N.2004, de 3-10-53 -"Não ficam prejudicadas as autorizações para a instalação e exploração de refinarias no País, feitas até 30 de junho de 1952, salvo se as mesmas não estiverem em funcionamento nos prazos prefixados até a presente data". In Estatutos/Registro (1959, p.13).

Olimpio, Kerginaldo Cavalvanti, Domingos Velasco e Landulfo Alves; Deputados Artur Bernades, Euzébio Rocha, Lobo Carneiro, Bilac Pinto, Campos Vergal, Euclides Figueiredo, Orlando Dantas, Lúcio Bittencourt, Roberto Morena, Fernando Ferrari, Lino Machado, Benício Fontineli. Entre muitos outros, é de justiça assinalar" ¹ .

No dia 18 de setembro o Projeto da Petrobrás recebeu sua **redação final**, e no dia 23 a Câmara dos Deputados enviava o projeto à sanção presidencial. O Presidente Getúlio Vargas, no dia 3 de outubro de 1953, sancionava, sem vetos, o Projeto da Petrobrás elaborado pelo Congresso Nacional, transformando-o na Lei n.2004, instituindo, assim, o monopólio estatal ² .

Enfim, a campanha do "Petróleo é Nosso" alcançou seu objetivo, não só pela instituição do monopólio estatal, ~~mas~~ também por forjar uma postura nacionalista em defesa da economia brasileira.

E foi esse nacionalismo que teria levado Vargas ao suicídio, em 24 de agosto de 1954, ao defendê-lo e incentivá-lo com a própria criação da Petrobrás. Vargas em sua Carta-Testamento atacou os inimigos da Petrobrás, que estariam dificultando o seu

1.Miranda (1983, p.380).

2.Após a criação da Petrobrás,o CEDPEN distribuiu nota oficial à nação, onde terminava dizendo:

"O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, ao mesmo tempo em que se congratula pela vitória alcançada, sente-se no dever de lançar este brado de alerta.

Não devemos dormir sobre os louros.

A campanha do petróleo prossegue, pois o inimigo voltará à investida." In Miranda (1983, p. 389).

¹
funcionamento .

Enfim, Vargas deixa claro os responsáveis pelo seu ato, os grupos internacionais:

"Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me Chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do Povo. A campanha **subterrânea** dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados **contra** o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do **salário** mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma.

...Serenamente, dou o primeiro passo no caminho **da** eternidade e saio da vida para entrar na História. (a) Getúlio Vargas"² .

1."De acordo com Ronald M. Schneider, o novo Governo Eisenhower, não escondeu sua oposição à lei que criou a Petrobrás... enquanto os interesses privados norte-americanos a condenavam abertamente, atribuído-lhe a origem à inspiração comunista". In Carvalho (1977, p.82).

2.Miranda (1983, pp.400 e 401). Grifos nossos.

CAPITULO II

O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL E O CONTEXTO DE
ATUAÇÃO DO PCB (1945/1964)

II.1 - A ATUAÇÃO DO PCB NO

MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO (1945/1964)

A literatura sociológica vem discutindo, pelo menos, desde o fim da década de 60, o papel desempenhado pelo PCB no interior do movimento sindical, durante o regime populista (1945/1964)¹. Esta relação movimento sindical/PCB em nenhum outro momento foi tão articulada a ponto de tornar-se praticamente impossível falar de um sem referências ao outro.

O PCB, praticamente, atuou durante todo esse período no movimento sindical, sendo que a partir de 1952 aliou-se com os segmentos à esquerda do PTB, cuja relação foi reforçada durante a campanha **"O Petróleo é Nosso"** e nas principais greves da década de 50. Essa aliança consolidou-se durante o governo JK e manteve-se no governo de João Goulart, quando juntos, comunistas e petebistas à esquerda, controlaram a maioria das sindicatos do país e até a mais importante organização de cúpula: o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores).

Enfim não é por acaso que as análises sobre o movimento sindical do período acabam, em algum momento, por centrar seus estudos exatamente nesta articulação: PCB/Movimento sindical.

Neste capítulo iremos acompanhar como alguns autores

1. Segundo Andrade (1979), o regime populista oculta as estruturas objetivas de dominação através de um tipo específico de polarização Estado-massa, onde o Estado exerce um papel coercitivo.

analisam, de forma crítica ou mais positiva, esta relação, onde uns fazem uma análise de conjunto do período, enquanto outros privilegiam uma parte desse período, e outros ainda analisam a trajetória de um determinado sindicato ou de uma organização paralela (CGT).

Weffort (1973) em sua análise caracteriza o sindicalismo do período 1945/1964 como populista, aquele que apresenta uma relação de subordinação para com o Estado. Aqui o Estado desempenha papel ativo na transformação do movimento operário em movimento sindical populista, contudo, este movimento não foi obra exclusiva do Estado. Pois, o regime populista de Vargas encontrou na esquerda, mais precisamente, no PCB, no pós-guerra, num momento de redemocratização, um aliado fundamental para a tentativa de implementação de seu projeto nacional, que incluía uma política de reformas e de colaboração de classes.

O sindicalismo populista, segundo Weffort, seria marcado pelo nacionalismo na ideologia, pela dualidade na estrutura e pelo "aliancismo" e "reformismo" na política.

A ideologia nacionalista seria a política econômica adotada por Vargas, que defendia uma política nacional de

1.0 regime populista de Vargas nasceu em 1930 e foi um grande e instável compromisso com as classes economicamente dominantes, até 1954. Para Weffort, Vargas conseguiu estabelecer a soberania do Estado sobre o conjunto da burguesia nacional. Ao mesmo tempo colocou o Estado a serviço da burguesia nacional objetivando o desenvolvimento do capitalismo nacional.

2. Por colaboração de classes Weffort entende uma aliança triangular entre sindicatos populistas (controlados pelos comunistas), Estado populista e burguesia nacional.

1
industrialização .

A estrutura dualista é aquela composta pela organização sindical oficial, criada pela ditadura da Vargas em 1939, que engloba os sindicatos, as federações e as confederações; e pela "organização paralela", conjunto de organizações intersindicais complementares a organização sindical oficial, de caráter horizontal como: Pacto de Unidade Intersindical, Pacto de Unidade e Ação, etc. Em geral estas organizações foram controladas pelos comunistas, elas foram criadas nos anos 50 a nível de sindicatos, depois passaram aos níveis superiores das federações e confederações e culminaram com a formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962² .

Quanto ao "aliancismo" e o "reformismo" na política, este traduz-se nos marcos da aliança Estado populista - burguesia nacional - trabalhadores, onde o sindicalismo populista vai pôr em prática seu modelo de luta sindical: uma luta diretamente

1.0 nacionalismo de Vargas foi moldado, de uma certa forma, por movimentos nacionalistas como, por exemplo, a campanha "O Petróleo é Nosso", grande responsável pela Lei 2004, que instituiu o monopólio estatal do petróleo, através da criação da Petrobrás. Pois, como vimos anteriormente, o projeto inicial de Vargas previa a criação de uma empresa de economia mista, onde o capital estrangeiro poderia participar da exploração do petróleo brasileiro.

2."(...) afirmar que a política do PCB, através do CGT, é unicamente complementar à estrutura sindical é simplificar uma relação que possui no mínimo duas facetas: uma de contradição, pois criar qualquer tipo de organização sindical horizontal é proibido por lei; e outra de complementação, pois a proposta de estruturação do CGT é de simplesmente sobrepor a nova entidade à estrutura sindical já existente, tornando-se o sindicato horizontal na cúpula e não nas bases". Delgado (1986, p.144).

política, de defesa de valores nacionais e democráticos, que implicava na defesa do capitalismo nacional, no embate com os interesses desnacionalizantes, e, ainda no "amortecimento" dos conflitos interclasses tidos como passíveis de contribuir para a desestabilização da democracia. A luta especificamente econômica, por melhores salários e condições de trabalho, vale dizer, o conflito direto capital X trabalho, é desta forma, deslocado para posição secundária, face as exigências políticas. Praticava-se assim um sindicalismo onde os antagonismos de classe encontravam-se fundamentalmente mediatizados pela política.

Historicamente o sindicalismo populista, segundo Weffort, teve início na década de 50 e chegou a definir-se plenamente em 1955. Assim, o sindicalismo populista se formou depois do regime populista, que começou na década de 30, no primeiro governo Vargas.

Somente quando Goulart assumiu o Ministério do Trabalho, em 1952, é que essa pasta passa a ter a função de promover a face mais "participativa" do populismo, por meio da revalorização das organizações sindicais. Enfim, foi o regime populista, no segundo governo Vargas, que transformou o movimento operário em movimento

1.0 PCB no seu V Congresso definiu a revolução brasileira, naquela etapa, como sendo uma revolução antiimperialista e antifeudal, cujo primeiro passo seria a conquista de uma etapa democrático-burguesa por uma frente revolucionária sob hegemonia do proletariado. "Esta conclusão teórica e estratégica para os comunistas foi fundamental. Pois, estaria nas mãos do proletariado a missão histórica de comandar a revolução brasileira. O país teria que passar primeiro por uma fase democrática, para só então alcançar o socialismo. Essa estratégia teria como objetivo principal junto aos trabalhadores levá-los a superar as lutas unicamente econômicas, voltando-se para a luta pelo poder político". Delgado (1986, p.116).

sindical populista.

A morte de Vargas significou, na análise de Weffort, entre outras coisas, a afirmação da ideologia nacionalista que influenciaria o comportamento da esquerda e dos sindicatos a partir de 1961, quando o sindicalismo brasileiro começava a se politizar ¹.

Durante o governo Goulart, o sindicalismo populista realizou greves políticas - ponto máximo de seu desenvolvimento ². Greves que tinham seu êxito limitado quase exclusivamente às empresas públicas ou de utilidade pública, onde o Estado era o patrão. Essas greves políticas culminaram na campanha pelas reformas de base. Assim, conclui Weffort, as reivindicações econômicas

1."De maneira geral, as análises sobre o sindicalismo desse período têm-no caracterizado, por um lado, por se pautar apenas por reivindicações salariais, e por outro, por ser um sindicalismo político, distanciado do espaço fabril. No entanto, podemos ver que as pautas de reivindicações do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda não incluíam apenas questões salariais, nem tampouco podem ser rotuladas como "políticas", mas, ao contrário, apresentavam também questões específicas relativas à organização e condições de trabalho. Assim, numerosos conflitos vividos pelos trabalhadores a nível fabril encontravam de fato expressão no Sindicato". Morel (1989, p.335).

2."Partindo desta visão crítica sobre o sindicalismo dito populista, as análises sobre as greves do pré-64 destacaram determinadas características dos movimentos e privilegiaram certas greves, em um exercício de ilustração do funcionamento do modelo construído.

Acreditamos que tal modelo de análise é, em parte, operacional, em especial por dar conta de uma caracterização abrangente, de conjunto. No entanto, os modelos nunca podem esgotar a totalidade dos processos que se propõe a identificar". Mattos (1994?, pp. 10 e 11).

passaram para segundo plano.

Ianni (1975) em seu trabalho sobre o populismo no Brasil faz uma análise crítica quanto à atuação do PCB no movimento sindical. Assinala que a partir de 1945 o PCB, orientado pelo reformismo e apoiando a frente única com a burguesia, envolve-se com a política de massas oriunda do getulismo, e não consegue transformá-la em luta de classes.

"Não se dedicou à análise da realidade, para perceber que a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a "consciência de massa" que a "consciência de classe", antes o princípio da mobilidade que o princípio da contradição. Que ela deveria traçar um caminho próprio para atingir e exprimir a consciência de classe. Enquanto a esquerda permanecia ao nível da consciência e atuação das massas nos moldes estabelecidos na democracia populista, ficava-se ao nível das reificações. Por isso, ela foi sempre surpreendida pelos golpes de Estado, pelas viradas bruscas, pelas oportunidades perdidas. Foi assim em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas; em 1954, com o suicídio deste; em 1956-60, em face da habilidosa combinação da política de massas e do desenvolvimentismo internacionalista, conduzido por J.K. de Oliveira; em 1961, ante a renúncia de Jânio Quadros e o empolgar das massas por Brizola; em 1964, ante o Golpe de Estado.

1. Mais adiante verificaremos que no caso dos petroleiros, as reivindicações econômicas não ficaram em segundo plano. E com relação as questões políticas nacionais, os petroleiros não tinham como não participarem, pois algumas dessas questões estavam diretamente ligadas ao setor petrolífero, como, por exemplo, a encampação das refinarias particulares pela Petrobrás. O decreto encampando as refinarias foi assinado por Goulart no "Comício das Reformas", realizado no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil. Porém, foi revogado depois do golpe de 64.

Isto é, diante dos desdobramentos das contradições inerentes à democracia populista, a esquerda não formulou a sua opção. Por isso, ela se condenou a assistir impotente à modificação¹ drástica do quadro histórico no Brasil".

A política de massas e o reformismo estabeleceram os limites e as condições tanto da politização como da atuação política do proletariado urbano, de certos setores da classe média, dos universitários e do proletariado agrícola. Segundo Ianni, a esquerda foi incapaz de estabelecer uma política de classes alternativa à política de massas do populismo, pois a eficácia desta política deveu-se, sobretudo, a composição rural do proletariado industrial e de sua formação recente.

A consciência do proletariado urbano e industrial brasileiro, conclui Ianni, é peculiar, devido a sua composição heterogênea e a sua formação recente que contribuíram para o surgimento de uma "consciência de mobilidade", ou seja, um comportamento individual ou grupal voltado principalmente para a conquista e consolidação de posições na escala social. Pois, os antagonismos de classe não se estruturam a não ser parcialmente. E não chegam a fundamentar posições e diretrizes políticas autenticamente de classe.

Werneck Vianna, diverge das análises até agora apresentadas, pois não concorda, por exemplo, com a afirmação feita por Weffort de que a persistência da estrutura sindical corporativa deveu-se à política equivocada das lideranças comunistas operárias. Essa

1. Ianni (1975, pp. 100 e 101).

política teria se desenvolvido através da associação dos comunistas com o Estado; e das alianças de classes, em prejuízo da sua autonomia e de seu ímpeto reivindicativo. Werneck Vianna ressalta que a atuação do PCB e da esquerda democrática na Assembléia Constituinte de 1946 aponta para outra direção, a medida em que defendiam o direito de greve; a liberdade e a autonomia sindicais em oposição à filosofia celetista (Consolidação das Leis Trabalhista).

Em sua análise Werneck Vianna (1976) está preocupado em saber se a prática política dos comunistas, não somente no âmbito sindical, foi adequada àquelas circunstâncias, uma vez que o PCB não possuía hegemonia política naquele período (1945/1964) para poder instaurar o socialismo no país. Diante de tal realidade, o PCB tentou atrair a burguesia nacional às propostas de reforma de "estrutura de estado e da propriedade", com o objetivo de fortalecer o estado democrático-nacionalista, etapa necessária para se alcançar o estado socialista.

O autor, no entanto, critica a falta de trabalho de base dos comunistas, uma vez que o PCB ao enfatizar as reformas de estrutura acabou afastando as lideranças sindicais de um trabalho efetivo junto as bases ¹.

Werneck Vianna (1988), também, critica a prevalência do tema nacional presente no sindicalismo e as constantes movimentações

1.Experiências sobre o trabalho de base foram analisados nos Sindicatos dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (Santana, 1992; Ramalho, 1989); e de Volta Redonda (Morel, 1989); no Sindicato dos Bacários do Rio de Janeiro (Mattos, 1996); no Sindicato dos Ferroviários do RJ (Mattos, 1996); e no Sindicato dos Operários Navais (Pessanha, 1988).

por melhores salários, além da baixa incidência de questões especificamente fabris (ritmo de trabalho, saúde ocupacional, disciplina, etc.). Neste contexto, exemplifica, que a greve da construção naval, de 1953, foi uma exceção. Percebeu também que, sobretudo, nas empresas públicas - industriais e de serviços - ocorreu uma ênfase maior na questão nacional em detrimento das demandas sociais e da institucionalidade especificamente sindical, apontando assim para um movimento operário que vivia mais a lógica da situação de frente nacionalista que a sua própria¹.

Resgatando a análise feita por Weffort sobre o sindicalismo populista, Boito Jr. conclui que o movimento sindical brasileiro do período de 1945 a 1964, estava impregnado de ideologia populista. Essa ideologia possui como elemento nuclear o mito pequeno-burguês do Estado protetor².

1."O nacionalismo burguês não consistia numa ilusão. Ilusão foi concebê-lo como objetivamente revolucionário, fornecendo lastro popular às instituições autoritárias criadas por uma classe, e pelas elites políticas que a têm representado no Estado, em seu projeto de expansão do poder nacional-burguês". Werneck Vianna (1988, p.34).

3.Santa Cruz (1990) estudando as origens do sindicalismo bancário no Rio de Janeiro, de 1930 a 1937, constatou que os bancários foram um dos primeiros setores a aderirem à legislação sindical. Com isso as relações que eram essencialmente paternalistas, entre bancários e banqueiros foram substituídas por relações sindicais e políticas. Nesse sentido, criou-se um espaço para o crescimento de lideranças bancárias comprometidas com o PCB, colocando um obstáculo a mais para o sucesso do projeto varguista de conciliação e harmonia de classes. Logo o movimento bancário carioca confrontou-se diretamente com o governo. "Caiu, por assim dizer, a farsa do Estado neutro e, com ela, a possibilidade de surgirem lideranças varguistas no movimento sindical bancário. As tentativas de cooptação das direções, de alianças com os integralistas resultaram em completo fracasso. Somente pela repressão e violência, a partir de 35, o movimento bancário foi controlado em sua dinâmica de ascenso". Santa Cruz (1990, p.86).

"Esse mito consiste na expectativa de que o Estado tome a iniciativa de defender as classes dominadas, organizando-as contra as investidas das classes dominantes. (...) O mito do Estado protetor é, portanto, avesso à organização independente das massas e implica no desprezo pela sua organização e engajamento político-partidário. E ao estado protetor que se entrega a tarefa de dirigi-la politicamente"¹.

A estrutura sindical de Estado possui, segundo Boito Jr., três traços constitutivos: 1)A existência e o funcionamento dos sindicatos dependem do reconhecimento e da autorização do estado; 2)O sindicato único é imposto por lei; e 3)O imposto sindical é recolhido, distribuído e controlado pelo Estado.

Com essa estrutura os sindicatos ficam subordinados ao Estado, ou seja ficam sob a direção política da burguesia,² impedindo-os de organizarem-se livremente.

Historicamente, segundo Boito Jr., a estrutura sindical de Estado, no Brasil, se consolidou no final do Estado Novo (1945), com a colaboração do PCB, que no seu programa de campanha eleitoral de 1945, no ponto 7 explicita essa sua colaboração:

1.Boito Jr. (1991, pp. 33 e 34).

2.No caso dos petroleiros da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (RLAM), localizada na Bahia, a sindicalização era feita em sigilo, longe das chefias, porque a direção da RLAM/Petrobrás era contrária a sindicalização de seus empregados tanto que chegou a demitir dois de seus funcionários que se elegeram, na primeira eleição (1960) que houve no Sindipetro-BA, para Presidente e 1o. Secretário. Contudo, tiveram que recuar de suas decisões porque a categoria pressionou a direção da RLAM para readmitir os dois líderes sindicais. Esse episódio mostra que mesmo sendo o Estado o patrão, nem sempre a sindicalização era vista como forma de controle, ao contrário era uma ameaça que tinha que ser reprimida. Ver Oliveira Jr. (1996).

"Pela ajuda decidida do governo à organização sindical do proletariado, inclusive nas empresas autárquicas, a fim de que unifique nacionalmente suas forças numa grande Confederação¹ Geral" .

Para Boito Jr. essa posição política do PCB é "aberrante", até porque, segundo suas análises, foi o único Partido Comunista do mundo que pediu ajuda ao Estado burguês para organizar o proletariado. Com isso, o PCB teria contribuído para a efetivação² do sindicato de Estado, criado no pós-30³, pelo decreto n.19.770, de 19 de maio de 1931 .

Contudo, segundo Boito Jr., houve um momento de "crise" da ideologia do populismo sindical, que compreende os anos de 1948 a 1953, quando a direção do PCB assumiu a luta pela liberdade da organização sindical. O autor se refere ao período em que os comunistas abandonaram os sindicatos oficiais, por entenderem que eram **órgãos** que estavam à serviço da burguesia e dos

1.Boito Jr. (1981, p.30).

2.Até 1930 os sindicatos existentes eram organismos independentes do Estado. A liberdade de organização sindical era garantida, no plano jurídico, pelo decreto n. 1637, de 5 de janeiro de 1907, que diz que os sindicatos se constituem livremente, sem autorização do governo. Tais sindicatos desenvolveram-se, sobretudo, no meio operário, enquanto quase a totalidade da classe média ignorava a organização e a luta sindicais.

3.Esse decreto acabou com a liberdade de organização sindical, pois, impôs a unicidade sindical e a necessidade de autorização do Estado para se criar um sindicato.

"Os sindicatos eram registrados como associações civis. Não havia lei sindical. Cada um fazia os seus estatutos, obedecendo certos ditames que havia para registrar uma associação: como se fundava, como se elegia a diretoria, como se desenvolvia, etc. Mas éramos nós que fazíamos os estatutos para registrar o sindicato". Morena (1979, p.14), in Encontros com a Civilização Brasileira, n.13. RJ, Civilização Brasileira, julho de 1979.

latifundiários. Ao mesmo tempo estimularam a **criação** de "sindicatos paralelos", incentivaram greves sem consulta prévia as categorias, etc. Toda essa postura foi consequência da orientação política que o PCB passou a adotar a partir do "Manifesto de Agosto" (1950), que pregava a tática do confronto, de recusa às alianças e de ruptura com a estrutura sindical oficial. Enfim, uma linha política mais radical, mais esquerdista.

Mas, por volta de 1952, segundo Boito Jr., o PCB deixou-se penetrar, novamente, pela ideologia pequeno-burguesa do sindicalismo de Estado, e voltou a atuar no interior dos sindicatos oficiais. Sendo que esse retorno foi consequência de uma luta interna do PCB, entre a direção e os militantes sindicais: os ¹ sindacaleiros) que continuaram atuando nos sindicatos oficiais, independentemente da orientação política do "Manifesto de Agosto" de 1950. Dessa discussão saiu a Resolução Sindical (1952), a qual determinava a volta dos comunistas aos ² sindicatos oficiais .

1.No Rio de Janeiro, Santana (1992) constatou a presença dos sindacaleiros no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. "A intensa participação dos comunistas na retomada das atividades do sindicato (1951/1952), assinala outro descompasso entre a linha oficial (Manifesto de Agosto) que propunha o afastamento da militância comunista dos sindicatos oficiais com o trabalho na constituição de organizações paralelas e a prática desta mesma militância no meio sindical. Ressalte-se que este descompasso não existia apenas na categoria metalúrgica, sendo fenômeno bastante generalizado".Santana (1992, p.113).

2."A resolução sindical de 1952 marca o início oficial do período, mas ela era a legitimação de uma prática política que já vinha sendo executada pela base operária e por parte dos escalões intermediários do partido". Correa (1984, p.145).

Boito Jr. também analisa a falta de organizações sindicais nos locais de trabalho. As greves caracterizariam-se por serem decididas pelas cúpulas sindicais. Assim, as greves gerais por categoria predominariam sobre as greves por empresa e a paralisação efetiva do trabalho nas diversas indústrias só se verifica com a presença dos piquetes de greve.

Contudo, Mattos (1996) constatou em sua análise sobre o movimento sindical carioca, que, no caso dos ferroviários, os piquetes eram dispensados por completo. Com relação à inexistência de organizações sindicais por empresa, tal fato não corresponde a realidade. Pelo menos dos metalúrgicos, que em 1961 possuíam 140 Conselhos Sindicais¹. O papel desses Conselhos era decisivo tanto para a deflagração de greves por empresa, quanto para a renovação das direções do sindicato. Pois, embora a diretoria do sindicato priorizasse a resolução negociada dos conflitos, evitando as greves da categoria, a existência e relativa autonomia dos Conselhos propiciou o surgimento de 20 greves por empresas, entre 1953 e 1964, 14 das quais em empresas de porte médio (entre 100 e 999 empregados).

No caso dos bancários cariocas, os Conselhos Sindicais, eram organizados por bancos. Os bancários participaram entre 1961 e 1963, de três grandes greves da categoria, consideradas históricas, por terem conquistado o salário profissional, a semana inglesa com jornada de 6 horas, anuênios e comissões de

1. Os Conselhos Sindicais eram órgãos representativos dos trabalhadores com atuação concentrada nas reivindicações fabris mais imediatas. Esses conselhos atravessaram a década de 50 e se mantiveram até 1964, sendo responsáveis por inúmeras mudanças a nível das condições e relações de trabalho fabris.

função. Essas greves foram organizadas nacionalmente, ou seja, seu planejamento, os canais de negociação e a pauta de reivindicações obedeciam a uma lógica que não podia ser reduzida as demandas dos trabalhadores de uma única empresa.

"Justamente por possuírem um forte enraizamento nos locais de trabalho, os dirigentes sindicais bancários puderam experimentar, em 1963, um interessante modelo de greve por empresas, em sequência. Tratava-se do que foi divulgado na imprensa sindical como "greve bossa nova" e nos meios dirigentes apelidado de "grevilha", em alusão à tática da guerra por guerrilhas"¹. Esse tipo de greve demonstrou um outro caminho para a negociação diretamente com os banqueiros, sem a intermediação do Estado (Justiça do Trabalho, Ministério do Trabalho e/ou Presidente da República).

Com essas análises Mattos propõe uma flexibilidade do modelo de sindicalismo corporativista, o qual não seria de todo incompatível: com o sucesso econômico e a politização crescente das campanhas sindicais; com as propostas alternativas de mediação do conflito capital-trabalho, como Contrato Coletivo; com as organizações de base dos trabalhadores (conselhos sindicais); ou com as greves por empresa.

Todavia, Boito Jr., não, acredita na transformação desse sindicato organizado e integrado no aparelho de Estado em "órgão

1.Mattos (1994?, p,15).

da luta de classes do proletariado". Pois, só o marxismo-leninismo fornece uma compreensão radical do antagonismo existente entre as classes dominadas e o Estado **burguês**. Discorda, assim, por exemplo, das análises feitas por Martins e Almeida (s/d) sobre o posicionamento dos comunistas no processo político e sindical na conjuntura de redemocratização do pós-guerra (1945/1946). Pois, o sindicalismo de Estado em sua estrutura, fixa limites intrasponíveis à prática sindical a tal ponto de desorganizar o movimento sindical das classes trabalhadoras. "O sindicato de Estado é, sempre, e ao contrário do que se passa com outros tipos de sindicalismo, uma instituição² que amortece o conflito de classes .

Porém, Martins e Almeida (s/d) resgatam de forma positiva a participação do PCB no movimento sindical nos anos 1945/1946. Argumentam que as condições reais concretas interferiram como limites à construção de um caminho alternativo àquele seguido pelos comunistas. Pois, mesmo em sua aliança com Vargas, o PCB teria garantido sua autonomia e trabalhado "por dentro" da estrutura sindical para modificá-la. Enfim, para Martins e Almeida o PCB buscava "participar tanto quanto possível da vida sindical tal como se encontrava organizada, mas com objetivo de

1. Este não era o pensamento do PCB, como podemos perceber no depoimento de Luiz Tenório de Lima, que foi membro do Comitê Central do PCB, dado a Pedro Del Picchia: "O objetivo fundamental do Partido não é assaltar a diretoria do sindicato, como às vezes se proclama para assustar a opinião pública. Do que o Partido não abre mão, fora ou dentro de diretorias sindicais, é de seu combate no sentido de transformar o sindicato num instrumento de luta de classes dos trabalhadores" (Del Picchia, 1980. p.52. Grifos nossos).

2. Boito Jr. (1991, pp. 15 e 16).

introduzir alterações que, gradualmente, convertessem em um instrumento vivo capaz de expressar, cada vez com mais fidelidade, os interesses dos trabalhadores"¹ .

Nesse sentido, o trabalho de José Ricardo Ramalho (1989) ilustra como os comunistas, já na década de 60, criaram uma estratégia para atuarem dentro da fábrica da FNM.

"Exercendo posições de liderança e de enfrentamento com os patrões, os operários comunistas tiveram uma atuação sindical marcante e, apesar de atuarem através do sindicato, procuravam trabalhar com as limitações dessa estrutura. Uma das formas de fazê-lo era através da consulta sistemática aos delegados sindicais, que vai se transformar num futuro próximo, segundo uma liderança do sindicato, um modelo de luta contra o atrelamento. Tanto que dentro da FNM surgiram vários conselhos sindicais, entre os quais, em 1964, se destacava o Conselho 51 que já tinha influência sobre decisões a serem tomadas pela direção da empresa.

Não se fazia nada na empresa sem que fosse ouvido o Conselho 51... A presença de delegados sindicais nas seções da fábrica, atuando como verdadeiros fiscais, e com um sistema de comunicação eficiente, causou enormes embaraços à administração, pois essa nova postura, oriunda da atividade sindical, revertia toda uma prática de dominação construída durante tantos anos"² .

1.Martins e Almeida (s/d, p.45).

2.Ramalho (1989, pp.154 e 155).

Alves (1984), em seu estudo faz uma análise positiva da atuação do PCB. Pois, segundo a autora, este se aliou com os populistas acreditando num capitalismo nacionalista democrático. Com relação ao movimento operário, o PCB, nos anos 1945/46, criou organizações paralelas na tentativa de neutralizar os efeitos do corporativismo sobre o movimento operário, após ter tentado combatê-lo por vias legais.

Enfim, segundo a autora, as organizações paralelas não foram resultantes, conforme afirma Weffort, da tentativa comunista de penetrar nos sindicatos oficiais a fim de reforçar a estrutura corporativista, o que demonstraria sua aceitação da política de **colaboração de** classes da burguesia nacionalista. Na verdade, conclui a autora, esses organismos paralelos foram uma tentativa de neutralizar os efeitos do corporativismo sobre o movimento operário.

Com relação ao golpe militar, Alves discorda da tese de que a suposta falta de capacidade da classe operária em resistir ao golpe militar de 64, foi devido ao caráter elitista ou de cúpula das organizações sindicais. Pois, entende que o movimento operário estava organizado, antes do golpe, nas suas respectivas bases e demonstra isso citando a capacidade e a eficiência das organizações paralelas em mobilizar grandes contingentes de

1."A ilusão a respeito de um capitalismo nacionalista e democrático não se confinava a certos setores burgueses. Ela era compartilhada por grupos de esquerda, especialmente o Partido Comunista. A ilusão resulta de uma análise enganosa da realidade brasileira e do capitalismo mundial, levando os comunistas a concluírem sobre a possibilidade de um desenvolvimento capitalista independente das forças imperialistas". Alves (1984, p.91).

trabalhadores.

Delgado (1986) faz uma análise sobre a atuação dos
comunistas no CGT¹. Nesse estudo observou que a relação
sindicato/base tinha uma debilidade no trabalho organizativo
junto as bases. Esta ausência se reflete no fortalecimento das
federações em detrimento dos sindicatos. Pois, os sindicalistas
limitavam-se em atuar quase exclusivamente nas entidades de
cúpula.

Além disso, os organismos paralelos, como o CGT, adotam um
discurso radical e por reformas que choca com os interesses das
facções burguesas, tanto que em 1964 precipita o avanço das
forças conservadoras. Como essas organizações tinham pouca
vinculação com as bases², o movimento sindical pouco pôde fazer
para barrar esse avanço.

No que diz respeito a afirmação feita por Weffort, de que o
movimento sindical daquela conjuntura (1961/1964) tinha sua
atuação, sobretudo, dirigida ao setor público e ao setor mais
tradicional da economia enfrenta problemas ao ser confrontado

1.A direção do CGT era composta, em sua maioria, pelos
comunistas. Contava também com membros do PTB. Segundo Leôncio
Martins Rodrigues, " O CGT foi mais uma organização política das
lideranças comunistas e nacionalistas, destinada a ampliar seu
poder de pressão na coligação nacional-populista do que um
organismo sindical propriamente dito. Fundamentalmente, o CGT
propunha um amplo programa de reformas da sociedade brasileira".
Rodrigues (1983, p.547).

2.Rodrigues (1983) já tinha assinalado que o CGT não tinha se
orientado no sentido de tentar o fortalecimento dos sindicatos no
interior das empresas, pois preferiu ampliar sua influência junto
ao governo federal. "Paradoxalmente, a estrutura corporativista
que deveria servir para impedir o desenvolvimento autônomo do
movimento operário, serviu de apoio para a expansão da influência
comunista". Rodrigues (1983, p.549).

com a realidade. Pois, Delgado ressalta a penetração do movimento sindical nos setores produtivos mais modernos sentida, principalmente, nas greves deflagradas pelas categorias destes setores .

Outro contraponto que a autora faz com Weffort é em relação a conotação apenas política que estaria presente nas mobilizações de 1961/1964. Pois, as reivindicações econômicas nunca foram deixadas de lado pelo CGT. Para a autora, a debilidade do movimento sindical deve ser buscada na ausência de um trabalho de base .

Delgado conclui que foram duas as formas de atuação do PCB e seus aliados do PTB no movimento sindical dos anos 60. Uma marginal, voltada para as bases, como demonstra a experiência de Santo André , que permite perceber a existência de sindicatos atuantes nos locais de trabalho; e outra predominante, prescindindo destas bases e limitada às direções sindicais, pautando-se por reivindicações de conteúdo predominantemente

1."Reportando aos movimentos paredistas do período, basta citar a greve dos 700.000, em outubro de 1963, no Estado de São Paulo que paralisava não somente as indústrias tradicionais como as de laticínios, produtos alimentares em geral, produtos têxteis, a maioria sob controle do capital nacional; como paralisava também indústrias do setor privado mais modernas, como as metalúrgicas e as químicas, controladas, essencialmente pelo capital internacional". Delgado (1986, pp. 131 e 132).

2."O movimento sindical no início dos anos 60 sintetizado na experiência e na prática do CGT, não constrói caminhos para a democratização por baixo, criando somente propostas de democratização pelo alto. Neste seu ideário e nesta sua "práxis" encontra-se a raiz maior de sua debilidade, como os acontecimentos políticos de 1964 de certa maneira demonstram". Delgado (1986, p. 218).

3.Experiências nesse sentido já foram constadas em outros trabalhos como vimos no decorrer desse capítulo.

nacionais. "Portanto, a grande fragilidade do sindicalismo do período segundo nosso entendimento é a ausência de combinação das duas estratégias, o que acaba por enfraquecer uma experiência sindical com grande potencial de unificação e fortalecimento real da classe trabalhadora"¹.

O estudo de Pessanha (1988) sobre o Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro, demonstra a experiência de um sindicato atuante no local de trabalho que através dos Conselhos Sindicais, organizados também pelos comunistas, obtiveram ganhos significativos quando da assinatura do Contrato Coletivo de 14 de junho de 1963. As principais conquistas foram: quadro de **carreira**, indicando as etapas da hierarquia profissional e o salário-base de cada nível; elevação da taxa de insalubridade a níveis de 33% do salário-base; pagamento de hora-extra a níveis de 100% da hora de trabalho normal; jornada de trabalho aos domingos e feriados limitada a 8 horas; abolição do trabalho normal aos sábados e a limitação da jornada de trabalho semanal de 40 horas; e férias de 30 dias. Contudo, em julho de 1964 esse contrato perdeu sua validade².

Outra experiência nesse sentido foi a do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, analisada por Santana (1992), que resgata a atuação comunista no interior deste sindicato. O autor

1.Delgado (1986, p.147).

2."A queda de Goulart e a tomada do poder pelos militares representam, por tudo isso um rude golpe sobre esses trabalhadores, na medida em que lhes retiram quase tudo: a inserção sindical, a condição de marítimos, a sede do sindicato, e, em inúmeros casos, o próprio trabalho-base de sua identidade social e política". Pessanha (1988. p.36).

constatou que os comunistas nos anos 1945/1964, foram os grandes responsáveis pelo ressurgimento e consolidação de organizações de base nas empresas metalúrgicas do Rio de Janeiro. Deste modo, auxiliaram na abertura de um canal por onde os trabalhadores poderiam expressar suas opiniões, organizados a partir da empresa¹.

"No que diz respeito a discussão sobre a relação direção/base no período (1947-1964), ela vem sempre marcada pela característica de que a direção do movimento, imersa na prática "cupulista", se distanciara da base, em termos de relação continuada e orgânica, tendo os comunistas responsabilidade fundamental neste fato. No caso do Sindicato dos Metalúrgicos, esta afirmação fica sem sentido, tendo em vista que ao longo de toda a conjuntura, a militância comunista, estando dentro ou fora da direção sindical, trabalhou incansavelmente pela organização dos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho"².

Enfim, constatamos que os estudos empíricos vêm preencher uma lacuna deixada pelos trabalhos preocupados em formular modelos teóricos sobre o sindicalismo desenvolvido no período de 1945/1964, que devido a natureza desses trabalhos carecem de uma maior sustentação analítica em termos de dados empíricos.

1."Os sindicatos não poderão dirigir eficientemente as luta da classe operária por suas reivindicações se, antes de tudo, não estiverem profundamente enraizados nas empresas, se não levarem o centro da gravidade dos sindicatos para ali onde a luta de classes é mais aguda: as empresas" (Novos Rumos, n. 110, abril de 1961. p-p 14-20. "O Sindicato na Empresa", Clay Martins).

2.Santana (1992, pp. 60 e 61).

Portanto, podemos perceber que, por um lado existe uma vertente (Weffort, Ianni, Boito Jr.) que critica a atuação do PCB no movimento sindical brasileiro durante o período populista (1945/1964). Por outro lado, estudos baseados em trabalhos empíricos/estudos de caso, onde o meu trabalho está inserido, concluem que a militância sindical comunista não se baseou pura e simplesmente na adesão ao regime populista. Pois cada uma dessas categorias estudadas (bancários-RJ, ferroviários-RJ, metalúrgicos-RJ, operários navais-RJ, petroleiros-RJ, estivadores de Santos), apresentam especificidades que não se enquadram totalmente no sindicalismo populista.

II.2 - A POLITICA SINDICAL DO PCB (1945/1964)

Após o fim da segunda guerra mundial, o PCB adotou uma nova postura com relação a burguesia nacional e lançou o documento "União Nacional para a Democracia e o Progresso", em maio de 1945, no qual dizia que a democracia burguesa voltara-se para a esquerda. Com isso a classe operária, naquele momento, poderia aliar-se com a pequena burguesia do campo e e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional.

Nesse sentido, caberia ao proletariado um papel dirigente nesse grande esforço de união nacional, pois só a classe operária¹ organizada nos sindicatos poderia realmente mobilizar as grandes massas populares e com isso desenvolveria mais rapidamente a democracia.

Continuando na mesma linha política, a Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, ratificou a necessidade de se continuar o trabalho sindical. Pois, este era o caminho que ligaria o partido as grandes massas trabalhadoras, o que asseguraria a democracia brasileira. Mas para isso **seria** necessário fazer um grande trabalho, uma vez que os sindicatos, naquele momento, estavam enfraquecidos, necessitando

1."E por intermédio de suas organizações sindicais que a classe operária poderá ajudar o governo e os patrões a encontrarem soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos do dia. E por intermédio do sindicato que mais facilmente se exerce a vigilância de classe contra o provocador fascista que luta pela divisão do movimento operário para que as grandes empresas reacionárias possam descarregar o peso da situação econômica sobre os consumidores e, portanto, sobre os próprios trabalhadores" (Carone, 1982. p. e p. 37 e 38).

transformarem-se em organizações fortes e poderosas capazes de dirigirem o proletariado. Para isso era urgente acelerar a sindicalização dos operários em seus respectivos sindicatos, para tal seria preciso conhecer a realidade entre os operários e as empresas. Nesse sentido, deveria ser levado em consideração a experiência do trabalho já desenvolvido, pelos comunistas, em São Paulo pelas comissões sindicais de empresa, que eram organismos bem estruturados, divididos em subcomissões que abrangiam desde questões econômicas até divertimento, assistência social, etc.

Porém, com o "Manifesto de Agosto", lançado em 1950, o partido passou a considerar o sindicato como órgão do Estado e do governo burguês, isto é, órgão a serviço da burguesia e dos latifundiários¹. Conseqüentemente, os sindicatos deveriam ser abandonados pelos sindicalistas comunistas. Ao mesmo tempo estimulava a criação de "sindicatos paralelos", fora da estrutura oficial, além de incentivar greves sem consultar, previamente, a

1. "Achávamos que os sindicatos que existiam no Brasil eram órgãos do Governo, que era um Governo da burguesia e dos latifundiários; logo, os sindicatos eram organizações a serviço dos latifundiários e da burguesia. Então, o que nós comunistas deveríamos fazer era criar sindicatos ou associações livres, puras, quimicamente puras. E nos lançamos fora dos sindicatos existentes, indo organizar "adoidadamente" associações com comunistas, simpatizantes, amigos, familiares de comunistas, quando não havia briga. E onde havia um sindicato de 5 mil, 2 mil pessoas, nós organizávamos uma associação com 200 pessoas, dependendo de a célula do Partido ali ser mais ou menos forte. Mas os anos mostraram a ineficiência dessas associações, pois pretendíamos criar um movimento desvinculado do processo normal de conscientização, de avanço da classe trabalhadora" (Del Picchia, 1980. p. e p. 22 e 23 - Depoimento de Armênio Guedes, que foi membro do PCB).

1
categoria .

A linha política do "Manifesto de Agosto" incita a tática do confronto, de recusa às alianças, de ruptura com a estrutura sindical existente - linha "esquerdista".

" Essa orientação terá efeitos bastante negativos para o PCB no meio sindical e no seio da classe operária, perdendo grande parte de sua força e influência. Com o abandono dos sindicatos, por parte dos comunistas, abre-se um espaço no interior das organizações dos trabalhadores que seria ocupada pelos trabalhistas e outras forças políticas". (Segatto, 1989. P.76)

Contudo, a partir de 1951, algumas mudanças já podem ser notadas. No movimento operário e sindical o bloqueio imposto pela linha política da direção do PCB começa a ser rompido através da reação dos militantes que atuavam no movimento sindical, os sindicaleiros. Essa reação se manifesta na volta aos sindicatos, na aliança com os getulistas e em medidas concretas da construção do partido dentro das empresas. E daí que eclode o processo das grandes greves, iniciada com a dos bancários de São Paulo, em 1951.

1."Qualquer greve, para nós, poderia ser o início da insurreição operária, e nós as tratávamos de maneira irresponsável. Dizíamos: "tirar uma greve". Tirar uma greve por tirar uma greve, não porque fosse uma necessidade de um conjunto de trabalhadores de uma fábrica para melhorar suas condições de vida. Eu mesmo, algumas vezes responsável pelo Partido, dizia a u, camarada:"quantas greves vocês fizeram aqui? E preciso fazer greves, caso contrário não podemos ter a revolução vitoriosa no Brasil". E a partir disso achávamos que o país pronto, estava prenhe da revolução, bastando qualquer coisa para ocorrer o parto. Nós seríamos as parteiras da revolução" (Del Picchia, 1980. p. e p. 23 e 24 - Depoimento de Armênio Guedes, que foi membro do Comitê Central do PCB.

Assim, a própria experiência dos militantes comunistas que continuaram a atuar no movimento sindical, fez com que não adotassem a tática do confronto direto - classe contra classe - proposta no "Manifesto". Como consequência, em 1952, o Comitê Central teve que convocar um "ativo sindical nacional", onde foi aprovada a "Resolução Sindical", um documento elaborado pelos sindicaleiros, entre eles, Roberto Morena e Hércules Corrêa.

A "Resolução Sindical determina que os comunistas voltem aos sindicatos existentes, recolham as reivindicações próprias dos trabalhadores, forjem aliança com as forças ali atuantes, especialmente os petebistas, e retornem a luta pela sindicalização e pela unidade sindical". (Vinhas, 1982. P.130)

Prestes foi um dos que criticaram o esquerdismo que predominava no partido:

"Só em 52 é que consegui que a Comissão Executiva encaminhasse ao CC uma resolução sobre o movimento sindical, que foi aprovada, mudando completamente a orientação do partido. E a chamada resolução sobre o movimento sindical. Foi redigida por mim e aprovada pelo CC"¹.

Contudo, a "Resolução Sindical" e todas as conquistas e lutas sindicais desenvolvidas pelos comunistas, no período de 1952/1954, não foram suficientes para se vencer a linha política esquerdista proposta no "Manifesto de Agosto", que acabou sendo ratificada no IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954.

Somente com o XX Congresso do PCUS (1956), quando Kruchev

1.Moraes e Viana (1982, p.119).

denuncia as atrocidades do governo Stalin (1924/1953) e propõe o fim do que se chamou de culto da personalidade, é que a linha política do PCB sofrerá mudanças. A denúncia provoca perplexidade geral no movimento comunista mundial. No Brasil, somente em 1958, leva a direção do PCB a tomar medidas democratizantes. A autocrítica leva o partido a uma nova linha política, expressa na "Declaração de Março" (1958).

"... foi o impacto destruidor e criativo do XX Congresso que forçou os comunistas brasileiros a se debruçarem sobre si mesmos e a empreenderem um longo e tortuoso caminho em busca da realidade, de uma linha política a ela ajustada e, sobretudo, de uma concepção radicalmente diversa do fazer político" (Vinhas, 1982. p.180).

Anterior a "Declaração de Março", o documento "Sobre a Atuação dos Comunistas no Distrito Federal", de janeiro de 1958, já apontava para as mudanças propostas na "Declaração". Pois, "a superação dos erros e debilidades do Partido só se pode processar através do desenvolvimento da luta interna e da ampliação da ligação do Partido com as massas. Quanto ao trabalho de massas e sindical: a) Orientar-nos, no geral e em cada caso particular, para a luta pelas reivindicações em torno das quais se possa processar a unidade de ação e encaminhar a unidade orgânica dos trabalhadores, em particular da classe operária, tendo em conta o ponto de vista político alcançar o processo democrático e patriótico em desenvolvimento. b) Considerar que a principal debilidade do trabalho sindical está na falta de um movimento sólido de base.

Retirar portanto a necessidade de organizar os trabalhadores

nas empresas, utilizando para isso as mais variadas formas possíveis.

E necessário ter participação efetiva em todas as organizações sindicais da atual estrutura e aproveitar sempre todas as possibilidades oferecidas pela legislação vigente." (Voz Operária, 25/01/58). Enfim, é a consolidação da política sindical que defendia a volta dos comunistas aos sindicatos oficiais.

A "Declaração de Março" representou "um marco na luta para libertar o pensamento político dos comunistas brasileiros das malhas do sectarismo e do dogmatismo" (Vinhas, 1982. P.181). Com este documento a tese da coexistência pacífica a nível internacional foi aceita, além disso admite que o capitalismo no Brasil havia se desenvolvido e recusa fazer uma leitura catastrófica do capitalismo. Com isso retoma a questão da ¹ democracia e do caminho pacífico da revolução brasileira.

"O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos" (Voz Operária - 22/03/1958).

1.Segundo Werneck Vianna, a virtude e a importância histórica da "Declaração de Março" vão estar no caminho da ocidentalização da política, na valorização, não sem ambiguidades, das instituições democráticas formais, uma das bases para a abertura de uma via pacífica para a revolução brasileira.

A política sindical a ser seguida define os sindicatos como instrumentos da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, sem servir a objetivos partidários, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social, etc. Ratificando, assim, a atuação dos comunistas dentro da estrutura sindical oficial.

Neste sentido, "O Comitê Central do PCB concita os trabalhadores a se manterem vigilantes na defesa de suas conquistas e, entre estas, da lei que assegura o salário mínimo e determina sua revisão periódica. O proletariado deve organizar-se e estabelecer a mais ampla unidade de ação - união dos trabalhadores em torno das lutas pelas suas reivindicações econômicas, sociais e políticas, em torno, portanto, de seus interesses comuns. Para levar os operários à unidade de ação, é indispensável conhecer os problemas capazes de uní-los em determinada empresa, cidade, Estado, ou em escala nacional, num momento determinado - para defender seus direitos, assegurar melhores condições de vida e conquistar outras reivindicações, pacificamente e dentro da lei e da Constituição. É dever dos comunistas lutar pela unidade de ação da classe operária e dar o melhor de seus esforços para unir, fortalecer e levar adiante, dentro da atual estrutura, o movimento sindical brasileiro, contribuindo para à conquista de novos triunfos do proletariado" (Voz Operária - 22/03/1958. P.8).

Enfim, com a "Declaração de Março" o PCB rompe substancialmente com a linha política esquerdista adotada no IV Congresso do partido. Este documento serviu de base para a nova linha política do partido, que seria consagrada no V Congresso

do PCB, realizado em 1960.

Depois da **"Declaração de Março"**, o partido avançou no caminho da unidade sindical e política. O eixo principal da sua política sindical será a unidade dos trabalhadores na luta pelos seus interesses. Pois, os sindicatos não poderiam ser postos a serviço de objetivo que dividisse os trabalhadores, ao contrário, deveriam ser instrumentos de união dos trabalhadores. Com isso, os comunistas se esforçavam por desempenharem o papel de elo entre as várias correntes atuante no movimento sindical, além de arregimentar nos sindicatos os trabalhadores que ainda não estivessem sindicalizados.

Para alcançar tal unidade de ação, seria indispensável utilizar-se das conquistas asseguradas pela legislação social vigente, procurando realizá-las e aperfeiçoá-las.

"Os comunistas atuam, por isso, nos marcos da estrutura sindical e observam a **"Consolidação das Leis do Trabalho"**, procurando dentro da lei organizar e unir os trabalhadores na luta por suas reivindicações econômicas, sociais e políticas [...] A unidade só pode ser conseguida em bases sólidas e duradouras se o movimento sindical contar com a participação ativa das massas trabalhadoras, se não for um movimento apenas de cúpula. Uma permanente preocupação dos comunistas deve ser, portanto, o fortalecimento dos sindicatos, a ampliação de seus quadros, a realização de campanhas de sindicalização, bem como **as** iniciativas capazes de atrair os sindicalizados inativos para a vida sindical" (Telles, 1962. p. e p. 291 e 292).

Na Resolução Política do V Congresso do PCB (1960), **a**

orientação sindical ratifica essa orientação: fortalecer a união e a organização da classe operária, para que ela possa desempenhar o papel dirigente do movimento nacionalista e democrático. Para isso os comunistas deveriam intensificar e aperfeiçoar cada vez mais a sua atuação no movimento sindical. Os sindicatos e demais organizações profissionais constituiriam-se, assim, em instrumentos de ação dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas que atuassem no movimento sindical brasileiro.

Além disso, os comunistas teriam que lutar para que o movimento sindical não fosse apenas de cúpula, mas que contasse com a participação ativa das massas trabalhadoras. Para tal seria necessário a organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, o que aproximaria os sindicatos dos associados, bem como organizaria os trabalhadores não sindicalizados.

Ampliando mais o campo de ação dos sindicatos, o PCB entendia que as organizações sindicais, além de defender os interesses profissionais dos trabalhadores¹, deveriam assumir uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interesses nacionais e

1."... as massas trabalhadoras podem obter importantes vitórias na luta pela elevação de seu nível de vida e pela ampliação dos direitos sociais. A fim de que os frutos do desenvolvimento econômico não sejam monopolizados por uma inf3 minoria, os trabalhadores devem lutar constantemente pelo reajustamento geral dos salários e vencimentos; pelo salário profissional e pela extensão, a todos os trabalhadores, do salário-família de que gozam so servidores públicos; pela modificação dea lei do salário mínimo, a fim de garantir sua revisão anual, sua extensão à família e a inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições de previdência." (Nogueira, 1980. p.56 - Resolução Política do V Congresso do PCB/1960)

se integrassem ao movimento anti-imperialista, participando, assim, de iniciativas conjuntas com outros setores.

Com isso a política sindical comunista passa a participar mais das questões políticas nacionais, chegando mesmo a pressionar o governo Goulart por mudanças no seu ministério, bem como propõe a inclusão das reformas de base no seu plano de governo.

Pois, o governo João Goulart não estava mais comprometido com as questões nacionais e democráticas presentes no início do **seu** governo. Porque as reformas ministeriais feitas pelo Presidente Goulart ratificava a prática política de conciliação, mantinha o Plano Trienal e os compromissos com o FMI. O que para o PCB representava um grande retrocesso. Pois, os ministros mais ligados as questões nacionais foram afastados, o que demonstrava que a correlação de forças dentro do governo tinha dado uma **guinada** para à direita. E para detê-la o movimento de massas, **sobretudo**, os sindicatos teriam que se unir mais do que nunca para se alcançar um governo nacionalista e democrático que representasse os camponeses, os operários, a pequena burguesia, a burguesia nacional.

Em março de 1963, a Comissão Executiva do Comitê Central do PCB divulgava uma nota, na qual exigia a "formação imediata de um governo que pusesse termo à política de conciliação" e a convocação de um plebiscito pelo Congresso, ou pelo Poder Executivo, visando tomar medidas radicais de reformas de base (reforma agrária, controle e limitação da remessa de lucros para o exterior, **ampliação das** liberdades sindicais, reforma do ensino, reforma urbana, direito de voto para os analfabetos,

soldados e marinheiros, revogação da Lei de Segurança Nacional, legalidade para todos os partidos, política externa independente e um governo nacionalista e democrático).

No dia 13 de março de 1964, realiza-se o comício da Central do Brasil, convocado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de forte influência comunista. Este foi o "Comício das Reformas", onde o Presidente Goulart assumiu compromissos com as reformas de base e anunciou a adoção de várias medidas radicais tais como: envio de mensagem ao Congresso, exigindo as reformas e alterações da Constituição; decretação da encampação das refinarias particulares (reivindicação dos petroleiros); decretação do tabelamento de aluguéis de imóveis; e decreto da desapropriação de terras que margeiam as rodovias federais.

As vésperas do golpe militar, o movimento sindical, como um todo e os comunistas, em particular, estavam, sobretudo, engajados com as questões políticas nacionais na tentativa de mudar o cenário da política brasileira, objetivando afirmar o nacionalismo e a democracia e se livrar da espoliação internacional.

CAPITULO III

O INICIO DA LUTA SINDICAL DOS PETROLEIROS:

A INPORTANCIA DE MANGUINHOS

(1954/1961)

III.1- A CRIAÇÃO DA REFINARIA DE MANGUINHOS

O Conselho Nacional de Petróleo (CNP)¹, já sob a presidência do Coronel João Carlos Barreto d² através da Resolução No. 12, de 18 de julho de 1946, apreciou a concorrência aberta em 30 de outubro de 1945 e resolveu outorgar autorização à quatro grupos privados para montar e explorar refinarias de petróleo no país, pois, entendia não ser justo que somente o governo federal arcasse com a implantação das refinarias de petróleo. Com essa Resolução pretendia estimular a presença do capital privado nacional na montagem e exploração de refinarias de petróleo. Sendo que somente dois, dos quatro concorrentes classificados, aceitaram as exigências pedidas pelo CNP, que se resumiriam em: 1) Iniciar as instalações dentro de trinta dias, a contar da aprovação do projeto; e 2) Concluí-las dentro de dois anos, a partir do seu início.

Os concorrentes classificados foram o grupo Soares Sampaio-Correia e Castro, responsável pela sociedade Refinaria e Exploração de Petróleo União S.A.; e o grupo Drault Ernanny³ que

1.0 CNP foi criado pelo Decreto N. 538, de julho de 1938. O CNP veio dar ao Estado os "podêres necessários para o seu controle, ainda não preenchidos pelos dispositivos do Código de Minas de 1934 nem pela constituição de 1937". Victor (1993, p.98).

2.0 Coronel João Carlos Barreto defendia a presença do capital privado no setor petrolífero, ao contrário do primeiro Presidente do CNP, o General Horta Barbosa, um nacionalista.

3. Muito antes, em 1938, Drault Ernanny já tinha tentado, sem sucesso, instalar uma refinaria na Bahia, em sociedade com o governo baiano.

organizou a Sociedade Refinaria de Petróleo do Distrito Federal S.A.

Decorridos dois anos o grupo Drault Ernanny não havia
iniciado as instalações da refinaria². Apesar do contrato já ter
caducado, o governo federal autorizou, em 29 de setembro de 1948,
o Banco do Brasil a financiar a Refinaria do Distrito Federal,
que mais tarde se chamaria Refinaria de Petróleos de Manguinhos
(RPM). Contudo, graças a ação de Centro de Estudos e Defesa do
Petróleo (CEDP), tal financiamento foi suspenso. Pois, desde a
sua primeira Convenção Nacional, ocorrida em outubro de 1948, o
CEDP lutava pela suspensão da concessão dada aos grupos
particulares, bem como questionava o financiamento de recursos
federais para a aquisição de refinarias a serem exploradas por
grupos privados. O CEDP argumentava que "Não é admissível
conferir a terceiros - particularmente a estrangeiros - o
exercício de uma atividade que se confunde com a própria
soberania nacional. Só o Estado tem qualidades para explorar a

1. Curiosamente o ex-senador Drault Ernanny, defende a venda das refinarias particulares para a Petrobrás: "Esta é minha idéia ainda hoje. O Governo devia comprar ou desapropriar as duas últimas que existem - Manguinhos e Ipiranga - para serem estatais. Eu acho que ninguém tem o direito de ganhar dinheiro com energia, num país que luta por tê-la". Ernanny, Drault (depoimento), in Projeto Memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás, 1987, p.145.

2. "No que se refere às refinarias privadas, o essencial a assinalar, neste ponto, é que em 1948, quando foi enviado ao Congresso o projeto sobre a admissão do capital estrangeiro nesse setor, a situação das empresas constituídas em 1946 já era plenamente irregular. Nenhuma das exigências fundamentais estabelecidas pelo Conselho Nacional do Petróleo tinha sido respeitada, e os prazos de validade das concessões já haviam sido ultrapassados além de todos os limites". Cohn (1968, pp. 103 e 104).

indústria do petróleo em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo. E, portanto, dever imperativo e urgente do Estado o aproveitamento imediato e intensivo de nossos recursos petrolíferos potenciais"¹.

Apesar do cancelamento do financiamento, o CNP, numa nova Resolução, renovou por mais dois anos as concessões dadas aos grupos Drault Ernanny-Peixoto de Castro; e Soares Sampaio-Correia e Castro. Estas renovações foram ratificadas na Mensagem de 16 de março de 1951, enviada à Câmara pelo Presidente Getúlio Vargas.

Na II Convenção Nacional do CEDP, ocorrida em julho de 1951, mais uma vez votou-se contra as concessões dadas aos grupos particulares. Além disso, nesta convenção foi tirada uma proposta que promovesse ação judicial fundamentada no artigo 141, da Constituição da República, com o objetivo de anular tais concessões. Apesar desta ação judicial, as concessões não foram anuladas.

Até 1952, nenhuma das refinarias particulares tinha sido instalada. E mais uma vez na III Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, patrocinada pelo CEDP, foi ratificada a oposição à participação de capitais particulares nacionais, não só para eliminar os possíveis "testas-de-ferro", como também porque entendia que a indústria de petróleo era essencialmente monopolista, que deve ser integralmente explorada pelo Estado.

Além das pressões sofridas pelo movimento "O Petróleo é Nosso", através do CEDP, em seu livro, Drault Ernanny relata

1.Miranda (1983,p.158).

outras barreiras que tiveram que ser derrubadas para a instalação da RPM. Por exemplo, quanto a comprovação de ter assegurado o fornecimento de matéria-prima (óleo cru) por um período de 5 anos. Não era fácil para o concessionário provar a garantia de tal fornecimento, pois, esse suprimento vinha do exterior que era controlado pelas "sete irmãs" (companhias de petróleo estrangeiras), as quais não estariam interessadas na construção de refinarias brasileiras. Uma forma de se tentar bloquear a construção da RPM foi a de não aceitar o pagamento de combustíveis nos postos de gasolina, que eram todos de companhias estrangeiras, com o cheque do Banco do Distrito Federal (BDF), de propriedade do doutor Drault Ernanny. Esta foi uma campanha de descrédito ao banco BDF, que segundo o próprio Drault Ernanny contou com a participação do então presidente do Banco do Brasil, Manuel Guilherme da Silveira. Tal campanha atingiu seu objetivo: o BDF foi fechado, assim como mais dezesseis bancos, sócios da RPM. Contudo, perseguindo o seu objetivo, o doutor Drault Ernanny vendeu propriedades, alienou objetos de arte, se desfez de relíquias pessoais.

"Confesso que minha vida inteira não teria sentido se não fosse a realização dessa refinaria. Durante a difícil execução do projeto, eu me entusiasmava tanto que, até contra os meus próprios interesses, afirmei ser capaz de realizá-lo sem recorrer a financiamentos de quaisquer instituições tradicionais como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica ou os Institutos de Previdência (...) Amarguei minha promessa, mas terminei cumprindo a palavra. Só fiquei amarrado a uma dívida com o Banco do Brasil

porque sendo um equipamento da refinaria importado dos Estados Unidos, tivemos que depositar no banco oficial 50% da encomenda, ¹ cerca de dois milhões de dólares" .

Após muitos esforços, Drault Ernanny conseguiu a cessão de um terreno do domínio da União, localizado na Avenida Brasil, ² para nele construir a refinaria . O já então ministro da Fazenda, Guilherme da Silveira, exigiu para assinar o contrato, que o senhor Drault Ernanny pagasse uma jóia de 310 mil contos de réis. Além disso, foi obrigado a pagar um foro anual de 304 mil contos de réis. Com tanta pressão, os diretores da refinaria renunciaram. Drault Ernanny só conseguiu convencer o amigo Batista Pereira que fosse diretor por um dia para poder assinar o contrato de cessão do terreno.

A RPM foi construída no curto prazo de oito meses e 15 dias, na qual foram empregados 10.050 operários. Muitos desses operários vieram de caminhão do nordeste, o "caminhão dos réus".

"Em relação ao caminhão dos réus, era o caminhão que trazia o pessoal do nordeste, naturalmente, mesmo porque a primeira

1.Ernanny (1988, p.83).

2."O terreno era tudo para a refinaria, pois carecia de uma série de conveniências àquela indústria: com relação à água, ao porto, à distância para se fazer um pipeline como o que foi feito. O pipeline deve ser o mais curto possível, por ser o mais barato. E naquela zona não havia nada, era um pantanal. Imaginem que o lodo ali ia de 3 a 17m, de sorte que era praticamente... Mas havia uma fórmula, creio que holandesa, do sistema de polder, que põe para escoar o terreno, que era de 1.100.000m. Vale dizer que o terreno era outorgado a mim, pessoalmente, porque a companhia não tinha condições jurídicas ainda de possuí-lo. Depois é que eu o transferi à Companhia sem qualquer ônus real para ela. Ainda paguei, do meu bolso, a transferência desse grande patrimônio". Ernanny, Draulty (depoimento), in Projeto Memória da Petrobrás, convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás, 1987, p.102.

refinaria me parece que foi em Mataripe, na Bahia. Então, com isso vieram muita gente da Bahia. Quando eu cheguei já tinha muita gente da Bahia que tinha experiência em montar. E de certa maneira, como a refinaria no Brasil era coisa nova, as pessoas, também, principalmente aqui no Rio, elas tinham um pouco de medo, de receio de se envolver com esse tipo de atividade. Então, elas tinham uma certa dificuldade até de arranjar gente aqui mesmo pra construção civil. E era uma obra que tinha uma certa pressa de ser concluída, a fim de que pudesse ser inaugurada realmente em dezembro, como eles pretendiam"¹.

Muitos desses trabalhadores que participaram da construção da RPM foram aproveitados para trabalharem na própria refinaria.

"Eu entrei na refinaria em 7 de julho de 1954, então, ainda naquele período de construção, montagem. É a minha perspectiva, ou melhor o que me prometera é que provavelmente o meu tempo de trabalho na refinaria seria curto, seria apenas de mais ou menos 6 meses, tempo previsto de conclusão de montagem das obras. Como eu trabalhava em topografia a minha participação como topógrafo, naturalmente, iria até o final do ano. Mas de modos que as coisas mudam. Eu não tinha nenhum interesse em sair. Então, eu fui selecionado pra fazer um curso de operação. Naturalmente, eles selecionaram as pessoas que realmente tivesse assim um envolvimento técnico. Fiz o curso, fui aproveitado e terminei ficando lá 24 anos"².

1. Entrevista de seu Natalino concedida à autora.

2. Entrevista de seu Natalino concedida à autora.

Finalmente em 1954 a Refinaria de Petróleos de Mangueiros¹ (RPM), dos grupos Drault Ernanny e J. Peixoto de Castro, foi inaugurada no dia 14 de dezembro, que contou com a presença de figuras de destaque na vida pública brasileira, tais como: sr. Plínio Catanhede (Presidente do CNP); general Juarez Távora (Ministro da Justiça); sr. Alim Pedro (Prefeito do RJ); Deputado Nereu Ramos; Marechal Eurico Dutra. A RPM passou a produzir 90% do consumo de gasolina; 100% de gás líquido; e 30% de óleo combustível do consumo total da então capital federal. Foi a primeira refinaria de petróleo a entrar em operação no eixo Rio-São Paulo.

A RPM foi inaugurada pelo engenheiro Plínio Catanhede, representando o Presidente da República Café Filho, que não pôde comparecer à cerimônia. A grande imprensa comparou a refinaria, em importância, à Volta Redonda (CSN) e à hidrelétrica do São Francisco.

Em seu discurso, quando da inauguração da RPM, o então senador Drault Ernanny, ressaltou a luta de construir uma refinaria de petróleo com capital privado nacional:

"Para nós, Mangueiros representa dez anos de lutas sem tréguas, lutas travadas contra todas as forças embaçadas do derrotismo, contra as insídias de grupos poderosos, contra a

1. "A refinaria estava sendo feita, mas eu verifiquei que ia faltar uma importância de que eu não dispunha: 165 mil contos, um milhão de cruzeiros. Eu, então, procurei o Peixoto, que era um homem que eu sabia ter essa disponibilidade, e pedi a ele para se associar a mim, entrando com esse dinheiro. Assim, eu o elegi presidente da companhia." (p. e p. 90 e 91. In Drault Ernanny (depoimento), convênio CPDOC/FGV e SERCOM/Petrobrás, 1988 - Projeto Memória da Petrobrás.)

ignorância de uns e a solercia de outros; lutas contra o pessimismo dos que descreiam da capacidade de trabalho da nossa gente; contra os que, por comodismo fácil ou por indústria rendosa, embaraçavam nosso avanço com a crítica mofina e achincalhante, não raro insuflada por interesses contrariados. Foram dez longos anos a fio de lutas contra a indiferença, o descaso, mas sobretudo, contra a displicência de alguns brasileiros, que não cerraram fileiras ao nosso lado, como tantos o fizeram ardorosamente, para impedir que esta causa rolasse para o despenhadeiro das boas intenções"¹.

Segundo o doutor Drault Ernanny, a RPM foi construída com o capital privado nacional. E as exigências eram muitas como produzir 10.000 barris diários, produção esta limitada por lei estatal, e provar que tinha assegurado o fornecimento de óleo cru. Além disso, tinha que contribuir obrigatoriamente para a pesquisa de jazidas com 50% do lucro líquido.

Foi através de relações pessoais que Drault Ernanny conseguiu da Standard Oil da Califórnia o fornecimento de óleo cru por 10 anos, o que garantiu a RPM a produção de 10.000 barris por dia.

De fato, foi sua relação pessoal com o então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Adolph Berle que conseguiu a carta da Standard Oil garantindo o fornecimento do óleo cru por dez anos.

"Senhores, esta carta está escrita em inglês e vem da Standard Oil da Califórnia, uma das maiores companhias do mundo!

1. Jornal "O Estado de São Paulo", 15 de dezembro de 1954.

Por ela fica assegurado ao Dr. Drault Ernanny o fornecimento de óleo cru suficiente ao refino de mil barris diários e pelo prazo de 10 anos. Exatamente o dobro que o Conselho Nacional do Petróleo exige. Com isso, a Refinaria de Manguinhos é a ganhadora da concorrência"¹.

A interferência do embaixador Berle neste episódio rendeu-lhe a sua demissão do cargo:

"Depois que Drault ganhou a concorrência, fui chamado ao State Department [Ministério do Exterior dos Estados Unidos] eu recebi instruções para fazer com que ele desistisse de construir a refinaria, ou que o ato de concorrência fosse revogado. Eu, então, disse ao Secretário que não era diplomata profissional e, no Brasil, me afeiçoara ao país e à sua gente simpática e generosa. E sendo um "scholar", um professor de direito, atento às leis e aos direitos dos povos, achava uma indignidade o que certos grupos queriam fazer contra o Brasil, usando de métodos intoleráveis. Afinal o Brasil tinha direito à sua autonomia, à sua independência no setor petrolífero. Bastava o que os Estados Unidos já tinham sofrido com as "sete irmãs". Não era lícito² continuar aquilo na América do Sul".

1.Ernanny (1988, p.90).

2.Ernanny (1988, pp. 90 e 91).

III.2 - A FUNDAÇÃO E ATUAÇÃO DO SINDIPETRO-RJ (1958/1961)

A idéia de fundar o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), partiu de um grupo de petroleiros da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A (RPM), liderado pelo seu Fernando¹ Autran, membro do PCB, e como tal teve que se demitir da Petrobrás e entrar para a RPM, para cumprir uma tarefa: organizar² o Sindipetro-RJ, o que fez no curto espaço de 9 meses

No dia 14 de junho de 1958, foi criada a Comissão Organizadora da Associação Profissional dos trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Rio de Janeiro. A Associação foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em setembro de 1958³. Desde o início, a Associação colocou à disposição dos filiados serviços de assistência médica e jurídica.

A idéia de criar a Associação Profissional ocorreu logo após⁴ a primeira greve realizada pelos petroleiros da RPM, como nos

1. Seu Fernando Autran ficou na presidência do Sindipetro-RJ de 1958 até 1964. Sua identidade chegava a ser confundida com o Sindipetro-RJ, que era conhecido como o "sindicato do Autran".

2. "Era uma época em que o Partido dizia para um companheiro: "Olha, tu sai da Petrobrás e vai trabalhar em Manguinhos para organizar o Partido. E o companheiro ia. O Autran, por exemplo, foi assim e organizou o sindicato". Entrevista de seu Isnard concedida à autora.

3. O reconhecimento da Associação foi comemorado na sede do Sindicato Dos Trabalhadores de Produtos Químicos, no dia 16 de setembro de 1959.

4. Nos jornais pesquisados, "O Dia" e a "Notícia", essa greve não foi noticiada.

relata seu Ury Gomes Machado:

"Em 58 tivemos uma primeira greve (...).

Teve várias demissões nessa greve. Foi uma greve desorganizada. Foi feita com diletantismo, sem nenhum instrumento que orientasse essa coisa. Então, foi realmente um voluntarismo dos companheiros. Então, nós começamos a trabalhar a questão da organização dos trabalhadores. E aí juntamos alguns companheiros, criamos a Associação Profissional dos Trabalhadores de Manguinhos¹ .

No dia 23 de março de 1959, a Associação transformou-se em Sindipetro-RJ, quando foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A sua base territorial englobava o município do Rio de Janeiro e o estado do Rio de Janeiro e a sua primeira sede ficava na Rua Inhandui, 78 - São Cristóvão. O reconhecimento do sindicato foi bastante significativo para a categoria:

"Hoje é um grande dia para os trabalhadores de petróleo do Brasil pois acaba de ser assinado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio a carta de reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Rio de Janeiro. Com efeito, constitui uma grande vitória para os trabalhadores brasileiros o reconhecimento da associação

1. Entrevista de seu Ury Gomes Machado, primeiro tesoureiro da Associação e do Sindipetro-RJ, concedida ao jornalista e historiador Moby.

Provavelmente essa greve ocorreu no primeiro semestre de 1958, pois a Associação foi criada no dia 15 de julho de 1958.

Pesquisei nos jornais "O Dia" e a "Notícia" e não constatee nenhuma notícia sobre essa greve.

profissional do Rio de Janeiro como sindicato. Tal fato é profundamente significativo para nós, trabalhadores de Manguinhos, que vimos nascer e temos edificad¹o (...)." .

A conquista da Carta Sindical foi o resultado de uma luta particular dos petroleiros de Manguinhos, pois os petroleiros da Petrobrás não participaram desse processo de criação do Sindipetro-RJ.

"Em princípio, nós queríamos criar o "Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Petróleo". Isso foi inviabilizado por uma série de questões - inclusive pela própria conjuntura da época. Tanto assim que quando nós recebemos a Carta Sindical, dia 23 de março de 1959, o próprio representante do Ministério do Trabalho, naquela época o ministro Fernando Lody, e que o Talarico era o porta-voz do ministro, ele declarou pra nós: "Vocês, apesar de contra a própria CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), contra a Federação dos Químicos, contra o Conselho de Segurança Nacional, vocês conseguem a Carta do sindicato de você²s" .

A ruptura com a Federação dos Químicos deveu-se a candidatura do comunista Roberto Morena para o colegiado da Federação, pois a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo do Rio de Janeiro tinha o direito de votar e este voto foi para Roberto

1.Documento da Comissão de Divulgação do Sindipetro-RJ. RJ, 26/12/1959.

2.Entrevista de seu Ury Gomes Machado concedida ao jornalista e historiador Moby, ex-funcionário do Sindipetro-RJ.

Morena; voto este decisivo, pois foi com a diferença de um voto que Roberto Morena se elegeu. Afirmado assim a presença comunista na Federação dos Químicos.

Com isso a Federação dos Químicos, que era dirigida ora por Ari Campista, ora por Floriano Maciel- ambos revisavam os cargos de presidente e vice-presidente - como forma de punir a Associação, dificultou o reconhecimento da mesma em sindicato ¹.

A frente do Sindipetro-RJ estava seu Fernando Autran ², que presidiu a entidade até o golpe de 1964. Ele era membro do PCB e como tal seguiu a risca a sua tarefa de organizar os petroleiros de Manguinhos. Esse tipo de orientação estava presente no documento do PCB "Declaração de Março" (1958), a qual defendia o fortalecimento do movimento sindical, através da volta dos comunistas aos sindicatos, dos quais os sindicalistas teriam se afastado por causa da orientação política contida no "Manifesto de Agosto" (1950). De fato, tal afastamento durou pouco, pois antes da morte de Getúlio Vargas "(...) havia uma vontade geral da retomada das instituições sindicais e isso se vinha fazendo. E eu como era membro do PC (...) Como eu tinha essa obrigação política, e como o Peixoto de Castro que era dono de Manguinhos, ele seguia rigorosamente a política paternalista.

1. Esse episódio ilustra a existência da disputa política-partidária dentro do movimento sindical brasileiro. Esse tipo de disputa também foi constatado por Delgado (1986), quando analisou a criação do CGT, de um lado os petebistas e os comunistas, e do outro os "ministerialistas", que discordavam da criação de uma central sindical, pois esta ia contra a legislação sindical.

2. Foi com o voto do seu Fernando Autran que Roberto Morena se elegeu para o colegiado da Federação dos Químicos.

Então, sentiu-se a necessidade de fundar o sindicato" .

O primeiro estatuto e regimento interno do Sindipetro-RJ datam de 17 de novembro de 1959. O regimento interno define a organização do sindicato da seguinte forma:

- a) Diretoria, composta de 4 membros: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro;
- b) Conselho Fiscal, composto de 3 membros;
- c) Delegados - representantes no Conselho da Federação;
- d) Delegacias;
- e) Conselhos de Representação.

Além disso, o sindicato contava com o Departamento Jurídico, responsável pela defesa na Justiça do Trabalho, nos Institutos de Previdência Social e nas varas de Acidente de Trabalho; e com o Departamento de Recreação e Cultura que promovia cursos de alfabetização, técnico-profissionais e atividades desportivas. Este departamento era o responsável pela organização da biblioteca² e das comemorações cívicas e festas promovidas pelo sindicato e coordenava os serviços de assistência social.

De acordo com a Portaria 66, de 19 de abril de 1960, que alterava o nome do Estado do Rio de Janeiro, o sindicato, a partir de 23 de novembro de 1960 passou a se chamar Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo

1. Entrevista de seu Fernando Autran concedida à autora. Seu Fernando Autran participou também da Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), fundada em 1958 no então Distrito Federal.

2. Graças ao seu Buxbaum, bibliotecário do Sindipetro-RJ, nas décadas de 50 e 60, tive acesso ao jornal do sindicato "O Sindipetro" (1963/1964).

do Estado da Guanabara.

Em face do despacho proferido no processo N. 160.100/61 do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de 29 de novembro de 1961, o sindicato passa a se chamar Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, pois, o então estado da Guanabara desmembrou-se em dois e foi criado o estado do Rio de Janeiro.

Com o reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo de Duque de Caxias¹, este município foi excluído, em 22 de fevereiro de 1962, da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo nos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

A idéia de fundar o Sindipetro-Duque de Caxia partiu de um grupo liderado pelo General Arthur Levi com o objetivo de dividir os petroleiros do Estado do Rio de Janeiro, justamente por causa de sua liderança e forte influência do PCB no Sindipetro-RJ. Os empregados da Petrobrás que trabalharam na construção da Refinaria de Duque de Caxias, no início, foram filiados ao Sindipetro-RJ. Mas esses petroleiros tiveram que se filiar ao novo Sindipetro que surgia em Duque de Caxias.

Contudo, os petroleiros ligados ao PCB organizaram a chapa 2.004 e venceram as primeiras eleições do Sindipetro-Duque de

1.0 Sindipetro-Duque de Caxias também sofreu uma grande repressão com o golpe militar de 1964, chegou a ser denunciado pela imprensa de ser uma célula comunista (ver "A Notícia, de 9/4/64). O exército ocupou a Refinaria de Duque de Caxias e lá "foi criado um tipo de campo de concentração, foi uma coisa horrível". Entrevista de Syllas Conforto (vice-Presidente do Sindipetro-Duque de Caxias), concedida à autora.

Caxias, enfim, a tentativa de afastar os comunistas da direção do Sindipetro-Duque de Caxias não deu certo. Assim, os dois Sindipetros conseguiram trabalhar conjuntamente.

Em 1964, com o golpe militar, os dois Sindipetros sofreram¹ intervenções. A diretoria do Sindipetro-RJ foi destituída e a partir do dia 9 de abril deste ano passou a ser dirigido pelo interventor João Roberto Neves, que no dia 11 de março de 1965 renunciou ao cargo. Imediatamente uma Junta Governativa composta por Ruy Cavalcanti de Araújo (Presidente), Agostinho Bezerra Filho (Tesoureiro) e Elmo Menezes (Secretário), assumiu a diretoria do sindicato que permaneceu na direção do sindicato até março de 1966.

Em fevereiro de 1966, ocorreram as primeiras eleições no Sindipetro-RJ, depois do golpe de 64. A nova diretoria eleita assumiu em abril que dirigiu o sindicato até novembro de 1968, quando o sindicato sofreu mais uma intervenção.

De acordo com a portaria N.12, de 30 de março de 1971, da Delegacia Regional do Trabalho no Estado da Guanabara, foram afastados os integrantes da diretoria do sindicato. Outra vez o Sindipetro-RJ passou a ser dirigido por uma Junta Governativa

1.0 Sindipetro-Duque de Caxias foi violentamente invadido, foi tudo destruído: a biblioteca, o cinema, os instrumentos da orquestra sinfônica, o mimeógrafo, tudo desapareceu.

A Refinaria de Duque de Caxias foi ocupada pelo exército. Houve tentativa de resistir ao golpe militar como nos relatou seu Aristélio: "Eu junto com o então superintendente da REDUC, Abelardo Jurema viemos até o Rio de Janeiro pegar armas para resistir ao golpe. Mas quando chegamos com o caminhão cheio de armas na refinaria fomos presos os "esquerdistas" não estavam mais lá para resistir ao golpe". Seu Aristélio, membro do PCB, foi preso e torturado.

composta por Sylvio Garcia da Mattos, Cid Caldas Pinto e Milton Rodrigues Nunes. A função desta junta era promover as eleições do sindicato que foram marcadas para janeiro de 1972.

Em 1972, o então presidente do sindicato, Milton Rodrigues Nunes faleceu. Assumiu a presidência o seu vice-presidente Miguel Archanjo, que exerceu o cargo até agosto de 1973, quando pediu o seu afastamento alegando não mais conseguir conciliar as atividades sindicais com a sua vida particular. Neste momento assume a presidência do sindicato Roberto da Silva Cruz.

Com a Lei Complementar n. 20, de 10. de julho de 1974, da Portaria Ministerial n. 3456, de 23 de dezembro de 1975, e do processo MTb 307.821/75, alterou, mais uma vez, o nome do sindicato para Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro, com base territorial no estado do Rio de Janeiro, excluído o município de Duque de Caxias.

Entre 1958 e 1961, os petroleiros de Manguinhos realizaram
1
várias campanhas salariais.

Em novembro de 1958 a categoria, através da Associação fez

1.Com relação as condições de trabalho dos petroleiros que trabalhavam na Refinaria de Petróleos de Manguinhos (RPM), não é aqui estudado pelo pouco material recolhido sobre essa questão. Contudo, constatei que logo que a RPM foi inaugurada ocorreu um incêndio que implicou numa parada da RPM de 45 dias. Essa parada implicou num linceciamento, sem vencimentos, dos operários que trabalhavam na área de operação.

Segundo seu Natalino Rosa, antigo operário da RPM, "As condições de trabalho era razoável, e o pessoal era bem treinado".

Sobre os riscos do trabalho no interior de uma refinaria ver a tese de mestrado de Maristela Dalbello de Araújo (1990), que analisa essa questão na Refinaria de Petróleo Presidente Bernardes (Cubatão),

uma campanha por aumento salarial de 30%. Entretanto, a direção da RPM foi contrária, alegando que a reivindicação dos trabalhadores era injustificável, visto que, há pouco tempo, foram concedidos aumentos salariais de 10% a 20%.

Os trabalhadores da RPM, também, reivindicavam melhores condições de trabalho, transporte, assistência médica completa, participação equitativa nos lucros, etc.¹ Garantias estas já asseguradas aos funcionários da Petrobrás.

Em julho de 1959, os trabalhadores de Manguinhos reivindicavam aumento salarial de 50%, caso não fosse aceita a proposta estavam dispostos a fazer greve, o que, segundo o jornal "A Notícia", acarretaria na paralisação de 100 mil carros do Rio de Janeiro.² Apesar de terem se reunido com o Ministro do Trabalho, em 11 de julho, o impasse continuou. Pois, a direção da empresa não estava disposta a conceder tal aumento.

Segundo o presidente do Sindipetro-RJ, seu Fernando Autran, em apenas 5 anos de funcionamento a RPM já teria alcançado um lucro líquido de 94 milhões de cruzeiros, o que não justificaria a má vontade da direção da RPM em atender a reivindicação dos seus trabalhadores, até porque 52% ganhavam 1 salário mínimo

1.O desfecho dessa campanha com relação a essas reivindicações, não foi divulgado pela imprensa, pelo menos nos jornais em que pesquisei: "O Dia", "A Notícia" e o "Diário de Notícias". Além disso, os petroleiros que entrevistei não se lembraram do desfecho dessa campanha.

2.Ver "A Notícia" de 10/07/59.

¹
(Cr\$6.000,00) .

Em agosto de 1960, foi homologado o acordo coletivo celebrado entre a direção da RPM e o Sindipetr--RJ. Esse acordo foi comemorado pela diretoria do sindicato que chegou a divulgar a nota "Unidade e Vitória", que concluía assim o desfecho positivo dessa campanha: "Mas é preciso ainda se diga que na campanha salarial do corrente ano prevaleceu, mais uma vez a unidade dos trabalhadores, fator fundamental e indispensável nas campanhas² que conduzem as vitórias. Unidade, Unidade e Unidade!"² .

Em agosto de 1961, os trabalhadores de Manguinhos conseguiram fazer um acordo salarial, que resultou em aumentos variáveis de 70% a 100%. Apesar desse acordo não ter atendido todas as reivindicações dos petroleiros, a direção do Sindipetro-³ RJ se mostrou satisfeita com os resultados dessa campanha .

1.Pesquisei essa campanha salarial nos jornais "O Dia" e "A Notícia" e não consegui apurar se os petroleiros da RPM conquistaram ou não o aumento salarial de 50%. No arquivo morto da RPM. também não encontrei nenhum documento sobre essa campanha salarial.

2.Nota do Sindipetro-RJ "Unidade e Vitória", 30/8/1960, p.1.

3.Jornal "O Dia", 9/8/1961.

CAPITULO IV

A LUTA CONTINUA: MANGUINHOS E PETROBRAS

(1961/1964)

IV.1 - A ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS NOS ESTADOS DA GUANABARA E RIO DE JANEIRO (AEPERG)

Se como víamos a luta sindical dos petroleiros teve início com os trabalhadores da Refinaria de Manguinhos, na Petrobrás essa luta foi conduzida pelo corpo técnico da empresa. Foram os engenheiros que formaram a sua associação, que desde o seu início trabalhou em conjunto com o Sindipetro-RJ. A seguir iremos ver a formação da AEPERG e de que forma se posicionou diante de fatos relevantes que ocorreram no interior da Petrobrás, durante os anos de 1962 e 1963.

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (AEPERG), foi fundada no dia 17 de outubro de 1961. Tinha por objetivo defender o monopólio estatal do petróleo, a Petrobrás e o corpo técnico da empresa. No início somente os engenheiros podiam se associar, mas em 1988 a Associação passou a aceitar todos os funcionários de nível superior da empresa e de suas subsidiárias.

As Associações dos Engenheiros da Petrobrás nasceram quase simultaneamente em todo o país, foi um movimento nacional. Existia uma necessidade de ser criada uma entidade que representasse os engenheiros, pois:

"Naquele tempo existia uma separação dentro da Petrobrás. O engenheiro da Petrobrás usava uma identificação diferente. Ele tinha privilégios que outros funcionários da empresa não tinham. Não era uma casta, mas era uma categoria bem diferenciada, tanto

que ao longo dos anos todos se falava do engenheiro da Petrobrás, se dirigia à ele não como doutor, nem senhor, mas como senhor engenheiro.

Havia um relacionamento muito difícil entre os engenheiros e o empregado não de nível superior. Acho que a criação das Associações fez, justamente com que isso começasse a desaparecer. A Associação, também politizada, também defensora do monopólio, também defensora da Petrobrás, conseguiu uma identidade via política de defesa do monopólio; via política de defesa dos interesses da Petrobrás, uma identidade grande com o pessoal do Sindicato¹ .

Apesar da AEPERG e o Sindipetro-RJ terem conseguido construir uma boa relação, enquanto entidades, no dia-dia foi mais difícil. Pois, a relação engenheiro/funcionário de nível médio, dentro da Petrobrás, foi por muito tempo melindrosa porque no cotidiano o engenheiro era visto como "patrão":

"A realidade do pessoal de nível médio era essa. Nós tínhamos um patrão que era colega de trabalho, que era o engenheiro. Então, havia essa situação de ver o engenheiro como um "patrão". E isso demorou muito, tanto que só em 1987 é que² pela primeira vez tinha um engenheiro numa chapa do sindicato" .

1. Entrevista do engenheiro José Alberto Davies de Freitas concedida à autora, foi um dos fundadores da AEPERG. Em 1961 foi eleito Primeiro Secretário e em 1963 foi eleito Presidente da AEPERG.

2. Entrevista de seu Isnard concedida à autora. Atualmente seu Isnard é diretor da Secretaria de Aposentados e da Previdência do Sindipetro-RJ.

Tal relação embora revele a existência de hierarquia no local de trabalho, não chegou a interferir na boa relação travada entre o Sindipetro-RJ e a AEPERG, que sempre conseguiram trabalhar em conjunto em prol das reivindicações e anseios dos petroleiros.

1

O órgão oficial da AEPERG era o Boletim AEPERG, cujo primeiro número foi publicado em abril de 1962. Era através do Boletim que a direção da AEPERG divulgava suas atividades e suas idéias para os associados, além de divulgar as atividades da Petrobrás.

No primeiro número do Boletim AEPERG, na seção "Resoluções", a direção da Associação divulga um documento, datado de 4 de dezembro de 1961, enviado ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro e ao Ministro das Minas e Energia, manifestando o desagrado da AEPERG com relação aos critérios adotados na nomeação do engenheiro Geonísio Carvalho Barroso para a

1. Só pude consultar os números 1, 2, 8 e 9 porque com o golpe militar de 1964 a AEPERG ficou sob intervenção. Com isso muitos dos seus documentos "desapareceram", pouca coisa foi salva do período pré-64. Até "(...) porque a memória sindical foi vítima de feroz violência da repressão ditatorial. Como "prova da subversão", os documentos que registravam a atuação dos sindicatos mais ativos foram muitas vezes, 'apreendidos' ". In Mattos (1996, p.6).

Presidência da Petrobrás¹. Pois, tal nomeação não teria levado em consideração os princípios do manifesto feito entre as Associações de Engenheiros da Petrobrás e os Sindipetros. Além disso, criticaram o não preenchimento da vaga de Diretor da Petrobrás pelo engenheiro Eduardo Sobral, "cujo decreto de nomeação foi interditado pelo General Amaury Kruehl, chefe da Casa Militar da Presidência da República, sob acusação de ser comunista, o que mereceu a contestação de Gabriel Passos"².

Geonésio Barroso ficou onze meses na presidência da Petrobrás, de fevereiro de 1961 a janeiro de 1962, quando junto com Heitor Rocha Lima (Diretor Econômico), foram exonerados dos seus respectivos cargos, por causa de divergências com o Ministro Gabriel Passos. Nesse episódio os petroleiros da Bahia contestaram, pois foi nessa administração que tinham conquistado um espaço político no interior da Petrobrás.

Os sindicatos dos petroleiros da extração e da refinação da

1. O engenheiro Geonésio Carvalho Barroso era funcionário da Refinaria de Mataripe (Bahia), da Petrobrás. Ele ficou na Presidência da Petrobrás no período de 28 de janeiro de 1961 a 5 de janeiro de 1962. O Presidente João Goulart nomeou Geonésio Carvalho para a presidência da Petrobrás atendendo "uma velha reivindicação dos trabalhadores da PETROBRAS, de sentirem o pulso de uma presidência exercida por um técnico dos nossos quadros" (Oliveira Jr., 1996, p.104). De fato, o Presidente João Goulart atendeu ao pedido dos petroleiros baianos e não da categoria como um todo.

2. Oliveira Jr. (1996, p.123).

Bahia, fizeram um manifesto contra a exoneração dos diretores que enviaram para o Conselho de Ministros e para o Presidente da República. Além disso, decidiram pela greve até ser nomeado um novo Presidente da Petrobrás, de preferência um outro baiano.

Essa greve restringiu-se ao Estado da Bahia e, segundo Oliveira Jr., não visava a manutenção de Geonésio Barroso na presidência da Petrobrás, mas sim que os sindicatos petroleiros da Bahia tivessem maior influência na indicação de nomes para a direção da empresa. De fato, o novo Presidente da Petrobrás nomeado foi outro baiano, o professor Francisco Mangabeira.

A gestão de Mangabeira (janeiro de 1962 a junho de 1963), foi marcada, por um lado, pelas conquistas salariais alcançadas pelos petroleiros e pela participação ativa dos sindicatos na vida administrativa e política da empresa.²

Por outro lado, por uma crise entre o Presidente da Petrobrás e os técnicos e chefes de setores das refinarias do sul do país, que encaminharam, em maio de 1962, ao Conselho de Ministros uma representação contra a administração Mangabeira,

1."O Geonésio era engenheiro ligado ao Sindicato de Exploração. Houve um certo corporativismo na época com relação a preservação da figura do Geonésio na presidência. Houve uma certa dissensão entre os sindicatos e as associações de engenheiros do sul com as do norte por causa desse episódio". Entrevista de José Alberto Davies Freitas concedida à autora.

2.Em sua análise, Carvalho (1977) conclui que Mangabeira ao apoiar os líderes sindicais fortaleceu o poder de barganha dos sindicatos.

por considerá-la perigosa para a estabilidade da empresa . Esses técnicos discordavam da autorização dada por Mangabeira para fornecer óleo diretamente à Marinha de Guerra. Também o acusaram, de ter dificultado o acordo com os soviéticos para a compra de petróleo; enquanto que com a Argentina teria agido precipitadamente nas negociações que deveriam ser proteladas para obter melhores preços.

Diante dessas denúncias, foi instalado a "CPI do Petróleo", que concluiu pela exoneração de Mangabeira. Porém, Francisco Mangabeira só saiu da Presidência da Petrobrás em junho de 1963, quando Jango se afastou dos sindicatos; dos setores populares e nacionalistas; e buscou aliança entre os moderados. Consequentemente, teve que mudar o Presidente da Petrobrás e nomeou o general Albino Silva, que era chefe da Casa Militar da Presidência.

A ação dos chefes e técnicos das refinarias do sul que pediram a substituição do Presidente Mangabeira, não teve apoio dos sindicatos dos petroleiros, que aprovavam a sua administração . Pois, foi nessa gestão que os petroleiros tinham

2

1.No memorial que pedia o afastamento do então presidente da Petrobrás, Francisco Mangabeira, os chefes de serviço e técnicos da Petrobrás (em torno de cem) colocaram a disposição os seus cargos. Nesse episódio, foram substituídos os superintendentes das Refinarias Landolfo Alves, Duque de Caxias e Presidente Bernardes.

2.Os sindicatos dos trabalhadores de petróleo apoiaram a gestão Mangabeira porque " a)soube sentir as reivindicações dos trabalhadores em petróleo; b)possibilitou a mais ampla liberdade sindical na empresa; c)fêz pronunciamentos desassombrados contra os trustes internacionais; d)jogou por terra o tabu do "Linkismo", abrindo aos técnicos nacionais a possibilidade de revelarem as jazidas petrolíferas de nosso subsolo" (In "Dos Trabalhadores de Petróleo ao Povo Brasileiro", nota publicada no jornal "A Notícia", 4 de junho de 1962).

conquistado: revisão salarial a cada seis meses; férias pagas em dobro e com 30 dias de duração; concessão de melhorias salariais a todos aqueles que há mais de 12 meses estavam paralisados na mesma faixa salarial; os funcionários da Administração Central (da então Guanabara) obtiveram ajuda de custo para alimentação e instalação de creche¹; e participação de lucros (PL).

De fato, essas conquistas resultaram da proposta de "Política Salarial e de Pessoal" elaborada pelas as Associações de Engenheiros da Petrobrás de todo o país, a partir de um pedido dos Assessores Chefes de Pessoal e de Organização da empresa. Três pontos foram ressaltados nessa política salarial: 1) Reestruturação da Petrobrás, visando integrá-la nacionalmente; 2) Avaliação de cargos; e 3) Fixação dos níveis salariais de acordo com as imposições do mercado de trabalho e sua atualização em função dos índices de custo de vida, de 6 em 6 meses².

Destaco outros pontos dessa proposta que ratificam a preocupação dos petroleiros com as: questões salariais; condições de trabalho e de saúde. Uma vez que, reivindicavam também: participação nos lucros da empresa, cujo objetivo principal era

1. Nesse episódio o Pacto Unidade e Ação (PUA), que reunia os portuários, estivadores, marítimos e ferroviários, se colocou a favor da permanência de Francisco Mangabeira na presidência da Petrobrás. Publicou no jornal "A Notícia", em 6 de junho de 1962, o telegrama que enviou ao presidente da República apoiando Francisco Mangabeira.

2. Os petroleiros da RPM, neste ano, tinham conquistado 26,12% de aumento salarial; férias de 30 dias; semana de 5 dias para o pessoal da administração; 6 horas para o trabalho em regime de turnos; e salário-família de Cr\$ 750,00 por dependente. É importante ressaltarmos que essas normas não eram comuns em empresas particulares.

incentivar a produtividade e elevar o nível técnico de cada
1
empregado; melhoramento da assistência médica e odontológica;
cooperativa para gêneros de primeira necessidade; complementação
da aposentadoria, por parte da Petrobrás, até atingir a
remuneração integral; criação de um grupo de trabalho com
objetivo de se criar o Instituto de Previdência Social dos
Trabalhadores do Petróleo; segurança industrial para todas as
unidades da empresa, além de medidas que estimulassem o efetivo
funcionamento das CIPAS (Comissão Interna de Prevenção de
Acidentes de Trabalho) nas unidades.

Podemos perceber que o corpo técnico da Petrobrás tinha
propostas tanto para a reestruturação da empresa, como para as
questões trabalhistas dos petroleiros. As reivindicações não
estavam apenas restritas as questões salariais. Existia toda uma
preocupação com a própria empresa, com a necessidade de integrá-
la melhor nacionalmente, até para poder atender as reivindicações
salariais da categoria.

A proposta elaborada pelos técnicos da Petrobrás sobre a
necessidade de mudanças na estrutura da empresa chegou nas mãos
do Presidente da República no dia 19 de março de 1963, quando
João Goulart recebeu em audiência uma comitiva composta pelos
presidentes das Associações de Engenheiros da Petrobrás. Os
assuntos abordados, na ocasião, foram sobre o fortalecimento e

1.A participação nos lucros (PL) "Era uma espécie de gratificação. Tinha uma série de normas como, por exemplo, tempo de casa, assiduidade, se casado ou solteiro, número de filhos - tudo contava ponto - interesse, zelo, participação (...) Você sabia quanto ia receber de participação de lucro. Era variável de funcionário para funcionário". Entrevista de seu Isnard concedida a autora.

ampliação do monopólio estatal do petróleo; e a defesa da implantação da departamentalização na Petrobrás.

Em seguida os técnicos da Petrobrás, foram recebidos pelo então chefe da Casa Militar, o general Albino Silva. Na mesma ocasião se reuniram com a Frente Parlamentar Nacionalista, a qual solicitaram apoio político para as teses das Associações de Engenheiros apresentadas ao Presidente João Goulart.

A AEPERG defendia a departamentalização da Petrobrás, porque esta permitiria que a empresa se fortalecesse. O ex-Diretor da Petrobrás, o engenheiro Jairo Farias expressa o pensamento do corpo técnico da empresa:

"Hoje podemos afirmar que a "holding" e subsidiárias é ideologia importada, sabidamente daqueles que objetivam burlar o fisco, sonegar o imposto de renda, burlar a lei antitruste no país de origem. Serão tão pouco inteligentes os patrões e seus testas-de-ferro porta-vozes, que pensam nos poder impingir esta teoria num país onde o monopólio é do Estado, o que vale dizer, é do povo. Não! Pelo menos os patrões não o são! Porque sabemos que o fracionamento da Empresa em subsidiárias sómente interessa àqueles setores conhecidamente anti-Petrobrás, aqueles setores conhecidamente antinacionais. Porque fracionar a Petrobrás, subdividi-la, pulverizá-la em subsidiárias é permitir que enfraquecido e dividido seja também o monopólio estatal do petróleo a ser derrotado, usurpado pelos "trustes" e cartéis

internacionais, com a destruição da Petrobrás"¹.

Apesar de hoje a Petrobrás possuir subsidiárias, naquele momento, segundo os técnicos da empresa, não interessava, dividi-la, pois implicaria num enfraquecimento da empresa que estava começando a se firmar, sem ainda possuir uma estrutura forte como tem hoje.

1."Boletim AEPERG", fevereiro de 1964, p.3.

IV.2 - OS PETROLEIROS E A POLITICA NACIONAL (1962/1963)

Paralelamente, aos acontecimentos anteriormente analisados, a vida política do país estava bastante agitada e os petroleiros se posicionaram diante dos fatos políticos que surgiam. A seguir acompanharemos de que forma os petroleiros participaram desses episódios.

- A Crise do Gabinete Tancredo Neves

Em maio de 1962, o Presidente João Goulart ao criticar o gabinete de Tancredo Neves¹, no discurso de comemoração do 10. de Maio em Volta Redonda, abriu uma crise institucional. Pois, Tancredo Neves renunciou e com isso iniciou um processo para indicar o novo Primeiro Ministro. A CNTI ameaçava com uma greve geral caso não fosse escolhido um gabinete democrático nacionalista. O PCB também conclamava os trabalhadores a lutarem por um gabinete nacionalista capaz de fazer as reformas de base:

"A solução, para a crise política, estaria de acordo com os interesses dos trabalhadores, seria que o Gabinete fosse formado por nacionalistas e democratas autênticos, que se comprometeriam publicamente na execução das reformas de base, principalmente a agrária (...); limitar a remessa de lucros dos monopólios

1. "Já nos primeiros meses após a posse de Jango, o PCB colocou-se oficialmente na oposição. A postura do gabinete parlamentarista liderado por Tancredo Neves em relação ao capital estrangeiro, contrária à Lei de Remessa de Lucros, não agradou aos comunistas. O governo foi acusado de ser, na sua essência, 'reacinarário e entreguista'". In Pandolfi (1995, p.189).

* 1

estrangeiros e ampliar o monopólio estatal do petróleo" .

Jango ao anunciar o nome de San Thiago Dantas para o cargo, teve o apoio dos sindicatos. Porém, o Congresso não aprovou tal indicação. Um outro nome foi indicado pelo presidente da República: Auro de Moura Andrade (PSD), o que foi suficiente para que os trabalhadores deflagrassem, no dia 5 de julho, greve geral.

2

No Rio de Janeiro e na Guanabara entraram em greve várias categorias, entre as quais, os petroleiros que pararam as Refinarias de Duque de Caxias e de Mangueiras, assim como o pessoal do escritório da Petrobrás. A greve terminou com a aprovação, pelo Congresso, do nome de Brochado da Rocha (PSD) .

3

— O Plebiscito de Janeiro de 1963

Depois de ter garantido o novo gabinete, Jango mobiliza-se

1. Novos Rumos, 15 a 22/06/62.

2. Essa greve coincidiu com uma série de saques e explosões populares que vinham ocorrendo no Rio de Janeiro, relacionados com o abastecimento.

3. Os comunistas continuaram insatisfeitos com o novo Primeiro Ministro: "Não se deve ter ilusões quanto a esse Gabinete, sendo, pois, indispensável intensificar a luta por um governo nacionalista e democrático, e ao mesmo tempo exigir de Brochado da Rocha o cumprimento das promessas feitas na Câmara no seu discurso de apresentação". In Novos Rumos, 20 a 26/07/1962, p.3.

para a antecipação do plebiscito para outubro de 1962¹, que decidiria pela volta ou não do presidencialismo. O movimento sindical apoiou a antecipação do plebiscito e mais uma vez ameaçou com greve geral, caso não fosse aprovado o plebiscito para 7 de outubro. A solução veio com a Emenda Valadares que definiu a data do plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963². Mas o CGT já havia convocado a greve geral para o dia 15 de setembro, que no Rio de Janeiro e na Guanabara contou com a participação dos petroleiros que paralisaram as Refinarias de Mangueiras e de Duque de Caxias, além dos ferroviários e marítimos.

Nesse momento a posição política dos petroleiros está bem clara. No editorial do primeiro número do "Sindipetro"³, publicado em janeiro de 1963, diz que:

"É preciso que nos definamos com clareza. Este jornal é um instrumento político dos trabalhadores em petróleo de três

1. Jango só tomou posse graças a uma solução de compromisso, pois quando Jânio Quadros renunciou em agosto de 1961, os ministros militares tentaram impedir a posse do vice-Presidente, por causa do seu vínculo com os comunistas e com o movimento sindical. Diante da tentativa de golpe, uma coalizão de forças políticas apresentou a proposta do parlamentarismo. O retorno ao regime presidencialista só poderia ocorrer através de um plebiscito, previsto para abril de 1963.

2. "Em janeiro de 1963 realizou-se o plebiscito e o regime presidencialista foi restabelecido por larga margem de votos (...). Para o PCB, o resultado representou uma derrota do imperialismo e dos seus aliados internos" (Pandolfi, 1995, p.193).

3. "O Sindipetro", órgão oficial dos petroleiros nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

O "Sindipetro Jornal", órgão do Sindicato dos Petroleiros da Bahia, era também controlado pela esquerda (PCB, AP, POLOP). Ver Oliveira Jr., 1996.

sindicatos (RJ e Duque de Caxias; e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Município de Duque de Caxias), aproximados pela geografia e posição ideológica, nacionalista e democrática. E política, portanto, a essência da sua linha de ação.

No plano nacional, lutamos pela nossa emancipação econômica, pela democratização do poder, por um governo nacionalista. Como no plano internacional defenderemos intransigentemente a paz, contra o imperialismo e o colonialismo, solidários com os povos oprimidos, e com os trabalhadores de todo o mundo".

E nítida a identificação desse editorial com o discurso do PCB: proposta de um governo democrático, reformista e nacionalista¹. De fato, os comunistas atuaram no Sindipetro-~~AB~~². A participação dos comunistas, ligados ao PCB, no movimento sindical do início dos anos 60 até o golpe militar de 1964 era bastante efetiva nas principais federações (alimentar, têxtil e marceneiros), confederações (CNTI, CONTAG, CONTEC, CNTTMFA), nos pactos intersindicais, nas ligas camponesas e no Comando Geral

1."(...) o partido permanecia fiel ao seu modelo de revolução nacional e democrática. Ou seja, de acordo com as proposições oficiais do PCB, a formação de uma ampla frente com todas as forças progressistas que se opunham ao imperialismo e ao latifúndio era o caminho necessário para realizar, num primeiro momento, a revolução democrático-burguesa, condição prévia para a implantação do socialismo". Pandolfi (1995, pp. 190 e 191).

2."Dentro da CNTI o ramo comunista existia no sindicato dos marceneiros, Roberto Morena; trabalhadores têxteis, Hércules Correia dos Reis; gráficos, metalúrgicos, petroleiros e trabalhadores elétricos" (Delgado, 1986. P.135).

dos Trabalhadores (CGT)¹ .

A atuação dos comunistas no Sindipetro-RJ² , como já vimos anteriormente, data desde a fundação do sindicato, quando Fernando Autran, membro do PCB, teve que se demitir da Petrobrás para ir organizar o Sindipetro-RJ junto com os trabalhadores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos (RPM). Aliás, essa foi uma tarefa que o PCB colocou nas mãos de Fernando Autran³ , a qual ele cumpriu e chegou a ficar na presidência do sindicato até março de 1964, quando foi cassado e teve que deixar o país.

1.O CGT foi criado no IV Encontro Sindical Nacional, realizado em agosto de 1962, em São Paulo. O CGT chegou a ser reconhecido oficialmente pelo ministro do Trabalho Almino Afonso.

2.No Sindipetro-BA, a presença dos comunistas, segundo o advogado do sindicato e dirigente do PCB na Bahia, Nemésio Salles, se deu de duas formas: a nível de administração da Petrobrás na pessoa de Milton Carvalho, em 1963, quando foi assessor do engenheiro Jairo Farias, então superintendente da Refinaria de Mataripe; e a nível do corpo técnico/engenheiros. Ver Oliveira Jr., 1996.

3.Esse tipo de tarefa parece ser comum dentro do PCB, pois da mesma forma o comunista Jairo de Brito foi deslocado da REDUC para ir fundar o Sindiquímica-BA. Ver Oliveira Jr., 1996.

IV.3 - AS REIVINDICAÇÕES DOS PETROLEIROS: LUTAS E GANHOS

¹
(1963/1964)

Ao mesmo tempo em que os petroleiros se mobilizavam em torno das questões políticas do país, sempre estiveram presentes na sua pauta de reivindicações questões mais imediatamente vinculadas às suas condições de trabalho e, especialmente, as questões salariais. A seguir veremos de que forma a categoria pressionava para alcançar seus objetivos e ver atendidos seus interesses.

Em março de 1963, os representantes dos sindicatos de petróleo de todo o país se reuniram com o Presidente João Goulart² e afirmaram a decisão dos petroleiros da Petrobrás de não recuar pelo aumento salarial de 40%, a partir de 1o. de abril.

1. As condições de trabalho na Petrobrás não foram aqui analisadas primeiro pela ausência desse tipo de reivindicação, e segundo porque as condições de trabalho eram consideradas muito boas como nos relata seu Isnard, aposentado da Petrobrás: "(...) a empresa, de uma maneira geral, era um cuidado total e completo com os trabalhadores. Tanto na parte médica, exame médico, tudo a tempo e a hora.

Equipamento individual de proteção para se trabalhar. Hoje, ela ainda tem essa preocupação, mas naquela época nós tínhamos tudo, tudo que o trabalhador precisava para executar e bem a sua função e com um detalhe: com gente suficiente pra isso. Porque hoje nós não temos mais. Numa unidade que trabalhava com quinze pessoas, hoje tá trabalhando com quatro, cinco pessoas.

2. Andrade (1974) observou em seu trabalho que existia, entre 1959 até o golpe militar de 64, um poder maior dos trabalhadores do setor público no processo de negociações salariais com esferas do governo, que incluía reuniões com o Presidente da República. No caso dos metalúrgicos de Volta Redonda, João Goulart era visto como um aliado, sobretudo, nos momentos de conflito com a diretoria da CSN. Ver Morel, 1989.

"Foi deixado bem claro ao Presidente que os trabalhadores de petróleo querem, tão somente, ajustar os salários que estão aviltados pela inflação.

O Presidente João Goulart disse achar justa a reivindicação, mas pediu que se fizesse um novo encontro no próximo dia 16"¹.

No dia 22 de abril foi assinado o reajuste geral de salários de 36%; concessão de 3% de triênios, a partir de 1o. de maio; e revisão das faixas salariais. Para os petroleiros da Petrobrás, tais ganhos foram considerados uma vitória:

"Mais uma vez derrotamos os que negam o direito dos trabalhadores de petróleo a perceber justos e dignos salários"².

Já os trabalhadores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos (RPM) iniciariam a sua campanha salarial em maio, pois, o acordo desses petroleiros terminaria em 30 de junho. Nessa campanha estavam incluídas reivindicações já ganhas pelos petroleiros da Petrobrás, tais como: implantação do salário-família de Cr\$ 2.500,00; pagamento de férias em dobro; e triênio de Cr\$ 5.000,00. O desfecho dessa campanha salarial não foi acompanhada nem pelo jornal "Sindipetro", nem pela grande imprensa. Também não encontrei nenhuma referência dessa campanha no arquivo morto da RPM.

1."O Sindipetro", março de 1963, p.1.

2.O aumento salarial concedido aos funcionários da Petrobrás foi criticado pelo jornal "O Globo", chegando a chamar esses funcionários de "príncipes do petróleo". O então governador de Minas Gerais, também criticou a política salarial da Petrobrás, porque deixava os empresários da iniciativa privada numa situação difícil de não poder acompanhá-la em suas empresas.

Em maio de 1963, ocorreu um incidente, com os funcionários da Petrobrás, relacionado ao pagamento da Participação nos Lucros¹ (PL) em função de uma má interpretação da Instrução 239 da SUMOC. Imediatamente os sindicatos dos trabalhadores de petróleo de todo o Brasil movimentaram-se no sentido de exigir o pagamento imediata da PL, chegando mesmo à ameaça de uma greve geral. Contudo, o Ministério da Fazenda informou à Petrobrás que esta não seria afetada pela Instrução 239. Com isso a PL pôde ser logo paga.

Uma nova campanha salarial teve início setembro de 1963, quando os petroleiros da Petrobrás reivindicavam: Cr\$ 5.000,00 fixos sobre todos os salários atuais, a fim de evitar diferenciação nas faixas salariais; aumento salarial de 40%, pois, esta era a taxa de aumento do custo de vida, dos últimos 6 meses; salário-família à mãe viúva ou solteira; e estabilidade² aos 5 anos de trabalho na empresa.

Em negociação os dirigentes sindicais se reuniram, várias vezes, com o Presidente da Petrobrás, general Albino Silva. No primeiro encontro, o general Albino Silva expôs aos dirigentes sindicais a situação difícil que a Petrobrás estava passando, pois estava sendo muito criticada pela grande imprensa por causa

1.Os trabalhadores da RPM também já recebiam a PL.

2.Na Refinaria de Petróleos de Manguinhos a questão da estabilidade era bastante delicada, uma vez que a empresa demitia o funcionário com 9 anos de empresa, antes dele completar o tempo necessário para alcançar a estabilidade.

da sua política salarial. A primeira contra-proposta apresentada pela empresa foi um aumento salarial de 30% sobre todos os salários; elevação do salário família para Cr\$ 4.000,00, extensivo à mãe viúva ou solteira que, sem outras fontes de rendimento, dependa exclusivamente do empregado da Petrobrás; e manutenção do regime de estabilidade previsto na lei, no caso 10 anos de serviços na mesma empresa.

Tal contra-proposta foi rejeitada pela categoria. No início do mês de outubro a direção da Petrobrás apresentou outra proposta, que elevava o salário base para 35%, e mantinha os demais pontos. Mais uma vez os petroleiros rejeitaram a proposta da **direção** da empresa. Somente em meados de outubro que a categoria aceitou o reajuste salarial de 37,5%; salário-família de Cr\$ 4.000,00, por cada dependente, extensivo à mãe viúva ou solteira ².

Esse aumento, que passou a vigorar a partir de 10. de outubro, foi considerado pela categoria como uma vitória, apesar de não corresponder as reivindicações iniciais dos petroleiros, pois:

1. "A imprensa reacionária e venal, os grupos econômicos que detêm nas mãos avaras a maior parcela do poder político da Nação, e os agentes internos dos cartéis internacionais do petróleo, todos em uníssono clamam contra "mais este privilégio dos trabalhadores da PETROBRAS, hoje um soviete enquistado na nossa democracia". In O Sindipetro, 13 de setembro de 1963, p.1. Grifos nossos.

2. Os salários dos funcionários da Petrobrás sempre eram alvos de críticas. Gustavo Corção, do "Diário de Notícias", era um dos que escreviam sobre os altos salários da Petrobrás (periculosidade, 13o. salário, gratificação de férias, participação nos lucros, adicional regional). Além disso, afirmava que a Petrobrás existia para beneficiar seus trabalhadores, para construir um pequeno paraíso petrolífero dentro da miséria geral do país e também para fazer propaganda comunista.

"Se levarmos em conta que no período de um ano contado de 1-10-62 a 1-10-63 obtivemos dois reajustamentos salariais de 36% e 37,5%, computando um sobre o outro, teremos, neste período de um ano, cerca de 85%, o que é uma das maiores taxas de aumento anual obtida pelos trabalhadores que, em outras categorias, para conseguir coisa semelhante travaram violentas campanhas chegando mesmo à greve, como no caso dos companheiros bancários"¹.

Conforme vimos, os acordos salariais do ano de 1963 foram feitos diretamente entre o Presidente da **Petrobrás** e os dirigentes sindicais. Existia uma atenção por parte da presidência da Petrobrás com relação a esses dirigentes² como podemos constatar na mensagem final do general Albino Silva, constante da segunda contra-proposta apresentada pela empresa à categoria:

"Na oportunidade congratulo-me com os trabalhadores e seus dignos representantes, pela elevação com que se desenvolveram os debates e pela feliz compreensão dos propósitos da Alta Administração da Empresa,³(...)"

E na ocasião em que essa campanha salarial terminou, o Presidente da Petrobrás enviou aos sindicatos o seguinte ofício:

"Em complemento à revisão salarial acordada, **reafirmo** a disposição de continuar os estudos e debates, inclusive com os

1."O Sindipetro", 18 de outubro de 1963, p.2.

2.Contudo, no episódio sobre o acordo feito entre o Presidente da Petrobrás, o general Albino Silva, e a Esso, essa cordialidade foi desfeita. No capítulo V acompanharemos como se desenvolveu tal episódio.

3."O Sindipetro", 4 de outubro de 1963, p.2. Grifos nossos.

representantes das entidades de classe, com vistas a alcançar uma solução para as questões da reformulação das faixas salariais e da estabilidade com 5 anos de efetivo exercício na Empresa" ¹.

Após os petroleiros da Petrobrás terem conquistados seus aumentos salariais, em dezembro, os trabalhadores da Refinaria de Manguinhos iniciaram a sua campanha salarial. Reivindicavam aumento salarial de 65%; elevação do salário-família para Cr\$ 4.000,00; férias em dobro; criação de uma comissão paritária para estudar o critério da distribuição da participação nos lucros; e biênio por função. Esta pauta de reivindicação foi levada pelo Sindipetro-RJ aos diretores da Refinaria de Petróleos de Manguinhos (RPM), onde os entendimentos iniciais foram mantidos em um clima de cordialidade, mas sem resultados concretos ².

Já em janeiro de 1964 os funcionários da Petrobrás conseguiram solucionar um antigo problema que existia na política de pessoal da empresa. O novo Presidente da Petrobrás, Marechal Osório, o "Marechal do Povo" ³, assinou as novas faixas salariais. Com isso percebemos que mesmo o país já vivendo um momento político delicado, os petroleiros não deixavam de lutar por melhores salários.

1."O Sindipetro", 18 de outubro de 1963, p.2. Grifos nossos.

2."O Sindipetro" não divulgou o resultado dessa negociação. No arquivo morto da RPM, também, não encontrei nenhum documento referente a essa reivindicação salarial.

3.O general Albino da Silva foi exonerado da presidência da Petrobrás em janeiro de 1964, devido ao contrato que teria feito diretamente com a Esso sem consultar os demais diretores. Ver capítulo V.

Enfim, os petroleiros tanto da Petrobrás, como da RPM preocupavam-se com as chamadas questões mais imediatas, ratificando assim a análise feita por Delgado (1986) sobre o sindicalismo do período "... não são somente lutas político-econômicas nacionais que o sindicalismo do período desenvolveu. Em menor proporção, mas com algum êxito, reivindicações mais imediatas também se fazem presentes, diversas campanhas pelo aumento do salário-mínimo são lideradas pelo CGT; o 13o. salário (1962); salário-família; e a Lei Orgânica da Previdência Social também"¹.

A conquista dessas reivindicações mais imediatas alcançadas pelos petroleiros reflete a força política dessa categoria, já que no caso dos petroleiros da Petrobrás essa negociação se dava diretamente com o Presidente da empresa e chegava até ao Presidente da República.

Assim que os petroleiros da Petrobrás alcançavam tais reivindicações, os petroleiros da RPM entravam em campanha salarial, tendo como referência os ganhos salariais conquistados pelos petroleiros da Petrobrás. Enfim, observamos que dentro da própria categoria existia uma divisão, entre aqueles que trabalham numa empresa pública, cujo patrão é o Estado; e os que trabalham numa empresa privada, que negociam diretamente com o empresário.

1. Delgado (1986, p.137).

CAPITULO V

A FORÇA DOS PETROLEIROS (1963/1964)

V.1 - A LUTA PELO MONOPOLIO DA IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E DE SEUS DERIVADOS

Desde o primeiro número do jornal "O Sindipetro", publicado em janeiro de 1963, a questão do monopólio da importação de petróleo e de seus derivados tem destaque principal. Era um tema que engrossava a campanha "Tudo de petróleo para a Petrobrás". Aliás, essa bandeira já estava ratificada na II Convenção dos Trabalhadores em Petróleo, realizada em Santos, onde em suas resoluções, um dos pontos principais era "O monopólio da importação de petróleo e derivados, a fim de impedir as especulações do super faturamento, e carrear maiores recursos para a Petrobrás".

A defesa do monopólio da importação de petróleo e de seus derivados era um tema que contagiava desde o Presidente do Sindipetro-GB, até o Presidente da Petrobrás.

Em uma entrevista concedida ao jornal "O Sindipetro", o então presidente do Sindipetro-RJ, Fernando Autran, declarava: "Em todos os momentos estivemos a postos na defesa da Petrobrás, conquista máxima do povo brasileiro, e do monopólio estatal do petróleo, que precisa urgentemente ser ampliado. Este é o objetivo dos trabalhadores de petróleo de todo o Brasil - o ¹ MONOPOLIO INTEGRAL".

O Presidente da Petrobrás, general Albino Silva, ao tomar posse em junho de 1963, defendia em seu discurso a efetivação do

1. "O Sindipetro", abril de 1963, p.2.

monopólio da importação do óleo cru e de seus **derivados**, pois, significaria uma grande economia de divisas, assim como seria uma forma de incentivar a penetração da Petrobrás no **mercado** de distribuição, atividade iniciada pelo seu antecessor, o professor Francisco Mangabeira.

Em novembro de 1963, em assembléia na sede do Sindipetro-GB, os petroleiros de todo o país tiraram as seguintes resoluções: 1)Constituição de um "Comando Geral pelo Monopólio Integral do Petróleo"; 2)O Comando seria composto por um ou dois sindicalistas de cada Sindipetro; 3)O Comando teria como **tarefa** inicial ampliar-se com a participação do CGT, UNE, UBES, ULTAB, **FPN e outras organizações "progressistas"**; 4)**Criação de** Comandos Locais, criados a partir dos sindicatos de petróleo, ou na falta deles, a partir do CGT.

Logo após a **criação** do "Comando Geral pelo Monopólio Integral do Petróleo" , em todas as unidades da Petrobrás, foram lançados manifestos acusando o Movimento de ser comunista. Segundo a direção do Sindipetro-RJ, tais acusações partiram do IBAD, da Esso, da direção da Refinaria de Capuava, com o objetivo de afastar a classe trabalhadora da vida política nacional e inviabilizar a proposta ¹. Contudo, a campanha pelo monopólio integral continuou e alcançaria logo, embora, em parte, logo um dos seus objetivos. Em 23 de dezembro de 1963 o Presidente João

1.O CGT defendia justamente o contrário: "E preciso levar à completa derrota os preconceitos em relação à participação direta da classe operária na solução dos graves problemas nacionais... A participação consciente e organizada dos trabalhadores na vida política do país é irreversível, ninguém pode mais impedi-la(...)Jornal "Última Hora", 12/01/63, p.4. Grifos nossos.

Goulart assinava o Decreto No. 53.337, que instituiu o monopólio estatal da importação do óleo cru e seus derivados.

O semanário "Novos Rumos", uma publicação do PCB, noticiava logo na primeira página o decreto que instituiu o monopólio da importação de petróleo como sendo uma vitória nacionalista:

"A decretação do monopólio estatal das importações de petróleo cru e derivados, conhecida terça-feira última, constitui passo da maior significação no caminho da emancipação nacional. Com a medida, um volume de petróleo e derivados notavelmente gasolina e querosene de aviação e óleos lubrificantes - da ordem de 100 milhões de dólares por ano, cuja importação vinha correndo a cargo das refinarias particulares e dos trustes internacionais que ainda operam no Brasil, passará a ser adquirido pela Petrobrás, como executora do monopólio estatal.

No domínio da política do petróleo, o monopólio ora decretado foi a providência de mais largo alcance no ano em curso".

Porém, para o Movimento pelo Monopólio Integral do Petróleo, enquanto não houvesse um controle absoluto, por parte do Estado, da produção de combustíveis no país, desde a extração e importação de óleo até a distribuição dos seus refinados, não se poderia falar em independência nacional definitiva. Este controle deveria ser acompanhado de medidas concretas capazes de incrementar a pesquisa e a lavra, pois, só assim conduziria a nação a tão almejada autosuficiência na produção de óleo cru.

Portanto, para os nacionalistas e os petroleiros, a existência de refinarias particulares, bem como o fato de estar a distribuição de derivados nas mãos de empresas estrangeiras, constituía um grave perigo, uma vez que submetia os interesses de todo o país à vontade de grupos minoritários inclusive de outros países. Daí, terem se empenhado tanto em outra campanha: a encampação das refinarias particulares pela Petrobrás. Pois, a busca pelo monopólio integral do petróleo significava, para os nacionalistas, a libertação nacional dos trustes internacionais.

V.2 - CRISE NA LUTA PELO MONOPOLIO: ENGENHEIROS NA DIREÇÃO DA PETROBRAS

Da diretoria empossada em 1963, fazia parte os engenheiros Jairo José Farias e Hugo Régis (simpatizante do PCB)¹, suas nomeações foram criticadas:

"(...) outros setores da sociedade não aceitaram ¹as importantes nomeações feitas sob a influência do Sindicato. O assunto repercutiu na Câmara Municipal em que ²vereadores qualificaram os dois diretores como "comunistas autênticos" e perigosos para a segurança nacional. As "classes produtoras" também enviaram mensagem ao Presidente da República".²

Já para os petroleiros, essas nomeações foram consideradas uma vitória da categoria,³ pois:

"Pela primeira vez nos dez anos de história da Petrobrás, tiveram os trabalhadores, representados por seus sindicatos um

1."Já no final do mês de agosto de 1963 teria o Conselho de Segurança Nacional advertido o Presidente Goulart de que elementos do Partido Comunista Brasileiro haviam ocupados os postos mais importantes da empresa e que poderiam, caso quisessem fazê-lo, paralisar o país num prazo mínimo de 48 horas, bastando para isto negarem o fornecimento de derivados de petróleo às companhias distribuidoras". Carvalho (1977 pp. 140 e 141).

2.Oliveira Jr.(1976, pp. 159 e 160).

3.Contudo, "A estratégia de ampliar a influência da ação sindical através da indicação de dirigentes para altos cargos na empresa se, por um lado, permitiu numa conjuntura determinada abrir espaços "por cima", facilitando o acesso dos trabalhadores e obtendo conquistas, por outro, abria espaço para divergências com setores da categoria que viam com mais simpatia um ou outro técnico da empresa para assumir os cargos" (Oliveira Jr., p. 115). Esse tipo de problema ocorreu quando da nomeação de Geonísio Barroso para a presidência da Petrobrás, indicado pelos petroleiros da Bahia, que não contou com o apoio dos petroleiros da Guanabara e do Rio de Janeiro.

papel decisivo e marcante na escolha de nomes para a Diretoria Executiva da Empresa. Por sugestão dos sindicatos de petróleo de todo o Brasil o Senhor Presidente da República nomeou para dois cargos da Diretoria da Petrobrás os engenheiros Hugo Régis e Jairo José Farias, ambos funcionários da Petrobrás há bastante tempo"¹.

Esses engenheiros foram protagonistas de eventos que influenciaram diretamente no desdobramento da luta pelo monopólio do petróleo.

Em novembro de 1963, uma crise se instalou na Petrobrás². Os diretores Jairo Farias e Hugo Régis revelavam um contrato de compra de petróleo entre a Esso e o Presidente da Petrobrás³, sem o conhecimento dos demais diretores.

Era "uma proposta referente a venda de 90 milhões e 750 mil barris de petróleo árabe e líbio, num prazo de 5 anos, defendido pelo General Albino Silva e condenada pelo Escritório Comercial do Petróleo e Derivados, além dos diretores José Farias e Hugo Régis que acusaram o General de estar envolvido numa negociata"⁴.

O diretor Jairo Farias teve acesso a esse contrato através

1."O Sindipetro", junho de 1963, p.1.

2.Durante 3 meses, de janeiro à março de 1964, o "Jornal do Brasil" cobriu amplamente essa crise instalada na Petrobrás.

3."Ao tentar fechar um contrato com a Esso, transferindo para os trustes o monopólio da importação, o general Albino Silva foi um instrumento dos interesses antinacionais, da mesma forma que o Diretor Jairo Farias, ao denunciá-lo, serviu aos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro, como seu legítimo representante". O Sindipetro, 31/01/64, p.1.

4."Jornal do Brasil", 24/01/64, p.1.

do Escritório Comercial da Petrobrás (ECOPE), cujo o chefe era Stefan Prochiniki¹, que concluiu que a proposta apresentada pela Esso não era conveniente ao programa estabelecido pela Comissão de Abastecimento de Petróleo (COBAST), até porque o preço para fornecimento estava acima do preço médio pago pela Petrobrás nos últimos dois anos; além disso, a aceitação da proposta significaria dar à Esso uma participação crescente no fornecimento à Petrobrás.

Enfim, o ECOPE deu um parecer contrário à proposta da Esso. Esse parecer foi entregue ao então diretor Jairo Farias, que após analisá-lo concordou com a posição do ECOPE e declarou em sua exposição de motivos:

"Certo de que assim agindo estou defendendo os reais interesses da Empresa e do País, proponho a essa Diretoria Executiva que autorize o Presidente da Companhia a dirigir-se à proponente, notificando-a da recusa à sua proposta"².

A Diretoria Executiva da Petrobrás aprovou, no dia 14 de novembro de 1963, o parecer do diretor Jairo Farias. Nesse mesmo dia, a Esso apresentava uma nova proposta, que reduzia o período de fornecimento de petróleo de 5 para 4 anos, a qual também foi rejeitada pela direção da empresa. Contudo, o Presidente Albino Silva apresentou uma contraproposta, que reduzia esse prazo para

1. Em seu depoimento na CPI do Petróleo, quanto na Comissão Especial para Assuntos de Petróleo (CEAP), Prochiniki acusou o representante da Esso, Howard Auld, de tentar subordiná-lo com uma oferta de US\$ 300 mil dólares para que o ECOPE desse parecer favorável a proposta da Esso.

2. Semanário "Novos Rumos", 31/01/64 a 06/02/64, p.8.

dois anos com reserva de mais um, de caráter opcional, a qual teria sido aceita pela Esso.

Para possibilitar a concretização desse acordo, ao qual se **opunham** os diretores Hugo Régis e Jairo Farias, o Presidente da **Petrobrás** passou a pedir visto dos expedientes em que o ECOPE solicitava homologação de compras de petróleo, feitas em caso de **emergência**. No fundo isso significava **estar** suspeitando da correção das compras de petróleo, suspeita essa que iria atingir o diretor Jairo Farias.

De fato, o General Albino Silva chegou a **denunciar** os **diretores** Jairo Farias e Hugo Régis, por **estarem praticando** importações clandestinas, com prejuízos calculados em 1 milhão de dólares para a Petrobrás.

Diante dessas acusações, no final do mês de janeiro foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹. **Nesse** momento toda a Diretoria Executiva da empresa já tinha sido exonerada², inclusive o Presidente Albino Silva. Para presidência da Petrobrás foi nomeado o Marechal Osvino, o "Marechal do Povo", que teve inclusive o apoio do Comando Geral dos Trabalhadores de

1.A CPI do Petróleo era composta por Nélson Carneiro (Presidente), Antônio Carlos Magalhães (vice-Presidente) e Teodulo de Albuquerque (Relator).

2.Para compensar a sua exoneração, o seu Jairo Farias, em entrevista concedida à autora, relatou que o Presidente João Goulart chegou a lhe oferecer uma embaixada no exterior, a qual ele recusou. Pois alegou que não era embaixador e sim um técnico. Logo após a sua saída, o ex-Diretor Jairo Farias foi convidado pelo novo Presidente da Petrobrás, Marechal Osvino, para ser seu assessor. O convite foi aceito. Contudo, com o golpe militar de 1964 foi cassado e teve que deixar o país. Além disso, foi demitido da Petrobrás, por ser considerado um comunista, quando na realidade é até hoje um nacionalista, como se autodefine.

Petróleo.

Os novos diretores foram nomeados a partir de uma lista com cinco nomes apresentada, pelos sindicatos dos trabalhadores de petróleo, ao Presidente da República. O governo nomeava, assim, os técnicos da Petrobrás Francisco Gurgel do Amaral e Francisco Medeiros. Com isso, a tese defendida pelos sindicalistas, de que os trabalhadores deveriam continuar representados na direção da empresa, prevaleceu. Demonstrando, assim, mais uma vez, a força política que a categoria possuía e conseguia exercer dentro da direção da Petrobrás.

Com a CPI instalada, em seu depoimento, o general Albino Silva procurou responsabilizar o engenheiro Jairo Farias por uma operação irregular de compra de petróleo na Venezuela, que foi feita sem autorização prévia da Diretoria Executiva¹. Além disso, denunciou "a existência de um clima de terror implantado na Petrobrás por forças sindicais que são orientadas e dirigidas por uma corrente de homens de nível superior com o objetivo de destruir a empresa estatal, visando a destruição do Brasil"².

Por outro lado, Jairo Farias em seu depoimento na CPI³, atribuiu aos trustes e cartéis internacionais de petróleo à crise na Petrobrás, a qual visava fundamentalmente anular ou

1. "(...) se tratava de uma operação de emergência (compra de 500 mil barris a Venezuela, correspondente ao consumo de 5 dias da refinaria Duque de Caxias) reclamada pelos órgãos técnicos da empresa para atender às necessidades de consumo da empresa". Semanário "Novos Rumos", 31/01/64 a 06/02/64, p.8.

2. "Jornal do Brasil", 28/01/64, p.1.

3. Sobre a instalação dessa CPI, os dados recolhidos foram retirados do semanário "Novos Rumos", de 31/01/64 a 06/02/64; e do "Jornal do Brasil", janeiro à março de 1964.

enfraquecer o decreto que instituiu o monopólio da importação do petróleo e derivados.

No dia 11 de março de 1964, o "Jornal do Brasil" publicou o relatório final da CPI que culpou os ex-diretores da Petrobrás e o chefe do ECOPE por irregularidades na compra de petróleo. Com relação ao ex-Presidente da Petrobrás, o general Albino Silva, a CPI afirmou não ter elementos para comprovar sua má-fé, uma vez que ele não fez nada as ocultas, pois os membros da Direção Executiva foram convidados à participar do acordo que seria feito entre a Petrobrás e a Esso.

Paralelo a CPI, no dia 3 de fevereiro de 1964, o Presidente João Goulart criou a Comissão Especial para os Assuntos de Petróleo¹ (CEAP), composta por duas subcomissões. Sendo que uma delas, coordenada pelo engenheiro Fernando Gasparian, ficou encarregada de apurar as denúncias de irregularidades que teriam ocorrido entre a Petrobrás e a Esso, que culminou, em janeiro de 1964, na exoneração de toda a Diretoria Executiva da empresa.

Na CEAP foram ouvidos todos os envolvidos que repetiram seus depoimentos dados à CPI do Petróleo. Contudo, a CEAP não pôde concluir seus trabalhos em função do golpe militar de 1964, pois todos os membros desta comissão resolveram exonerar-se porque suas funções eram de confiança do Presidente João Goulart, que já não ocupava mais o poder.

1.A CEAP era composta pelo general Ladario Pereira Teles, Hélio de Almeida, Eliezer Batista, Jesus Soares Pereira, Fernando Gasparian, Benjamin Eurico Cruz, José Bezerra Neto e Darcílio Arruda Conceição.

V.3 - ENCAMPAÇÃO DA REFINARIA DE CAPUAVA

Etapa importante da luta pelo monopólio integral do petróleo, foi a questão da encampação das refinarias particulares de petróleos. Um grande movimento foi realizado pelos petroleiros pela encampação da Refinaria de Capuava, localizada em São Paulo. O editorial intitulado "Denúncia", do jornal "O Sindipetro", de agosto de 1963, faz uma crítica a campanha que vinha sendo feita contra a Petrobrás e os sindicatos dos trabalhadores de petróleo, por defenderem a encampação de Capuava. Tal campanha, segundo o artigo, era orquestrada por alguns órgãos da grande imprensa como, por exemplo, a "Última Hora" e pelos donos da Refinaria de Capuava.

Tanto para os petroleiros como para a direção da Petrobrás, a encampação de Capuava era a forma mais sensata para poder aumentar a produção da Petrobrás no planalto paulista, porque construir uma nova refinaria naquela região seria, praticamente, impossível devido ao alto custo.

Como represália ao movimento pela encampação os dirigentes de Capuava perseguiram os trabalhadores da refinaria ligados ao sindicato, tanto que neste período já tinham demitido 11 sindicalistas e havia uma lista com mais cem outros nomes que seriam dispensados. Além disso, os líderes sindicais não conseguiam nem entrar na refinaria.

O jornal "O Sindipetro" continuava denunciando os donos de Capuava por apoiarem as forças da reação e do "gorilismo", contrários as reformas de base. E, conseqüentemente, apoiavam a

deposição do Presidente João Goulart. Além disso, o presidente do Sindipetro-RJ, seu Fernando Autran chegou a ser ameaçado pela
1
direção da Refinaria de Capuava por defender a encampação da
mesma. Mas tal ameaça não o intimidou, pois "As ameaças não nos
intimidarão. Continuaremos na luta até encampar a Refinaria de
2
Capuava" .

O movimento pela encampação de Capuava ganhou dois reforços;
um da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN); e outro do Comando
Geral dos Trabalhadores (CGT), que publicou no jornal "O
Sindipetro", um manifesto de apoio a encampação. Pois, defender o
monopólio integral do petróleo era uma questão patriótica que o
CGT não poderia deixar de apoiar, além de fazer parte das
"Reformas de Base", exigidas por todas as organizações de
trabalhadores, estudantes, civis e militares. Por isso esta luta
era também do CGT. Enfim, uma reivindicação ao mesmo tempo
específica dos petroleiros; e geral, pois estava inserida numa
proposta política maior para o país.

Reforçando a luta pela encampação de Capuava, técnicos da
Petrobrás fizeram um relatório sobre a necessidade da encampação,
que devia-se ao fato do crescimento do consumo de derivados de
petróleo na área geo-econômica de São Paulo. Pois, **ampliar a**
Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão), da Petrobrás, **não**

1."Ainda no sábado passado o Sr. Paes Barreto, superintendente de Capuava, em conversa no interior da Refinaria, num grupo do qual participava o Presidente da UDN, o banqueiro e deputado Herbert Levy, comentava que "o Autran, Silvino e Silas que se cuidem, pois poderão ser "acidentados até na rua, sem saber como". O Sindipetro, agosto de 1963, p.3.

2."O Sindipetro", agosto de 1963, p.3.

resolveria o problema de abastecimento porque sua ampliação era limitada e por isso não atenderia as necessidades de São Paulo.¹

Uma outra alternativa seria a construção de uma nova refinaria em São Paulo, o que era descartada porque demandaria tempo (36 meses), além de ser uma obra muito cara, o que naquele momento não seria viável. A solução então seria a encampação imediata de Capuava e sua ampliação para 80 mil barris diários.

Em setembro de 1963, o Conselho de Administração da Petrobrás deveria encaminhar ao Presidente da República todos os estudos e a minuta do decreto para a encampação de Capuava.² Entretanto, na hora de votar se enviaria ou não a documentação ao Presidente da República houve empate. Coube ao Presidente da Petrobrás, o general Albino Silva, desempatar e ele votou contra o envio imediato da documentação. Somente em outubro que o Conselho de Administração da Petrobrás aprovou a minuta do decreto de encampação imediata de Capuava e a exposição de motivos que a completava, e assim foram encaminhadas ao Presidente da República.

No dia 28 de setembro de 1963, os trabalhadores de Capuava entravam em greve. Lutavam tanto pela encampação de Capuava, como por melhores salários (aumento de salário; revisão salarial de seis em seis meses; salário-família de Cr\$ 4 mil cruzeiros por

1. Esse relatório foi publicado, na íntegra, no jornal "O Sindipetro", em 6 de setembro de 1963, com o título "Técnicos da Petrobrás ao Povo Brasileiro".

2. A minuta declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petrobrás, em caráter de urgência, a maioria das ações da Refinaria e Exploração de Petróleo S.A. (Capuava).

dependente, gratificação de férias e pagamento adicional por cada 3 anos de trabalho efetivo, à base de 3 por cento sobre o salário-base).

Solidários ao movimento dos trabalhadores de Capuava, os petroleiros da então Guanabara¹, em assembléia, decretaram greve, ficando a direção do Sindipetro-RJ responsável pela deflagração da mesma no momento oportuno e em consonância com os demais sindicatos. Nesta assembléia esteve presente o Presidente da Petrobrás, o general Albino Silva, representando o Presidente da República, que se pronunciou a favor da encampação de Capuava, pois seria uma solução para a escassez de combustíveis no Planalto Paulista.

Nesta mesma assembléia esteve presente o comunista Roberto Morena, que falou em nome do CGT e ratificou a posição do Comando Geral dos Trabalhadores a favor da encampação de Capuava.

E interessante ressaltar que nesta reunião estiveram presentes forças políticas importantes tanto por parte dos trabalhadores, como por parte do poder central, que se uniram com o objetivo maior: pela implantação do monopólio integral do petróleo.

Enfim. a questão do petróleo, no país, não dizia respeito somente a categoria dos petroleiros, era uma questão maior que englobava vários segmentos da sociedade civil. Aliás, desde a campanha "O Petróleo é Nosso".

1. De fato todos os trabalhadores da Petrobrás e das refinarias particulares aderiram ao movimento, que acabou transformando-se numa greve geral da categoria.

No dia 12 de novembro de 1963, começou a greve na Petrobrás e nas refinarias particulares em solidariedade aos trabalhadores da Refinaria de Capuava. Por se tratar do setor petrolífero, a categoria decidiu pela greve escalonada em diferentes grupos de unidades, pois o setor possui peculiaridades técnicas, econômicas e de segurança.

Paralelo ao movimento grevista, os dirigentes sindicais de petróleo de todo o país se reuniram com o Presidente João Goulart, com quem discutiram mais de duas horas o problema de Capuava. Nesta reunião, o Presidente da República deixou bem clara a sua posição: era a favor da encampação. Contudo, esta encampação era uma decisão política e como tal teria que esperar pelo momento certo. Antes disso, o Presidente queria primeiro resolver as reivindicações de ordem econômica dos petroleiros de Capuava, que basicamente queriam equiparação salarial com os vencimentos dos funcionários da Petrobrás.

Em parte a greve foi vitoriosa, pois foi feito um acordo entre a direção da Refinaria de Capuava e o sindicato, que foi

1. Os petroleiros da Petrobrás, da Guanabara e do Rio de Janeiro, durante o período aqui estudado, participaram principalmente de "greves políticas": greve geral pelo plebiscito (setembro de 1962); greve geral em oposição à posse de Auro de Moura Andrade (julho de 1962); e encampação de Capuava. Enfim, não realizaram nenhuma "greve econômica", pois, sempre resolveram as questões salariais através de acordos feitos com a direção da Petrobrás. Os trabalhadores da CSN, estudados por Morel (1989), também não fizeram "greves econômicas" nestes anos, mas nem por isso deixaram de reivindicar por melhores salários e condições de trabalho. Muitas vezes o Sindicato dos Metalúrgicos negociou diretamente com o Presidente João Goulart. Além disso, conclui a autora, existia uma cultura operária que ainda estava se forjando junto com a própria CSN: "Vamos fazer greve por que? Contra a Siderurgia, que é patrimônio nosso?". Morel (1989, p.397). Essa identificação com a empresa também estava presente entre os petroleiros da Petrobrás.

homologado pelo então Ministro do Trabalho, senador Amaury Silva. Pelo documento ficou acertado que as reivindicações concedidas pela Petrobrás aos seus empregados seriam também estendidas ~~aos~~ trabalhadores de Capuava. Com isso passariam a ter férias de 30 dias remuneradas em dobro, triênios, etc. Além disso, os **dias** parados seriam pagos e não haveria punição para os grevistas.

Contudo, a direção de Capuava se negou a cumprir os termos do acordo e chegou a afastar os grevistas de suas funções técnicas, deslocando-os para outros serviços que não tinha a ver com suas especialidades.

Além disso, a encampação de Capuava continuou pendente e o movimento pela encampação prosseguiu. E, em janeiro de 1964, o Comando Intersindical do Petróleo lançou um manifesto pela encampação imediata de Capuava ¹.

Somente no dia 13 de março de 1964, no "Comício das Reformas", na Central do Brasil, que o Presidente João Goulart anunciou entre outras medidas a decretação da encampação de todas as refinarias particulares. Disse em seu discurso:

"**Acabei** de assinar, também hoje, ao dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de **tôdas** as refinarias particulares.

A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, meus patrícios, **a** Capuava, **a** Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Riograndense pertencem ao povo, passam a pertencer ao patrimônio Nacional.

1. Esse manifesto foi publicado, na íntegra, no **jornal** "O Sindipetro", de 17 de janeiro de 1964.

(...) Ao anunciar, à frente desta multidão incalculável, o decreto de encampação de tôdas as Refinarias particulares eu desejo prestar, meus patrícios, eu desejo prestar com o povo brasileiro, uma homenagem de respeito e solidariedade àquele que sempre teve respeito e foi solidário com o sentimento do nosso povo. Quero prestar uma homenagem ao grande e imortal Presidente¹ Getúlio Vargas" .

A notícia da encampação foi recebida com tranquilidade pelos petroleiros de Manguinhos que, segundo o então tesoureiro do Sindipetro-RJ, Uri Gomes, reverteria para os trabalhadores em um aumento salarial de 10%, pois seriam transformados em funcionários da Petrobrás. Em Capuava os trabalhos continuaram normalmente.

Por outro lado, os donos das refinarias encampadas resolveram reagir ao decreto do Presidente da República, dois seriam os recursos: ou mandato de segurança contra a medida propriamente dito, visando tornar sem efeito o decreto; ou arbitramento judicial no valor do patrimônio de cada uma das refinarias para efeito do recebimento da indenização, em 1973.

Porém, como o decreto ainda seria submetida ao Congresso Nacional, com o golpe militar de 1964 nem chegou a ser votado, conseqüentemente, nenhuma refinaria foi encampada. A refinaria de Capuava só foi encampada na gestão de Ernesto Geisel.

1. IPM No. 709, vol. 4 (1967, pp. 347 e 348).

V.4 - OS PETROLEIROS E O GOLPE MILITAR DE 1964

Um ano **antes** do golpe militar, o jornal "O Sindipetro" publicava o manifesto do CGT, o qual denunciava que o golpe estava sendo preparado:

"Querem intervir nos sindicatos, nas federações, confederações, sindicatos rurais, Pactos de Unidade e Ação, no CGT para assim sufocar a grande luta patriótica pelas reformas já (...). O Comando Geral dos Trabalhadores está permanentemente à frente da luta contra a consolidação do golpe que os "gorilas" tramam contra a emancipação econômica, política e social da nossa **pátria**. Por tudo isso, o Comando dirige-se a todos os trabalhadores para, unidos e organizados, responderem com uma greve geral se qualquer tentativa de golpe se consumir"¹.

Em maio, novamente o CGT se faz presente no jornal dos petroleiros, através de outro manifesto que defendia as reformas de base (reforma agrária; reforma bancária; **reforma urbana**; reforma eleitoral; reforma fiscal; nacionalização da economia através da encampação de indústrias de base e da exploração de riquezas minerais; nacionalização de bancos; controle da remessa de lucros; e o fortalecimento da Petrobrás).

Para defender estas reformas, o CGT chega a propôr aos sindicatos dos trabalhadores a fazerem greve geral. Pois, essa seria a maneira do trabalhador intervir na vida política do **pais**.

1."O Sindipetro", abril de 1963, p.1.

O CGT tinha um grande espaço dentro do jornal "O Sindipetro" por expressar e se identificar com o pensamento dos petroleiros, ou seja, existia uma sintonia sobre o papel a ser desempenhado pelo movimento sindical. Um papel bastante político, identificado com as teses políticas do PCB, e não podia ser muito diferente, até porque tanto o CGT como o Sindipetro-RJ, foram fundados pelos comunistas. Constatamos nos seus editoriais, claramente, essa identificação (PCB/CGT/Sindipetro-RJ). Pois vejamos, em maio de 1963, criticavam a política econômica do governo, a qual estaria atrelada a política ditada pelo FMI. No mês seguinte o jornal defendia a formação de um governo nacionalista e democrático; criticava o novo ministério nomeado por João Goulart; e defendia as reformas de base.

Esse era o mesmo discurso que encontramos no manifesto lançado pelo CGT em fevereiro de 1963:

"(...) Entretanto, o Ministério organizado pelo Presidente João Goulart não pode inspirar confiança aos trabalhadores e ao povo (...) para que se realizem as reformas profundas reclamadas pela Nação, é necessário novo Governo com uma nova política voltada para os interesses nacionais e populares.

Reafirmamos, por isso, a posição assumida no IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo, em agosto do ano passado: somos pela realização imediata das reformas de base, pela constituição de um governo nacionalista e democrático, livre

1. Em oposição ao CGT, em julho de 1963 surgiu a União Sindical dos Trabalhadores (UST), que era apoiada pelos governadores de São Paulo, Guanabara e pelo assessor sindical do Presidente da República, Crockat de Sá.

de homens comprometidos com os trustes, e os grupos reacionários(...)"¹.

O artigo "Nós e a Política", publicado em junho de 1963, ilustra bem a defesa da **participação** dos sindicatos, particularmente dos trabalhadores da Petrobrás, na política nacional:

"As associações de classe abandonaram há muito tempo a teoria ~~de~~ que todo o seu campo de luta se resumisse em reivindicações salariais. Nos dias atuais, o trabalhador tem recebido demonstrações de sobra provando que luta salarial, exclusivamente, não resolve nada, é um círculo vicioso. E contra esta nova mentalidade que reagem os homens do poder e os "ingênuos" mal informados.

Pois bem, companheiros, na Petrobrás esta situação tem outra "roupa". Entre nós a coisa é muito mais séria, e não permite de forma alguma que estejamos de olhos fechados. Por se tratar de uma empresa de caráter altamente político, a negação dos objetivos de luta dos trabalhadores, poderia em pouco tempo fazer ruir a nossa empresa. Além disso, os nossos problemas são resolvidos de outra maneira. Se quisermos melhores condições temos que lutar e zelar pelo progresso da Petrobrás, isto todos estão fartos de saber. Como fazer? Agindo diretamente nas causas que influem neste progresso, saindo da posição de vigilância e passando a uma posição de crítica e sugestões construtivas na administração e em setores que influem na empresa.

1. Jornal "Última Hora" (BH), 6 de fevereiro de 1963; e Correio da Manhã, 6 de fevereiro de 1963. Citado por Delgado (1986), pp. 168 e 169.

Como vê, companheiros, não se consegue realizar, este
objetivo firmando o pé obstinadamente em campanhas salariais. As
nossas condições são diferentes e exigem métodos de luta
diferentes, além de tudo, conforme dissemos "esta época já
passou" (grifos nossos).

Este artigo expressa a posição e a necessidade dos trabalhadores da **Petrobrás** em participarem da vida política nacional, uma vez que esta interfiria diretamente na administração da empresa em que trabalhavam. Com isso, ficava muito difícil, sobretudo, para os petroleiros da Petrobrás não se envolverem com as questões políticas do país.

A defesa da democracia com reformas (agrária, bancária, tributária, urbana e universitária) era um tema muito presente no jornal dos petroleiros:

" (...) a única solução para os problemas nacionais está na **realização** de uma política nacionalista e democrática, nunca na conciliação com os chacais que rondam a agonia do País. A resposta aos golpistas e o soerguimento da Nação só poderão ser levados a efeito pela união de todas as **fôrças** populares, redobrada a sua ação no sentido de se fazer as reformas de base, com medidas efetivas e não promessas vãs" ¹.

As vésperas do golpe militar de 1964, em janeiro, o jornal "O Sindipetro" respondia as críticas recebidas por estar político demais. Pois, se isso era verdade, argumenta o editorial, devia-se ao fato de que as grandes questões nacionais estavam

1. "O Sindipetro", 27 de setembro de 1963, p.1.

relacionadas à categoria. Até porque, discutir a encampação da Refinaria de Capuava; os monopólios da importação e da distribuição; liberdades democráticas; política econômico-financeira do governo; a situação da Petrobrás; etc., faz parte da vida dos petroleiros, por se tratar de uma categoria sujeita aos embates políticos, além, de se considerarem uma categoria que estava em ascensão no quadro político nacional.

Por ser uma categoria que estaria em evidência, tinha como missão esclarecer para os demais trabalhadores sobre as grandes questões nacionais, além de defender os interesses dos trabalhadores de petróleo, e, por extensão, da classe operária e de todo o povo brasileiro.

A direção do Sindipetro-RJ, através deste editorial, se colocava como sendo a vanguarda da classe trabalhadora, pois se autodefinia como sendo uma liderança sindical autêntica e combativa contra os inimigos da pátria.

"E mais não almejamos a imparcialidade. Somos facciosos, pois já escolhemos a nossa facção, lutamos pelo monopólio integral do petróleo para a PETROBRAS, contra os cartéis internacionais, tipo ESSO, Shell, Texaco, etc., defendemos os interesses dos trabalhadores em petróleo (...)".

A categoria tinha o apoio do Presidente da Petrobrás, Marechal Osvino Ferreira Alves, o "Marechal do Povo"¹, que numa assembleia, com cerca de quatro mil trabalhadores em petróleo,

1. Segundo Carvalho (1977), a nomeação do marechal Osvino Alves, significava que "os sindicatos teriam provavelmente consolidado o seu controle sobre a empresa" (p.144). Nesse sentido, "A Petrobrás começava a ser encarada como um importante elemento do esquema revolucionário" (p.143).

realizada em Duque de Caxias, reafirmou em seu discurso o apoio as reformas de base. Com o golpe militar o Marechal Osvaldo foi destituído do cargo por ter sido acusado de ser comunista.

¹
O comício do dia 13 de março de 1964¹, realizado na Central do Brasil, foi convocado pelo CGT, PUA e CPDS. Cinco pontos marcariam politicamente o comício: a assinatura do decreto elaborado pela SUPRA; a expansão do monopólio estatal do petróleo; extensão do direito de voto ao analfabeto, aos cabos, soldados e marinheiros; elegibilidade para todos os alistáveis; anistia para todos os militares e civis acusados de crimes políticos; e efetivação das reformas de base: administrativa, agrária, bancária, eleitoral e universitária.

"Em torno desses cinco pontos é que vão manifestar-se as forças populares no comício a fim de mostrar mais uma vez ao presidente da República que o povo o apoiará se ele se dispuser a efetivar as reformas, sustentando-o contra as forças reacionárias"².

Esse ato foi o estopim para a articulação geral do golpe militar. Pois, nesse comício o Presidente João Goulart assinou vários decretos que iam de encontro a proposta política econômica

1. "O otimismo do PCB atingiu o ápice com o comício do dia 13 de março no Rio de Janeiro. Em coordenação com o presidente da República, o ato foi convocado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fortemente influenciado pelo PCB. O movimento sindical declarou-se em estado de mobilização permanente. No seu discurso, Goulart defendeu a necessidade de mudança na Constituição e anunciou uma série de medidas (...) Para os comunistas, os fatos estavam comprovando que o Executivo poderia adotar solução para os problemas nacionais, independentemente do legislativo". Pandolfi (1995, p.196).

2. Semanário "Novos Rumos", 6 a 12 de março de 1963, p.8.

das entidades sindicais de cúpula que tinham convocado o comício, tais como: decreto do SUPRA, o primeiro passo para a **reforma agrária; encampação de todas refinarias particulares pela Petrobrás;** e a mensagem presidencial ao Congresso para a votação imediata das reformas de base.

Esse comício, de fato, funcionou como uma senha para que o golpe militar fosse dado. Segundo Delgado (1986), o golpe de Estado foi possível graças a falta de uma organização nas bases do movimento sindical, que não respondeu ao pedido do CGT de fazer greve geral no dia 10. de abril de 1964.

Porém, Mattos (1976), em sua análise sobre o sindicalismo no Rio de Janeiro, ouviu algumas lideranças comunistas que afirmaram¹ que, pelo menos no Rio de Janeiro, houve greve. Porém, os petroleiros do Rio de Janeiro não aderiram a greve convocada pelo CGT.

Após o golpe militar, foi instalado na Petrobrás um clima muito difícil, que culminou com a instauração do **Inquérito Policial Militar (IPM)** - Petrobrás, devido a presença dos "comunistas" dentro da empresa e que atuavam em postos chaves da direção. Muitos funcionários foram demitidos da empresa. Além das demissões, ocorreram cassações políticas:

1. "Rio - A cidade amanheceu sob os efeitos de uma greve geral. Estão paralisados os trens da Central do Brasil e da Leopoldina, estes, desde ontem; as barcas entre o Rio e Niterói, transportes coletivos, porto, empresas aéreas e outras atividades. A greve geral, decretada pelo CGT, terá duração indeterminada. Abrange, além da Guanabara, diversos estados do território nacional" (Noticiário do "Repórter Esso" - Rádio Nacional, in Fróes, 1993, p.173).

"Eu particularmente, os meus direitos políticos, foram
suspensos, por dez anos. Eu era bastante atuante naquela época,
mas não era filiada a nenhum partido. Com a Lei da Anistia nós
acabamos retornando à empresa em 1985. A Anistia é de 79, mas na
época o então Presidente da Petrobrás e ex-ministro Ueki se
recusou a receber os anistiados da Petrobrás. A própria Lei da
Anistia, então, determinava que quem não retornasse seria
aposentado. Então, eu fui, todos nós fomos aposentados
compulsoriamente em 79. Em 85, seis anos depois, o Ministro das
Minas e Energia, o Aureliano Chaves fez com que a Petrobrás nos
retornasse. Mas a Petrobrás não nos permitiu ingressar na
PETRUS, que é a nossa fundação de previdência privada. Tenho 40
anos e meio de trabalho. A Petrobrás foi o meu primeiro emprego e
vai ser o meu último, com muito orgulho"¹.

Com o golpe de 64, toda a direção da Petrobrás foi
exonerada, inclusive o Marechal Osvaldo teve cassado o seu mandato
político por dez anos. O novo presidente nomeado foi o general
Olimpio Mourão Filho, o comandante das tropas mineiras que junto
com as de São Paulo comandaram o golpe. Após assumir a
presidência da empresa, o general Mourão Filho declarou que seu
trabalho inicial seria "limpar" a empresa, tirando todos os
"elementos" comunistas ou suspeitos de seguir as idéias dos
agentes de Moscou. Porém, o general Mourão Filho não permaneceu
no cargo. Logo em seguida, no dia 7 de abril de 1964, o marechal
Ademar de Queirós assumiu a presidência da Petrobrás, juntamente

1. Entrevista do engenheiro José Alberto Davies de Freitas
concedida à autora.

com os novos diretores Geonísio Barroso¹ e Leopoldo Miguez de Melo.

Infelizmente, o golpe também atingiu o Sindipetro-RJ, que literalmente foi destruído, tanto a sede, como toda a sua documentação. Além disso, a sua diretoria foi cassada assumindo uma junta governativa. A maioria dos seus diretores tiveram seus direitos políticos cassados. Alguns tiveram que deixar o país.

1.0 engenheiro Geonísio Barroso foi presidente da Petrobrás no período de fevereiro de 1961 a janeiro de 1962.

CONCLUSÃO

"Num largo movimento de opinião, que atingiu o Brasil de Norte a Sul, o nosso Povo compreendeu que era o momento de defender o seu "ouro-negro". Levantou-se e, em todos os pontos da Pátria, mesmo nos mais longínquos, uma só voz se ouviu: "O Petróleo é Nosso!".

Miranda (1983, p.27)

Neste trabalho, ao acompanhar a atuação do PCB no Sindipetro-RJ, tentei demonstrar que este sindicato configura um caso bastante específico e expressivo no quadro do movimento sindical do período 1958/1964. O Sindipetro-RJ não se enquadra totalmente no que a literatura especializada chamou de "sindicalismo populista", um sindicalismo "político", vinculado acriticamente ao Estado e indiferente às demandas específicas de seus trabalhadores. Ele foi, ao contrário, um exemplo de prática sindical que conseguiu conciliar as reivindicações que lhes eram particulares com as reivindicações políticas.

Por um lado, a prática sindical dos petroleiros revelou que as questões das condições de trabalho sempre estiveram presentes em suas pautas de reivindicações. E isso até porque o próprio PCB politicamente hegemônico na direção do Sindipetro-RJ, não se descuidava dessa questão:

"A fim de que os frutos do desenvolvimento económico não sejam monopolizados por uma ínfima minoria, os trabalhadores devem lutar constantemente pelo reajustamento geral dos salários e dos vencimentos; pelo salário profissional e pela extensão a todos os trabalhadores do salário-família de que gozam os servidores públicos; pela modificação do salário mínimo a fim de garantir a sua revisão anual, sua extensão à família e a inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições de previdência"¹.

1. "Resolução Política do V Congresso do PCB (1960), in Nogueira (1980, p.56).

Nesse sentido, os petroleiros lutaram e conquistaram entre outras coisas: revisão salarial de seis em seis meses; férias pagas em dobro e com 30 dias de duração; ajuda de custo de alimentação; e participação nos lucros.

Por outro lado, o Sindipetro-RJ estava efetivamente muito envolvido com as questões nacionais, sobretudo, com a defesa do monopólio integral do petróleo pela Petrobrás. Nesse sentido, os petroleiros conseguiram que o decreto N.53.337 fosse assinado, em dezembro de 1963, pelo Presidente da República, que instituiu o monopólio da importação de petróleo e de seus derivados. Outra conquista foi a encampação da Refinaria de Capuava pela Petrobrás, através do decreto assinado por João Goulart, no "Comício das Reformas", no dia 13 de março de 1964. Contudo, com o golpe de 1964, essa encampação não pode ser efetivada.

Há indicações de que esse envolvimento com as questões nacionais, era uma forma, no fundo, de incentivar o desenvolvimento do capitalismo de Estado no Brasil. E isso porque, para os comunistas, esse tipo de capitalismo constituiria uma etapa progressista e antiimperialista da política econômica, além de ser antecessor a imediata do socialismo ¹:

"O Governo tem desenvolvido, apoiado no povo, formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda" ²

1. Nesta perspectiva o capitalismo de Estado seria a ante-sala do socialismo. De forma que "o setor estatal da economia se tornará, sob o poder revolucionário, uma alavanca para a transição ao socialismo.", in Segatto (1995, p.214).

2. "Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro - 1958", in Nogueira (1980, p.7).

Nesse sentido, o PCB incentivava muito em seus documentos "A ampliação do monopólio estatal do petróleo, mediante a encampação da refinaria de Capuava, o monopólio da importação de óleo cru e derivados e a entrega à Petrobrás da distribuição de todos os seus produtos"¹.

Para Werneck Vianna, foi através dessa lógica de Estado que o PCB chegou a absorver elementos de nacionalismo e fisiologismo trabalhista:

"Nesta lógica, as lideranças operárias, camponesas, estudantis, intelectuais - concentram seus esforços na unidade e mobilização da frente nacionalista para fazê-la avançar, deixando em plano secundário a construção organizativa e autônoma das classes subalternas em geral e da classe operária em particular. Esta política teria implicações diversas: deu nova vida às instituições autoritárias do Estado (estruturas e agências corporativas), difundiu nos movimentos (sindical, camponês, estudantil) concepções e ideologias estatistas, nacionalistas, antilatifundiárias, emasculando a questão democrática, além de ter outras implicações"².

No caso dos petroleiros, é importante ressaltar que o nacionalismo era uma questão quase que inerente à própria categoria que, em sua maioria, foi construída dentro do espírito nacionalista da histórica campanha "O Petróleo é Nosso".

1."Por um Governo Capaz de adotar Soluções Imediatas em Favor do Povo", in Carone (1982, p.263).

2.Segatto (1995, p.206).

Outro ponto que chamou a atenção foi a relação sinuosa travada entre o Sindipetro-RJ e o governo Goulart. Ela foi bastante reveladora das tensões que, na prática, marcam a ação sindical frente ao Estado e às suas políticas.

Em alguns momentos os petroleiros da Petrobrás, se encontravam com o Presidente da República e apresentavam tanto as suas reivindicações salariais, como proposta sobre mudanças estruturais para a Petrobrás. Em outros momentos, os petroleiros se afastavam do governo Jango por considerá-lo antinacionalista e antiimperialista. Revelavam, assim, que o "pacto populista" era intermitente e podia ser eventualmente quebrado. Isso nos leva a concluir que nem sempre o movimento sindical serviu automaticamente de correia de transmissão da política do Estado.

Um outro fato que delimita bem a especificidade desse sindicato, foi que durante o período aqui analisado, o FCB se manteve o tempo todo na direção do Sindipetro-RJ. Diferencia-se, assim, por exemplo, da experiência comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, analisado por Santana (1992). Neste último caso os comunistas atuaram primeiro através dos conselhos sindicais de fábrica, para num segundo momento participarem da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ.

Essas duas experiências, aliás, permitem, entre outras, desenvolver formas distintas de atuação segundo as circunstâncias: no Sindipetro-RJ não teve muitos obstáculos para implementar a sua linha política, enquanto em outros sindicatos encontrou adversários, com os quais disputou o espaço político. Enfim, essas experiências revelam que a atuação de militantes do FCB,

pelo menos no Rio de Janeiro, desenvolveu-se de forma diferenciada, até porque o Sindipetro-RJ foi fundado pelo PCB, o que de certo modo facilitou a consolidação de sua hegemonia nesse sindicato.

Com relação ao golpe militar de 1964, os petroleiros do Rio de Janeiro não participaram da greve convocada pelo CGT para o dia 10. de abril. No entanto, parte dos petroleiros de Duque de Caxias, alguns ligados ao PCB, tentaram resistir ao golpe, mas quando chegaram à refinaria com um caminhão cheio de armas, a Reduc já tinha sido invadida pelo Exército e eles imediatamente foram presos.

O golpe militar significou para o PCB a derrota do seu projeto de "democracia-burguesa de novo tipo", a qual seria executada por uma frente única nacionalista e democrática (composta pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena burguesia, burguesia nacional), e na qual a classe operária, organizada e dirigida pelo PCB, deveria deter a hegemonia. Cumprida esta etapa pela "via pacífica" o caminho do socialismo estaria aberto. Contudo, essa etapa não se concretizou, pois, para as forças armadas tal etapa já significava a implantação do comunismo no país.

Nos anos 60 assistimos o crescimento dos petroleiros no movimento sindical, defendendo bandeiras nacionalistas, como o monopólio estatal do petróleo. Concluo minha dissertação de mestrado acompanhando a quebra desse monopólio, construído arduamente pelos nacionalistas. A lei No. 9.478 que quebrou o monopólio estatal do petróleo exercido pela Petrobras, foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 9 de

agosto de 1997. Com essa nova lei, a Petrobrás terá que disponibilizar todo o seu conhecimento estratégico sobre a geologia do país. Os dutos, terminais, e a frota de navios também serão entregues para uso externo. Por fim a lei permite a criação e a privatização de subsidiárias em todos os setores da produção.

Contra a política de privatização do governo FHC, entretanto, ainda resiste o MODECON (Movimento de Defesa da Economia Nacional), cujo Presidente é o jornalista Barbosa Lima Sobrinho e a vice-Presidente a doutora Maria Augusta Tibiriçá - ambos membros importantes da campanha "O Petróleo é Nosso" que culminou com a criação da Petrobrás em 1953.

Segundo o MODECON, tudo isso significa a estratégia que o governo FHC criou para desmontar a Petrobrás por dentro, que assim poderá ser vendida aos pedaços, ao longo de 3 (três) anos.

Será esse um dos prenúncios do "fim da era Vargas", que o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso anunciou como meta de seu governo?

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

1. Livros, Artigos e Depoimentos:

ALVEAL CONTRERAS, Edelmira del Carmen. Os Desbravadores - A Petrobrás e a Construção do Brasil Industrial. Rio de Janeiro, Relume Dumará:ANPOCS, 1994

ALVES, Vania Barbosa. Vanguarda Operária: Elite de Classe? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

ANDRADE, Regis de Castro. "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro", in Encontros com a Civilização Brasileira, No. 7, janeiro de 1979.

ARAUJO, Maristela Dalbello. Trabalhadores do Petróleo: Convivência Diária com o Risco. Dissertação de Mestrado, USP, 1990.

BANDEIRA, Muniz. O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil 1961/1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

BOITO Jr., Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil. São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1991.

_____ A Ideologia do Populismo Sindical (pequena burguesia e proletariado no movimento sindical brasileiro), in Revista Teoria e Política, No.2, 1981.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.

CAMPOS DA PAZ, Antonieta Hamphere. Autobiografia. Mimeo, s/d.

CARONE, Edgard. O PCB (1943 - 1964), vol.2. São Paulo, Difel, 1982.

CARVALHO, Getúlio. Petrobrás: do monopólio aos contratos de riscos. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977

CHILCOTE, Ronald. Partido Comunista Brasileiro - Conflito e Integração. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

COHN, Gabriel. Petróleo e Nacionalismo. São Paulo, Difel, 1968.

CORREA, Hércules. A Classe Operária e seu Partido. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CPDOC/FGV & SERCOM/Petrobras. Drault Ernanny (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/Petrobrás, 1987.

_____. Fernando Luis Lobo Carneiro (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/Petrobrás, 1988.

_____. Maria Augusta Tibiriçá Miranda (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/Petrobrás, 1987.

DEL PICCHIA, Pedro. O PCB no Quadro Atual da Política Brasileira (Entrevistas com seis membros do Comitê Central). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

DELGADO, Lucília Neves. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil - 1961/1964. Petrópolis, Vozes, 1986.

DIAS, José Luciano de Mattos & QUAGLINO, Maria Ana. A Questão do Petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás. Rio de Janeiro, CPDOC/Petrobrás, 1994.

FLORES, Antônio. "Movimento Operário: novas e velhas lutas (depoimentos)". Escrita-Ensaio, N.6, 1980.

FROES, Hemílcio. Véspera do Primeiro de Abril. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. O PCB na Assembléia Constituinte de 1946. São Paulo, Novos Rumos 1986.

GOMES, Angela de Castro (org.). Velhos Militantes (depoimentos). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

- GUIMARÃES, Antônio Sérgio & CASTRO, Nadya Araújo. **Movimento Sindical e Formação de Classe - Elementos para uma discussão teórico-metodológico**. Salvador, CRH N. 4, 1987.
- IANNI, Octávio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 4a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- INQUERITO Policial Militar No. 709. **O Comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967. vols I a IV.
- INQUERITO Policial Militar Petrobrás. Rio de Janeiro, mimeo, julho de 1964.
- KONDER, Leandro. **A Democracia e os Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- MANGABEIRA, Francisco. **Imperialismo, Petróleo, Petrobrás**. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- MARTINS, Carlos Estevam & ALMEIDA, Maria Herminia. **Modus in Rebus**, mimeo, s/d.
- MARTINS, Clay. "O Sindicato na Empresa", in *Novos Rumos*, N. 10, abril de 1961.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Tese de doutorado, mimeo, UFF, 1996.
- _____. **Greves e Sindicatos no Rio de Janeiro (1955-1964)**. ANFOCS, 1994.
- MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. **O Petróleo é Nosso - A Luta contra o "entreguismo", pelo monopólio estatal**. Petrópolis, Vozes, 1983.
- MOGLIOLI, Jorge. **Como são Feitas as Greves no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- MORAES, Denis & VIANNA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. 2a. ed., Petrópolis, Vozes, 1982.

- MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A Ferro e Fogo - Construção e Crise da Família Siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. Tese de doutorado em sociologia, mimeo, USP, 1989.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **PCB: vinte anos de política - documentos (1958-1979)**. São Paulo, LECH, 1980.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. **Sindicalismo Bancário - Origens**. São Paulo, Oboré, 1990.
- OLIVEIRA Jr., Franklin. **A Usina dos Sonhos - Sindicalismo Petroleiro na Bahia: 1954-1964**. Salvador, EGBA, 1976.
- PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922/1964)**. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.
- PAIVA, Glycon de. "Petrobrás como Banco de Subversão Nacional é Escola Prática de Corrupção". In *Digesto Econômico*, vol. 20, mar./abr. 1964.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros - História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PEREIRA, Jesus Soares. **O Homem e sua Ficha**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- _____. **Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a luta pela emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte & RAMALHO, José Ricardo. **Participação Política no Sindicato e na Fábrica: os metalúrgicos do Rio e de Niterói**. Textos para Discussão do Mestrado em Ciências Sociais, No. 12. IFCS/UFRJ, 1988.
- PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. **Vida Operária e Política - Os trabalhadores na Construção Naval de Niterói**. Tese de doutorado, USP, mimeo, 1987.
- PETROLEO Brasileiro S.A. - Petrobrás - **Estatutos**. Rio de Janeiro, Lux, 1959.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado Patrão e Luta Operária - O Caso FNM**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

REIS, Dinarco. **A Luta de Classes no Brasil e o PCB - vol.2**. São Paulo, Novos Rumos, 1987

RODRIGUES, Leôncio Martins. "Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)", in *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. III - O Brasil Republicano. São Paulo, Difel, 1983.

Partidos e Sindicatos - Escritos de Sociologia Política. São Paulo, Atica, 1990.

SANTANA, Marco Aurélio. **Partido e Militância Sindical - Atuação Comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do RJ (1947/1964)**. Dissertação de Mestrado, mimeo, IFCS-UFRJ, 1992.

SANTOS, Nivaldo Custódio dos. **Evolução Estrutural da Petrobrás**. Dissertação de Mestrado, COPPEAD/UFRJ, 1988.

SARTI, Ingrid. **Porto Vermelho**. Rio de Janeiro, 1981.

SEGATTO, José Antônio. **Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2a. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

TELLES, Jover, **O Movimento Sindical no Brasil**. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

TIBIRIÇA, Alice. **Traços Biográficos**. São Paulo, Edição da SALDCL, 1960.

TOLEDO, Caio Navarro. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

TROYANO, Annez. Estado e Sindicalismo. São Paulo, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

"Questão Nacional e Democracia: o ocidente incompleto do PCB". Rio de Janeiro, Série Estudos, No. 64, IUPERJ, junho de 1988.

"Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário - Resenha de Algumas Tendências", in Revista Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1984.

VICTOR, Mário. A Batalha do Petróleo Brasileiro. 3a. ed., Rio de Janeiro, 1993.

VINHAS, Moisés. O Partido - A Luta por um Partido de Massas 1922/1974. São Paulo, Hucitec, 1982.

WEFFORT, Francisco. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra)", in Estudos CEBRAP, No.4, São Paulo, CEBRAP, 1973.

Os Sindicatos na Política (Brasil 1955-1964), in Ensaios de Opinião, No. 2-5. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

2. Documentos do Sindipetro-RJ e da AEPERG:

- Carta Sindical do Sindipetro-RJ.
- Documentos da Comissão Organizadora da Associação Profissional dos Petroleiros do RJ.
- Documentos da Associação Profissional dos Petroleiros do RJ.
- Sindipetro-RJ - Estatutos e Regimento Interno, 1960.
- "O Sindipetro", jornal.
- "Surgente", jornal do Sindipetro-RJ.
- Boletim AEPERG.
- Informações AEPERG.
- Livreto da Associação dos Engenheiros da Petrobrás.

3. Jornais:

- Diário de Notícias.
- O Dia.
- Jornal do Brasil.
- A Notícia.
- Última Hora.

4. Imprensa Comunista

- Novos Rumos.
- Voz da Unidade.
- Voz Operária.

5. Entrevistas.

- Aristélio Travassos.
- Fernando Autran.
- Isnard
- **Jaíro Farias.**
- José Alberto Davies de Freitas.
- Natalino Rosa.
- Syllas Confôrto.